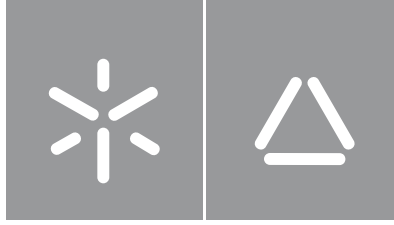


Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Amanda Andrade Costa de Mendonça Lima

**Paredes de Cristal - As múltiplas dimensões
da pobreza no feminino e o caso
da América Latina rural**



Universidade do Minho
Instituto de Ciências Sociais

Amanda Andrade Costa de Mendonça Lima

**Paredes de Cristal - As múltiplas dimensões
da pobreza no feminino e o caso da
América Latina rural**

Dissertação de Mestrado
Mestrado em Sociologia
Políticas Públicas

Trabalho efetuado sob a orientação do
Professor Doutor Joel Felizes

DIREITOS DE AUTOR E CONDIÇÕES DE UTILIZAÇÃO DO TRABALHO POR TERCEIROS

Este é um trabalho académico que pode ser utilizado por terceiros desde que respeitadas as regras e boas práticas internacionalmente aceites, no que concerne aos direitos de autor e direitos conexos.

Assim, o presente trabalho pode ser utilizado nos termos previstos na licença abaixo indicada.

Caso o utilizador necessite de permissão para poder fazer um uso do trabalho em condições não previstas no licenciamento indicado, deverá contactar o autor, através do RepositóriUM da Universidade do Minho.

Licença concedida aos utilizadores deste trabalho



Atribuição
CC BY

<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Agradecimentos

Às minhas experiências de vida, e as pessoas que encontrei ao longo do caminho. Todas me ensinaram algo essencial para me trazer até este ponto, sejam lições boas ou ruins, mas sobretudo lições.

À minha família, a qual deixei no Brasil 4 anos atrás, na intenção de seguir um sonho de me desenvolver pessoal e profissionalmente, e assim poder seguir o que sempre foi o meu chamado na vida: me dedicar a impactar positivamente o mundo, mesmo que seja o mundo inteiro e complexo inerente a um único indivíduo. Sou grata pela compreensão e amor que nenhum oceano é capaz de diminuir.

Ao meu marido, Alexis, pela paciência com meus momentos de sobrecarga, por seguir ao meu lado nos grandes saltos no escuro que eu dou, pela partilha das demandas da vida, e acima de tudo, pelo incentivo constante e confiança no meu potencial.

Ao meu coração em forma de cachorros, Fox e Peanut, por serem puro amor, alegria nos momentos difíceis, e companheiros inseparáveis nas longas noites de pesquisa e escrita do último ano.

Aos meus amigos, por acreditarem em mim mesmo quando eu duvidava. Pelas trocas honestas e carinhosas, pela taça de vinho no momento certo, e o brigadeiro a qualquer hora.

Ao meu orientador, professor Dr. Joel Felizes, pela tranquilidade e confiança que sempre me transmitiu. Pela sabedoria compartilhada, e interesse sincero em entender minhas motivações e ideias.

Finalmente, agradeço profundamente alguns daqueles que me inspiram a trilhar essa estrada há anos, e grandes responsáveis por quem sou e pelo trabalho que produzi aqui: Paulo Freire, Lélia Gonzalez e bell hooks.

DECLARAÇÃO DE INTEGRIDADE

Declaro ter atuado com integridade na elaboração do presente trabalho académico e confirmo que não recorri à prática de plágio nem a qualquer forma de utilização indevida ou falsificação de informações ou resultados em nenhuma das etapas conducentes à sua elaboração.

Mais declaro que conheço e que respeitei o Código de Conduta Ética da Universidade do Minho.

Paredes de Cristal – As múltiplas dimensões da pobreza no feminino e o caso da América Latina rural

Resumo

O presente trabalho se propõe a analisar os elementos sociais e culturais que influenciam o desenvolvimento humano feminino, especialmente nas zonas rurais da América Latina. Busca-se correlacionar a precariedade da oferta educativa com bases libertadoras, como defendida por Paulo Freire, à análises sobre a incidência da prática do casamento infantil e suas repercussões na região. As análises aqui apresentadas intencionam promover uma compreensão não monolítica do problema, focando então na relação entre os múltiplos fatores envolvidos, e sobretudo, estabelecendo os pontos em que estes se interseccionam.

Por meio da apreciação de tais fatores, e associando-os a alguns critérios de exclusão mais subjetivos e invisibilizados, procura-se demonstrar que ao se nascer mulher dentro de determinadas condições, presencia-se a exacerbação de uma realidade de vulnerabilidades e exclusão intergeracional. Além disto, destacam-se os elos de perpetuação desse contexto como os grandes responsáveis pela desigualdade estrutural histórica na região.

Inserem-se, por fim, a educação como grande catalisadora de mudanças e quebra de padrões de desigualdade. Neste ponto, destaca-se a importância em se atentar e promover uma educação libertadora, ou empoderadora, fundamentada na aquisição de capacitações e liberdades substantivas, capazes de alterar o *status quo* social e cultural, assim transformando finalmente o rosto da pobreza.

Palavras-chave: Desenvolvimento Humano, Educação Empoderadora, Gênero, Interseccionalidade, Pobreza Multidimensional

Crystal Walls - The multiple dimensions of female poverty and the case of rural Latin America

Abstract

This paper aims to analyze the social and cultural elements that influence female human development, especially in rural areas of Latin America. The aim is to correlate the precariousness of the educational offer with liberating bases, as defended by Paulo Freire, to analyze the incidence of the practice of child marriage and its repercussions in the region.

The analysis presented here intends to promote a non-monolithic understanding of the problem, thus focusing on the relationship between the multiple factors involved, and above all, establishing the points where they intersect.

Through the assessment of such factors and associating them with some more subjective and invisible exclusion criteria, we seek to demonstrate that when a woman is born under certain conditions, there is an exacerbation of the reality of vulnerabilities and intergenerational exclusion. In addition, the links that perpetuate this context stands out as being largely responsible for the historical structural inequality in the region.

Finally, education is inserted as the great catalyst for change and breaking patterns of inequality. At this point, the importance of paying attention to and promoting a liberating or empowering education is highlighted, based on the acquisition of substantive skills and freedoms, capable of changing the social and cultural status quo, thus finally transforming the face of poverty.

Keywords: Empowering Education, Gender, Human Development, Intersectionality, Multidimensional Poverty

Índice Geral

Introdução	1
1 Multidimensionalidade	6
1.1 Tipos de Pobreza	9
1.2 Desigualdade e América Latina	10
1.2.1 <i>Territorialidade</i>	15
1.2.2 <i>América Latina Rural</i>	18
1.3 Políticas públicas de proteção social	20
2 O imperativo da incorporação de gênero	26
2.1 Feminização	33
2.2 Interseccionalidade	35
2.2.1 <i>América Latina</i>	38
2.2.2 <i>Trabalho remunerado e autonomia</i>	41
2.2.3 <i>O “G” da questão: Gênero e Geografia</i>	43
2.2.4 <i>Posse de recursos</i>	48
2.2.5 <i>Proteção social rural</i>	49
3 Pobreza de tempo e o trabalho reprodutivo	51
3.1 Divisão sexual do trabalho	51
3.2 Educação e Trabalho	60
3.2.1 <i>O “F” da questão: Feminização e Fome</i>	61
3.3 Hierarquização social	63
4 Desenvolvimento Humano	67
4.1 Abordagem de Capacitação: <i>Capability</i> (Capacitações) e <i>Functionality</i> (Funcionalidade)	70
4.1.1 <i>Nussbaum & Sen</i>	73
4.1.2 <i>Fatores de Conversão</i>	74
4.1.3 <i>Liberdade real x Liberdade Substancial</i>	75
4.2 Capacitações e Gênero	77
5 Pobreza na juventude	80
5.1 Educação e Desenvolvimento	83
5.1.1 <i>América Latina e Caribe no panorama educativo</i>	85
5.2 Recorte de gênero na educação	87
5.3 Educação Secundária	90

5.3.1	<i>Influência Intergeracional</i>	93
5.3.2	<i>Produto da comunidade</i>	95
5.3.3	<i>Currículo e Cultura</i>	98
5.3.4	<i>Violência de gênero</i>	99
5.4	Casamento infantil	101
5.4.1	<i>Gravidez precoce: causa ou consequência?</i>	103
5.4.2	<i>Suporte a maternidade</i>	104
5.5	Uma Educação Empoderadora	107
6	Conclusão	112
	Bibliografia	116

Índice de Ilustrações

ILUSTRAÇÃO 1	- MODELO DE ANÁLISE DA DISSERTAÇÃO	3
ILUSTRAÇÃO 2	- ESTRUTURA DO ÍNDICE DE POBREZA MULTIDIMENSIONAL (IPM)	7
ILUSTRAÇÃO 3	- FERRAMENTA DIAGNÓSTICA DE GÊNERO	21
ILUSTRAÇÃO 4	- TRANSVERSALIZAÇÃO DAS METAS DOS ODS COM A AGENDA 2030 PARA O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL, COM MÉTRICA DO GENDER RESPONSIVE ASSESSMENT SCALE	29
ILUSTRAÇÃO 5	- ECOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO HUMANO	96
ILUSTRAÇÃO 6	- MOVIMENTO DO PROCESSO DE EMPODERAMENTO	109

Índice de gráficos

GRÁFICO 1	- DUPLA EXCLUSÃO: SOCIAL E LABORAL (2018)	17
GRÁFICO 2	- COMPARATIVO DAS QUATRO DIMENSÕES TEMÁTICAS ELEMENTARES NO ESTUDO DA IGUALDADE DE GÊNERO: PAÍS DE MELHOR DESEMPENHO, NICARÁGUA, E DE PIOR DESEMPENHO, GUATEMALA.	31
GRÁFICO 3	- AMÉRICA LATINA E CARIBE: OCUPAÇÕES EM ATIVIDADES AGRÍCOLAS NAS ÁREAS RURAIS, POR SEXO E CATEGORIA OCUPACIONAL	47
GRÁFICO 4	- INDIVÍDUOS ENTRE 15-29 ANOS QUE NÃO ESTUDAM E NEM TRABALHAM – DESAGREGADO POR GÊNERO (2016)	50
GRÁFICO 5	- MODELOS COMPORTAMENTAIS ASSOCIADOS AOS PAPÉIS DE GÊNERO TRADICIONAIS	54
GRÁFICO 6	- EXTREMA POBREZA DE ACORDO COM O ARRANJO FAMILIAR (2017)	81
GRÁFICO 7	- ÍNDICE DE POBREZA POR FAIXA ETÁRIA (2017)	82
GRÁFICO 8	- MÉDIA DO GRAU EDUCATIVO MATERNO DE ACORDO COM O WORLD VALUES SURVEY 2020	94

“Educação... quando o senhor chega e diz “educação”, vem do seu mundo, o mesmo, um outro. Quando eu sou quem fala vem dum outro lugar, de um outro mundo. Vem dum fundo de oco que é o lugar da vida dum pobre, como tem gente que diz. Comparação, no seu essa palavra vem junto com quê? Com escola, não vem? Com aquele professor fino, de roupa boa, estudado; livro novo, bom, caderno, caneta, tudo muito separado, cada coisa do seu jeito, como deve ser. Um estudo que cresce e que vai muito longe de um saberzinho só de alfabeto, uma conta aqui e outra ali. Do seu mundo vem um estudo de escola que muda gente em doutor. É fato? Penso que é, mas eu penso de longe, porque eu nunca vi isso por aqui. “(Antônio Cícero de Souza, "Ciço", e lavrador no sul de Minas Gerais, 1984)¹

¹ Brandão, Carlos R. A questão política da educação popular. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1984. p. 7-10.

Introdução

O ciclo de perpetuação da pobreza é um dos mais difíceis de ser quebrado. Parte dos elementos responsáveis pela sua persistência intergeracional, reside na multidimensionalidade do fenômeno. Embora atualmente alguns estudos propaguem a teoria do Desenvolvimento Humano, no lugar apenas do Desenvolvimento econômico, assim expondo as camadas que compõem a pobreza, tem-se na desigualdade de gênero uma das raízes do panorama no mundo. Logo, entende-se que a consideração da pobreza como a negação de direitos humanos, deve associar-se ao reconhecimento de que as mulheres, dentre a parcela pobre da população, sofrem duplamente a recusa dos seus direitos básicos, primeiramente devido à desigualdade de gênero e em segundo plano, em decorrência da própria pobreza (Moghadam , Valentina M., UNESCO, 2005).

Com os objetivos estabelecidos para o trabalho, serão utilizados majoritariamente três variáveis de estigmatização social como alicerce das discussões: a economia do cuidado e o casamento infantil como fator cultural, a educação como elemento socioeconômico e a localização geográfica na América Latina como recorte territorial.

Os principais órgãos de monitoramento da situação específica na América Latina e no Caribe, reiteram a importância da atenção às crianças e aos jovens, inseridos nesse cenário de enorme precariedade, especialmente as rurais. Elas representam o grupo inserido no contexto de maior vulnerabilidade, devido à somatória de restrições impostas pela pobreza (UNDP, 2010; UNICEF, 2008). Quando se acrescentam camadas de exclusão adjacentes nessa mistura, como a questão de gênero, encontramos uma realidade ainda mais frágil. Crianças nascidas na pobreza têm problemas típicos de desafiar contextos sociais, com uma grande probabilidade de baixa performance acadêmica e evasão escolar, além de baixa probabilidade de acesso a trabalhos altamente produtivos e bem remunerados. (Labat, 2018)

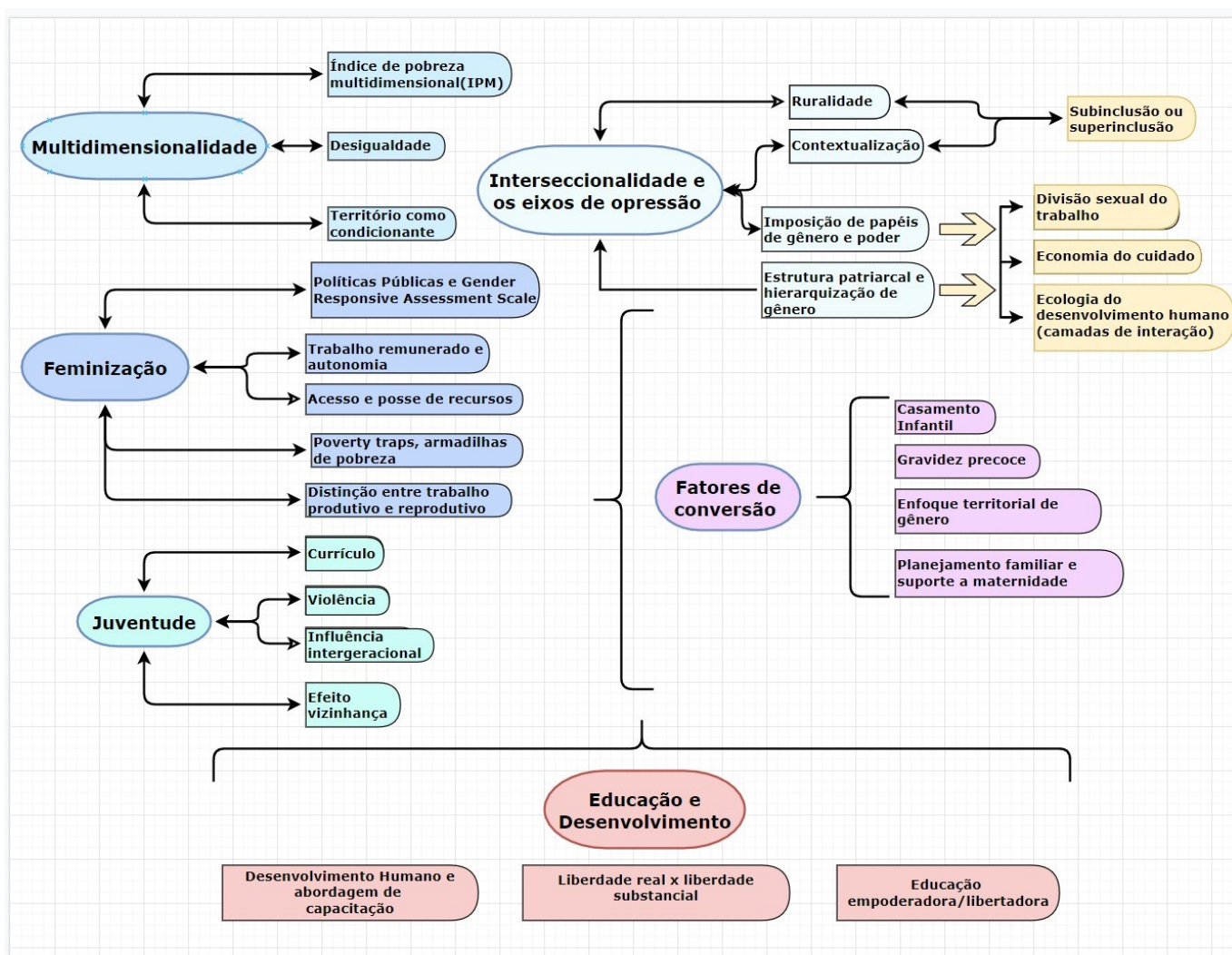
Para além da pobreza e sua caracterização multidimensional, como será abordado no primeiro capítulo, o desenvolvimento do trabalho se sustenta na diferenciação essencial entre pobreza e desigualdade. Consoante para o Fundo Monetário Internacional (FMI) a desigualdade representa o maior inibidor ao crescimento numa sociedade, tornando clara a percepção de que a relação entre as esferas social e econômica é indissociável, configurando dois lados da mesma moeda (Dabla- Norris, 2015). Portanto, no desenvolvimento da pesquisa, busca-se traçar um paralelo entre a ocorrência desses fatores e as variáveis envolvidas, estabelecendo uma compreensão ainda mais nítida da dinâmica de causa e efeito entre estas, além das maneiras em que os aspectos discriminatórios interagem entre si e se inter-relacionam.

Vale sublinhar as enormes alterações em todos os setores da vida em sociedade, em consequência da pandemia de COVID-19, trazendo previsões de que caso a tendência de desaceleração no processo de redução da pobreza atual se cristalice, 88 a 115 milhões de pessoas passarão a conviver com a pobreza extrema. Consistirá no primeiro crescimento da pobreza, em nível global, em cerca de 30 anos (Banco Mundial, 2020). Como resultado, o acordo de erradicar a pobreza extrema, de forma universal, até o ano de 2030, estabelecido nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, ganha uma distância colossal.

A noção da remodelação no perfil demográfico da pobreza será também ponto-chave nos argumentos aqui expostos. Levantamentos recentes, como o *Poverty and Shared Prosperity* (2020), salientam que a maior parte das pessoas pobres na atualidade são jovens, com nível educacional baixo, e habitantes de zonas rurais. Mundialmente, o índice de pobreza rural é em média 17,2%, pelo menos 3 vezes mais elevado do que em áreas urbanas (Estatísticas das Nações Unidas, 2019). Entre os anos de 2015 e 2018, a pobreza tornou-se ainda mais rural, aumentando em cerca de 2%. Em 2018, a cada 5 pessoas pertencentes aos grupos abaixo da linha da pobreza, 4 viviam em regiões rurais, apesar de essa população representar apenas 48% da população mundial (Banco Mundial, 2020).

Tendo em vista esses dados, a Organização Mundial de Saúde destaca que a pobreza se apresenta como o assassino mais cruel do mundo (OMS, 2017). Assim, a urgência no empenho pela mitigação e erradicação desse problema representa meta prioritária dos esforços internacionais. O tema simboliza uma das matérias mais complexas e proeminentes dos estudos sociais e humanos, e a dedicação em compreender as suas diversas raízes têm sido objeto de empenho do mundo acadêmico. Essa maior atenção ao tópico trouxe à superfície a percepção da necessidade de se desmembrar o assunto, no intuito de melhor entender os seus mecanismos de resistência e como rompê-los.

Ilustração 1- Modelo de análise da Dissertação



Propõe-se através do modelo de análise o esclarecimento da ordenação dos argumentos desenvolvidos ao longo do trabalho, sendo encadeados ao longo de 5 capítulos. O esquema indica também o movimento de retroalimentação dos fatores analisados aqui, expondo a constante comunicação entre os temas abordados. Para iniciar a discussão, acredito ser importante destrinchar o fenômeno da pobreza nas suas diferentes expressões e no seu caráter multidimensional. Dessa forma, inicia-se um aprofundamento da complexidade do problema para além de uma visão meramente economicista. Serão utilizados dados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), evidenciando a desigualdade intrínseca à região. Nesse ponto a territorialidade também começa a se estabelecer como recorte necessário para pontuar com maior precisão a realidade estudada aqui. Ainda neste capítulo, será apresentado o Gender Responsive Assessment Scale (OMS, 2011), como métrica da real eficácia e investimento dos projetos de suporte social na região.

Posteriormente a essa primeira abordagem, propõe-se a incorporação do recorte de gênero e o conceito de interseccionalidade como alicerces das análises ao longo de todo o trabalho. O fenômeno da feminização da pobreza se insere nesse momento, através da evidência de incremento desse problema, como exposto pelo Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as Mulheres (UNIFEM). Com base nesses conceitos, dá-se início a uma aproximação do contexto latino-americano, ressaltando a importância da contextualização das investigações.

Num terceiro momento, a discussão passa a tratar de um dos principais condicionantes da vivência feminina, especialmente das mais pobres, a divisão sexual do trabalho. Será argumentada a hierarquização dos papéis atrelados ao gênero, e a classificação consequente do trabalho reprodutivo como pertencendo à esfera particular, de responsabilidade feminina e desvalorizado. A economia do cuidado e a pobreza de tempo entram nesse ponto como grandes inibidores da autonomia da mulher, e construindo as “paredes de cristal” impostas ao percurso feminino.

No quarto capítulo a atenção se volta para a exposição do arcabouço teórico e prático do conceito de Desenvolvimento Humano. Assim, apresenta-se a teoria como o caminho mais inclusivo das subjetividades inerentes ao percurso de desenvolvimento individual, considerando aspectos culturais, sociais e mesmo pessoais, que condicionam os resultados obtidos. A proposta nessa fase é a de expor a relevância de se observar os fatores de conversão que acarretam a feminização da pobreza, atrelando-a à educação secundária, através de uma visão das capacitações e liberdades reais. Dessa forma, cria-se uma estrutura para compreensão dos motivos pelos quais o caminho de desenvolvimento feminino não se dá de forma linear, e tão importante quanto, que categoria de desenvolvimento é realmente facultando-lhes.

Por fim, a quinta parte do trabalho busca ligar as percepções adquiridas nos capítulos anteriores, a visão da educação secundária feminina na região como a melhor ferramenta de combate às práticas onerosas as mulheres. Aponta-se o impacto da pobreza na infância e juventude, num contexto de múltiplas opressões, como se verifica através do conceito de Ecologia do Desenvolvimento Humano. As repercussões desse quadro são perpetuadas intergeracionalmente, por meio do fomento de mecanismos de desigualdade, particularmente enraizados na América Latina e no Caribe.

Realiza-se o recorte de gênero e território, indicando que a educação, sobretudo secundária, influencia em todas as camadas da experiência de vida de uma menina, determinando não somente o seu presente e futuro, mas também o da sua comunidade. O sistema de poder patriarcal entra como aquele que opera nessas engrenagens de violação, apontando o casamento infantil e a gravidez precoce como maiores expoentes da violência de gênero. No intuito de concluir numa nota otimista de

possibilidades de mudança da realidade feminina, propõe-se o conceito de educação libertadora de Paulo Freire, convergindo com o conceito de empoderamento de Nelly P. Stromquist. Através dessa visão, os indivíduos conscientizam-se de si e do seu poder sobre as suas próprias vidas, além de adquirirem habilidades para funcionar como agentes de mudança da dinâmica opressiva historicamente perpetrada.

Parte-se então desta compreensão para, através da estrutura proposta aqui, para investigar pontualmente os entraves no caminho de combate à desigualdade, sobretudo de gênero, em todas as suas formas na América Latina. Ao realizar esse movimento, expõe-se uma realidade alarmante: o rosto da pobreza tem se tornado feminino. No entanto, por meio do reconhecimento dos trajetos que levam a esse desfecho, é possível desenvolver as ferramentas adequadas para lutar contra estes.

Em síntese, a investigação terá como objetivo a busca por respostas para essas questões com orientações qualitativas, sutis e mais dificilmente palpáveis. Os mecanismos através dos quais a escola perpetua um pacote de valores patriarcais, e principalmente expectativas distintas baseadas no gênero dos indivíduos, também será foco nas investigações. Busca-se verificar então, em que momento da vida se dá início ao processo de assimilação de um papel de gênero prescrito por estruturas opressivas às mulheres, e de que formas o empoderamento feminino atrelado à educação secundária pode operar no sentido contrário a essa tendência. Nesse intuito, a contextualização da educação é ponto primordial para as análises, ligando-se a aspectos territoriais, culturais e econômicos.

Portanto, o presente trabalho se propõe a analisar os elementos sociais e culturais que influenciam a educação feminina, especialmente a educação secundária nas zonas rurais da América Latina e do Caribe, e como esse quadro se relaciona com a incidência do fenômeno da feminização da pobreza na região. Pretende-se correlacionar essa precariedade educativa, a análises sobre a resistência da prática do casamento infantil, e da sobrecarga feminina inerente a essa violação. O valor da discussão de muitos dos fatores aqui analisados já está estabelecido no meio acadêmico, porém poucos estudos ainda focalizam na compreensão destes de forma geral, frisando a associação entre os pontos em que estes se interseccionam.

As causas para o número avassalador de casamentos infantis na América Latina, podem ser relacionadas a diferentes dimensões da vida dessas meninas, porém todas tendo como problemática principal a desigualdade de gênero, o perfil da pobreza e as normas sociais discriminatórias em alguns locais da região. Por meio da análise destes fatores e, associando-os aos demais critérios de exclusão, pretende-se demonstrar que ao se nascer mulher em determinadas condições, presencia-se a exacerbação de uma realidade de vulnerabilidade e marginalização intergeracional.

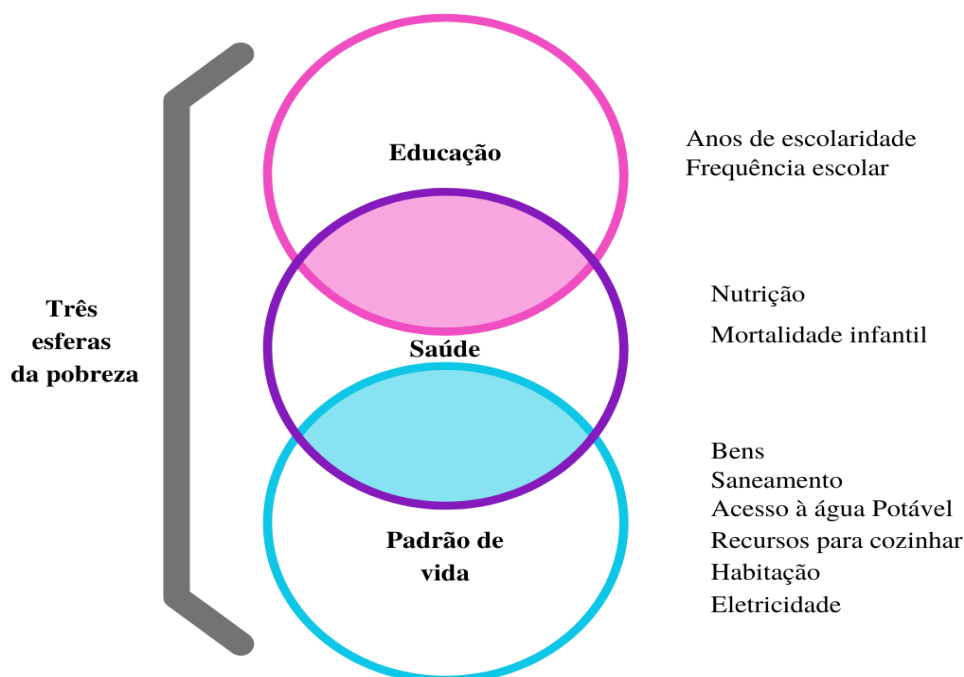
1 Multidimensionalidade

A avaliação tradicional do desempenho econômico de um país, baseado na verificação essencialmente do Produto Interno Bruto deste, tende a representar uma abordagem mais utilitarista e assim sendo, ineficaz em mensurar a qualidade de vida de determinados grupos e os desafios, muitas vezes obscurecidos, que esses enfrentam (Nussbaum, M. e Sen, A., 1993). Por mais que essa métrica consiga proporcionar uma boa noção da perspectiva econômica geral em determinada região, não dispensa a necessidade de uma lente de aumento que possibilite a observância das enormes desigualdades no interior destes mesmos países (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento, 2010). Cada vez mais se ressalta a importância da apreciação da distribuição dessa renda, e do padrão de desenvolvimento no aspecto interno das nações, sobre um olhar generalista desse desenvolvimento.

Para começar a entender a multiplicidade de fatores que compõem a pobreza, é essencial que se verifique a miríade de determinantes que a constituem, afastando-se do elemento “renda” como protagonista nessa análise. Para isso, utilizo aqui dados do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM), na intenção de investigar as numerosas facetas da questão. O indicador foi criado em 2010 pelo Programa das Nações Unidas pelo Desenvolvimento (PNUD) em conjunto com a Iniciativa de Pobreza e Desenvolvimento Humano (OPHI) da Universidade de Oxford. A proposta desse panorama é ir além das medições monetárias e assim sinalizar as diversas privações sobrepostas que as pessoas presenciam diariamente. Através da medição, os vínculos complementares inseridos na pobreza ficariam mais claros, expondo todos os contornos do problema.

Procura-se evidenciar a sobrecarga de privações enfrentadas pelos diferentes grupos sociais, e de que forma estas são diretamente responsáveis pelo comportamento destes perante a pobreza. No IPM global, consideram-se pessoas como multidimensionalmente pobres quando essas são privadas de pelo menos $\frac{1}{3}$, dos 10 indicadores principais da medição. Esses indicadores são divididos entre 3 grandes grupos: saúde, educação e padrão de vida, compostos pela subdivisão em 10 componentes: nutrição, mortalidade infantil, anos de escolaridade, presença escolar, insumos para cozinhar, saneamento, água potável, eletricidade, moradia e recursos. O esquema abaixo demonstra melhor essa divisão:

Ilustração 2- Estrutura do Índice de Pobreza Multidimensional (IPM)



Fonte: Global Multidimensional Poverty Index (OPHI) 2018

Para o intuito deste trabalho, irei analisar majoritariamente o fator educação como eixo da questão, especificamente no caso das meninas rurais. Sem embargo, a relação intrínseca entre os demais elementos estará sempre presente nas reflexões. O último relatório IPM e OPHI (2020) possibilita alguns achados-chave:

- Dentre os 107 países analisados, 1,3 bilhões de pessoas, equivalente a cerca de 22% da população mundial, fazem parte da pobreza multidimensional;
- Crianças demonstram maiores índices de pobreza multidimensional: metade das pessoas multidimensionalmente pobres são crianças abaixo de 18 anos, cerca de 644 milhões de pessoas. Uma em cada 3, comparado a um em cada 6 adultos;
- As pessoas consideradas multidimensionalmente pobres estão sendo negligenciadas em diversos outros indicadores. Por exemplo, 803 milhões das pessoas nesse grupo vivem em casas nas quais pelo menos uma pessoa é subnutrida, 476 milhões apresentam uma criança fora da escola, e 1,2 bilhão não possui insumos para cozinhar;

- Em cerca de 1/3 dos países analisados, a evidência de redução da pobreza multidimensional para entre as crianças (0 – 17 anos) não existiu, ou apresentou-se de forma mais lenta do que para os adultos (18 – 64 anos),
- As tendências da pobreza multidimensional não coincidem com as tendências da pobreza monetária, constatando-se assim a presença de motivadores diferentes e interseccionais.

A análise de dados sobre desigualdade impõe ainda mais um obstáculo comum: a categorização generalista dos grupos e contextos estudados, levando à invisibilização de certas comunidades. Conforme o documento Panorama Social da América Latina de 2016, é primordial promover a decomposição dos grupos analisados conforme as suas especificidades e características singulares, como território, gênero, classe social, entre outros, assim ultrapassando a limitação das médias nacionais (CEPAL, 2016). Em sintonia com essa visão, a Agenda para o Desenvolvimento Sustentável 2030 estabelece não somente a inclusão de todos, mas tão importante quanto, o alcance àqueles mais precarizados em primeiro lugar.

Dentro desse cenário múltiplo, elementos como etnia, raça e sexo influenciam as experiências de vida dos indivíduos, muitas vezes ampliando situações de vulnerabilidade. A interseção dessas fragilidades cria privações diferentes e mais profundas, do que as reduzir à somatória de características particulares. Portanto, uma análise interseccional entra como ferramenta de reflexão sobre a sobreposição de origens e a persistência da pobreza, até mesmo de forma intergeracional.

No documento *“La hora de la igualdad: brechas por cerrar, caminos por abrir”* da CEPAL, se apontam os esforços necessários nessa direção: “[...] a agenda de igualdade deve incluir, como complemento, a agenda da diferença. Porém, não para fazer da diferença um eufemismo da desigualdade, e sim para avançar a uma maior igualdade entre desiguais. Fazer efetiva a universalidade de direitos e da igualdade perante a lei exige considerar as diferenças.” (CEPAL, 2010)

Através da análise utilitarista, pode-se perpetuar a percepção do problema como um fenômeno uniforme, que acaba por limitar e negligenciar a visão necessária das particularidades de todos os elementos que orbitam a pobreza. No plano prático, esse abarcamento tende a dificultar a formulação de planos eficazes na erradicação da questão na totalidade, fazendo-se então necessário delinear as dimensões distintas da pobreza, e as diversas faces que esta pode assumir.

1.1 Tipos de Pobreza

Posteriormente à constatação da prevalência de aspectos monetários ou econômicos na abordagem tradicional da pobreza, propõe-se uma divisão inicial para começar a esmiuçar o tema: as pobres absolutas e relativas. No primeiro caso, essa tipologia de pobreza configura-se como aquela determinada pela privação severa de necessidades humanas básicas, como água potável, alimentos, instalações sanitárias, saúde, educação e moradia. Não está atrelada somente à renda, mas também ao acesso a recursos essenciais para uma vida digna.

Já a pobreza relativa, se traduz no nível de renda do lar, quando esta apresenta-se consideravelmente abaixo da média de renda do país. Dessa forma, é sempre uma configuração circunstancial, pois se baseia na média obtida em determinado local para determinação de termos comparativos. Tendo em mente essas duas categorias, realiza-se ainda uma subdivisão mais específica, baseada em outros fatores:

- Pobreza Geracional ou Crônica: um tipo de pobreza herdado pelos familiares. São duas, três gerações nascidas em meio a pobreza, e sem meios próprios de sair dessa condição.
- Pobreza Situacional: de natureza temporária, atrelada a algum acontecimento adverso.
- Pobreza Urbana: quando acontece em áreas de população superior a 50.000 habitantes, com ausência de necessidades básicas acessíveis.
- Pobreza Rural: quando acontece em áreas de população menor do que 50.000 habitantes, onde existe a escassez de serviços básicos e amenidades (Banco Mundial, 2015).

No presente trabalho, proponho-me a estudar principalmente quatro fatores de vulnerabilidade social que permeiam a maioria dos tipos de pobreza expostos acima: a educação para meninas em regiões rurais, o casamento infantil, a divisão sexual do trabalho, e a interligação com o fenômeno da feminização da pobreza. Segundo Bourguignon (2010) e Alkire (2015), o elemento renda, e outras categorias de privação que não o monetário, não seguem o mesmo padrão de queda em meio ao crescimento macroeconômico. Logo, para a finalidade proposta aqui, penso ser de maior interesse o estudo da privação não monetária, mensurada por fatores qualitativos como os determinados pelo IPM.

Ressalto que durante o desenvolvimento da tese, as dicotomias analíticas 'indivíduo versus social', 'micro versus macro', 'estrutura versus indivíduo' não serão antagônicas, e sim complementares (Lindenberg, 1986). O indivíduo e o social, ou a estrutura e o indivíduo são essencialmente conexos, sendo a apreciação realizada de forma conjunta e distanciando-me de uma abordagem reducionista. A importância dessa visão ao longo das análises baseia-se entre outras referências, naquela propagada por

Marx em O Brumário de Luís Bonaparte: “Os homens fazem sua própria história, mas não a fazem como querem; não a fazem sob circunstâncias de sua escolha e sim sob aquelas com que se defrontam diretamente, legadas e transmitidas pelo passado.” (Marx, 1852) O autor reafirma dialeticamente a influência das estruturas sociais sobre as pessoas, ao mesmo tempo em que os indivíduos surgem dessas mesmas estruturas para reconstruí-las através de sua própria agência.

A relação entre as esferas social e econômica manifesta-se de forma indissociável, sendo, na verdade, dois lados de uma mesma moeda. A desigualdade, que será aprofundada mais à frente, representa no que lhe concerne o maior papel de inibição do crescimento e do desenvolvimento socioeconômico, deixando clara a necessidade de atenção especial a questão para o desenvolvimento global, como refletido na centralidade do assunto na agenda para o Desenvolvimento Sustentável de 2030.

A conexão direta entre o alcance do projeto de diminuição da pobreza mundialmente, e o combate a dinâmicas desiguais é também sublinhada pela CEPAL, por exemplo, ao reiterar que o objetivo de erradicação da pobreza em todas as suas formas depende intrinsecamente da luta contra a desigualdade na região, assim quebrando os elos de interconectividades entre as suas variáveis (CEPAL, 2016). Através da percepção mais nítida dessa relação de causa e efeito, e a diferenciação entre pobreza e desigualdade, passo então a delimitar as minhas análises a região no mundo com maior incidência dessas assimetrias, a América Latina e o Caribe.

1.2 Desigualdade e América Latina

É seguro afirmar que a região latino-americana consiste na mais desigual do mundo. Essa afirmação não carrega o mesmo significado de relatar o local como o mais pobre do globo. A importância em distinguir essas constatações define-se na busca pela percepção de como os recursos considerados mais abundantes em comparação com outras regiões, podem, mesmo assim, ser tão precariamente distribuídos e investidos. Sendo a pobreza e a desigualdade um pano de fundo constante da realidade latino-americana desde a colonização, início a exposição das subjetividades desse cenário embasando-me no contributo de António Gramsci quanto a percepção dos fenômenos sociais: “não seria possível compreender separadamente nenhum aspecto do real, todos os aspectos precisam ser considerados em sua inter-relação. Assim, os fenômenos sociais não seriam vistos como coisas, e sim como sistemas de relações em contínua transformação.”

A América Latina, como um local historicamente complexo e desigual, revela dissonâncias em diversos pilares estruturantes de toda a sociedade, com setores produtivos de baixa especialização, má

distribuição de renda, e alta estratificação do sistema de proteção social e acesso a oportunidades (CEPAL, 2010, 2012, 2014, 2016). No entanto, essa heterogeneidade não diz respeito somente ao aspecto produtivo, mas também aos desequilíbrios territoriais, de gênero, raça e etnia, entre outros. A ideia é de que as fragilidades socioeconômicas não atingem apenas a esfera da economia na região, mas perpassam outras áreas como a própria autonomia das pessoas, impondo barreiras adicionais aos direitos humanos básicos da vivência na região.

O relatório *Overview of Rural Poverty in Latin America* publicado pela FAO (2018), demonstra que após duas décadas de diminuição relativa da pobreza e da extrema pobreza na região, esses índices voltaram a subir. Ainda que se tenha testemunhado uma redução da pobreza entre os anos 80 e início dos anos 2000, nota-se que a situação ainda é bastante grave no local. De acordo com informações de 2018 da CEPAL, no ano de 2016 a percentagem de pessoas vivendo respectivamente na extrema pobreza e na pobreza nas áreas rurais da América Latina eram de 22,5% e 48,6%.

Os motivadores da diminuição da precariedade geral desse período são amplamente debatidos. Parte dos argumentos, como os apresentados no relatório *El Imperativo de la Igualdad* da CEPAL, alegam que a composição produtiva fortemente relacionada à exploração de recursos naturais, acarretou o crescimento da demanda por trabalhadores de baixa qualificação. Esse incremento no que lhe concerne, apresentaria um problema adicional, a redução nos retornos educativos. Como resultado desse processo, não se observa um ponto de inflexão na igualdade local, mesmo em meio a um cenário de desenvolvimento econômico e de progresso. O que se percebe é a estagnação da produtividade, e o desencorajamento à educação e a evolução do capital humano.

Além destes fatores, ocorreu também uma mudança nos arranjos familiares na região, seguindo uma tendência mundial. Logo, pode-se atribuir à transição demográfica como grande contribuinte para essa redução nos índices de pobreza, em decorrência do menor número de dependentes nos lares e maior inserção laboral de mulheres e meninas. No entanto, esse acréscimo de trabalhadores não representou um aumento proporcional esperado do rendimento laboral, visto que frequentemente as mulheres e jovens recém-inseridas no mercado de trabalho são mal remuneradas e consideradas, mão de obra secundária (CEPAL, 2016). O documento *Pobreza infantil na América Latina e Caribe*, de 2010, reforça a visão de que as melhorias econômicas na região se devem ao alargamento da participação trabalhista entre os elementos da família, e a diminuição do tamanho das mesmas, e não ao aumento e melhor distribuição das remunerações.

É importante salientar que pobreza e desigualdade, apesar de relacionados, são princípios diferentes. Nem toda a sociedade com altos níveis de pobreza, apresentará de forma similar um grau

elevado de desigualdade. Isso se deve ao fato de que desigualdade diz respeito a perspectivas mais complexas, relativos à distribuição dos recursos entre os indivíduos e grupos sociais, além do acesso aos serviços públicos em determinada sociedade. A configuração de igualdade baseia-se na atenção aos “aspectos relacionais”, logo a desigualdade deve ser compreendida como o resultado cumulativo da negligência de necessidades, decisões e experiências, somado a um contexto econômico e institucional oneroso temporalmente (CEPAL, Gibbs e Eaton, 2014). Dessa forma, atribui-se a igualdade o papel de fio condutor para o desenvolvimento, compreendida como fundamental para a conquista sustentável de um progresso não somente econômico, mas social (Bárcena e Prado, 2016).

Retoma-se os achados do Índice de Pobreza Multidimensional citado acima, buscando no último elemento, o contraste entre a pobreza multidimensional e a monetária, para adentrar a questão da desigualdade inerente a região latino-americana. Conforme sustenta o pensamento cepalino, a desigualdade na região possui raízes estruturais e históricas. O modelo de desenvolvimento propagado na América Latina, baseado predominantemente na exportação de matérias-primas e não na especialização da enorme parcela de trabalhadores sem qualificação e o consequente desenvolvimento da produção, vêm ocasionando a existência de ilhas de progresso, marginalizando a maior parte da população (UNESCO, 2000). Através da contraposição dos dados do Produto Interno Bruto e do índice de Desenvolvimento Humano (PIB e IDH) entre os países que se posicionam no topo e no fim da classificação latino-americana, tornam-se bastante preponderantes as assimetrias nos 33 países que compõem o bloco.

Consoante resultados obtidos no levantamento de 2020, os países em primeiro e segundo lugar, relativamente ao PIB, são respectivamente Brasil, com uma média de 1.363.767 dólares norte-americanos (USD), e México com 1.040.372 USD. Descendo para o fim da lista, encontramos nações como Belize 1.556 USD e Haiti com 8.347 USD. Mesmo considerando as diferenças em dimensões territoriais e populacionais de cada país, essa desproporção é flagrante. Já examinando o IDH de 2020 os países melhor posicionados são Chile no 43º lugar e Argentina no 46º. Enquanto isso, Honduras e Haiti encontram-se nas posições 132º e 170º.

Além da heterogeneidade entre países, existe também uma enorme diferença entre os níveis de desenvolvimento no interior de cada um deles. Ao mesmo tempo, em que alguns territórios chegam a se equiparar a qualidade de vida em países desenvolvidos, outros vivenciam uma experiência de privações dura e alarmante. Uma das medidas de verificação da desigualdade interna de um país, é a comparação do rendimento médio entre os mais pobres e os mais ricos naquela sociedade. Nesse ponto, as estatísticas demonstram de forma clara o desequilíbrio local, como pode ser visto na contraposição

realizada pelo *Oxford Committee for Famine Relief* de 2014, o qual demonstra que a população mais rica da América Latina detém 71% da riqueza total, ou em outras palavras, os 10% mais ricos ganham cerca de 30 vezes mais do que os 10% mais pobres. Segundo cálculos do Comitê, caso essa tendência permaneça nos próximos anos, presenciaremos o grupo dos 1% mais ricos da zona, acumulando mais riquezas do que os 99% restantes (Oxfam 's, 2015).

A CEPAL, como grande expoente no estudo da desigualdade enraizada na região, aponta que o elevado nível de concentração de renda encontrado no cenário latino-americano, persiste mesmo em períodos de progresso econômico. Os levantamentos da Comissão enquadram a igualdade num panorama não somente monetário, como a igualdade de capacidades, conhecimento e prática de direitos individuais e coletivos (Bárcena e Prado, 2016).

Aqui propõe-se a percepção da igualdade como a junção de duas dimensões: a primeira dizendo respeito aos direitos humanos fundamentais, e o correspondente ordenamento jurídico de cada local que possibilite a garantia destes; e a segunda dimensão que trataria da verificação de uma estrutura social e econômica, que permitam a justiça social. Ou como definido por Martha Nussbaum, as capacitações combinadas – que serão abordadas mais à frente.

De acordo com o documento do Banco Mundial, *Inequality in Latin America: Breaking with History* (2005), identificam-se quatro tendências comuns em sociedades com altos níveis de desigualdade na região:

- Salienta-se uma discrepância muito grande entre a remuneração dos trabalhadores mais qualificados e os menos qualificados (os primeiros possuindo renda muito mais elevada);
- A taxa de natalidade entre as pessoas com maior renda e educação tende a ser menor;
- Distribuição desigual da educação, tanto em qualidade quanto em quantidade;
- Não é usual a redistribuição de renda dos patamares mais ricos da sociedade para os mais pobres, mesmo com a participação ativa do estado na economia na maioria dos países;

É visível a amplitude de características que compõem a desigualdade, influenciando e sendo influenciada por esferas e atores diversos. Exemplo disso pode ser percebido no próprio relatório, por meio da análise realizada no caso da Guatemala, contrapondo o nível de distribuição de renda no quintil inferior naquela sociedade, e o grupo com rendimento mais elevado. Obtém-se então que os primeiros apresentavam uma média de 3 filhos por núcleo familiar, enquanto o segundo quintil avaliado possuía em média 1,9 crianças no seu agregado.

Também no primeiro perfil familiar, cerca de 57% das pessoas possuem ligação a um serviço de fornecimento de água (relacionando-se a outros serviços básicos, como saneamento), e apenas 49%

possuíam acesso à energia elétrica. Quando verificado o mesmo parâmetro para o quintil mais rico, esse percentual se apresentava por volta dos 92% e 93%. A pesquisa continua avaliando quantas pessoas nesses grupos dividem um mesmo quarto, apontando uma média de 4,5 pessoas para a primeira parcela, enquanto a segunda permanece na média dos 1,6.

Para contribuir na compreensão do grau de lentidão, e a dissonância na disseminação do progresso pela região, uma das principais ferramentas de análise a observar é o coeficiente Gini. Em geral, os países em desenvolvimento apresentam coeficientes Gini em torno de 0,25 a 0,35. Todavia, na América Latina os países que se posicionam melhor no comparativo, El Salvador e Uruguai, possuem respectivamente 0,38 e 0,39. Enquanto isso, na outra extremidade do índice, os piores países da região foram Suriname e Brasil, com 57,60 e 53,3 respectivamente. (Gini Index, 2019)

Vale sublinhar também que as disparidades estruturais na região não se apresentam de forma semelhante entre todos os países, gerando ainda mais uma camada de complexidade no estudo do problema. Conforme o *Poverty and Shared Prosperity Index* de 2020, em termos globais, a média de prosperidade compartilhada foi de 2,3% no levantamento entre os anos 2012 e 2017. No entanto, esse número não revela a grande diversidade entre os países segundo o seu grau de desenvolvimento econômico.

O Índice de Pobreza Multidimensional (2009), por exemplo, indica que na região, a Nicarágua apresentava um índice de pobreza multidimensional de 94%, enquanto o Chile, no mesmo período e na mesma região geográfica, detinha em média 30%. A noção dessa variação tão distante, à luz da apreciação dos fatores sociais específicos que a compõem, proporciona uma percepção mais fidedigna da situação pontual de cada país da região, preservando suas peculiaridades.

É necessário ter em mente a ideia de que a desigualdade impacta diretamente a eficácia e a abrangência do desenvolvimento econômico, especialmente na redução da pobreza. O Banco Mundial estima que para atingir uma redução de 1% na quantidade de pessoas vivendo em situação de pobreza, as nações com altos níveis de desigualdade devem promover um crescimento mais acelerado do que os países que já estabeleceram maiores níveis de igualdade (Banco Mundial, 2005). Considerando essa informação, a UNICEF (2010) ressalta a preocupação de que na América Latina, mesmo com a melhoria recente na qualidade de vida geral, as lacunas territoriais permanecem presentes, sem indícios de redução em breve.

Enquadrado nesse panorama, o conceito de interseccionalidade é fator preeminente na análise da realidade latino-americana, e das condicionantes basilares do contexto profundamente heterogêneo encontrado na região. Questões como o sistema de gênero dominante (patriarcado), aspectos culturais,

raciais, padrão produtivo, entre outros, se conectam a elementos como residência, estrutura política e de autonomia econômica. Assim sendo ficam mais claras algumas das razões pelas quais mesmo com a diminuição da pobreza nas primeiras duas décadas do século XXI, isso não se refletiu de forma direta num maior alcance a serviços públicos de qualidade e a uma reprodução proporcional na diminuição das desigualdades presentes na região (FAO, 2016).

1.2.1 Territorialidade

Após o avistamento macro do fenômeno da pobreza, e especialmente da desigualdade, passo a realizar um recorte geográfico que considero essencial. Para compreender os bolsões de exclusão perseverantes na América Latina, é interessante promover a aproximação de uma das camadas mais vulneráveis nesse contexto: os habitantes de regiões rurais. Assim como afirma o geógrafo Milton Santos (2005), território “não é apenas natureza, pois pressupõe também o sentimento de pertença, de identidade”. Saquet e Silva (2008), aprofundam a concepção de Milton, e pensam o território como o lugar em que desaguam todos os poderes, ações, forças, fragilidades e desejos. Logo, “[...] O território não é apenas o conjunto dos sistemas naturais e de sistemas de coisas superpostas; o território tem que ser entendido como o território usado, não o território em si. O território usado é o chão mais a identidade. “(Santos, 2007).

O valor do estudo do território na conjuntura de investigar os entraves ao desenvolvimento de capacitações femininas na região, certifica-se através de afirmações como a do documento O Imperativo da Igualdade (2016), que caracteriza território como:

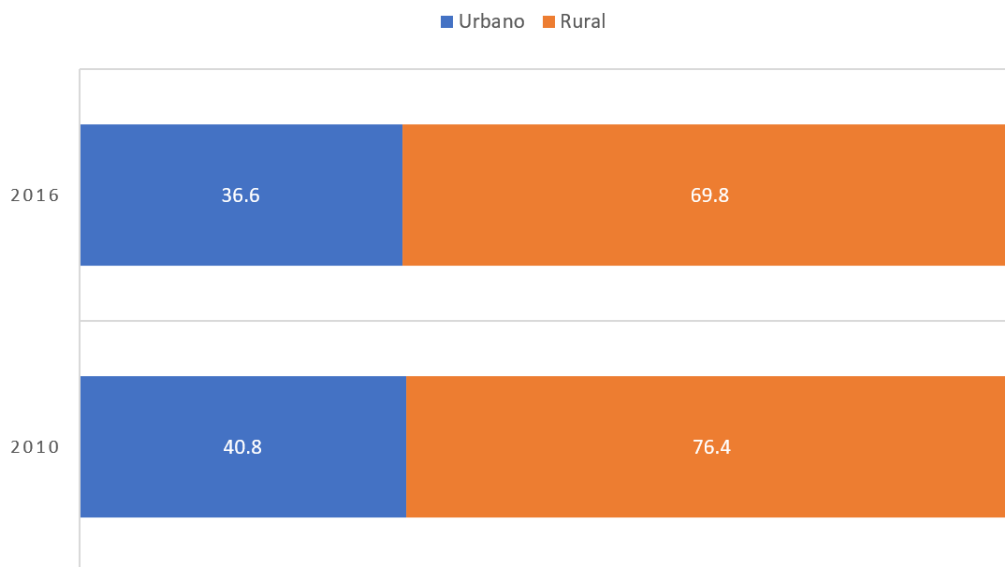
“[...] grupos e espaços, onde a intersubjetividade possa ampliar-se ou restringir-se, para que a igualdade na inserção em redes de relações que se estabelecem para uma autonomia com maior capacidade de agência. Através desta perspectiva de igualdade, os espaços compartilhados se tornam decisivos. A segregação escolar e a residencial são aspectos importantes a avaliar nesta dimensão. A problemática de gênero também aparece nesta aproximação do problema.” (CEPAL, 2016)

O trecho acima aponta o paralelo comum da desigualdade econômica e social, com desigualdade de gênero, raça e segregação espacial. A desigualdade socioeconômica e a segregação residencial não possuem o mesmo significado. No caso da segregação, é necessário que haja um contexto de desigualdade social entre estratos e classes, não somente de renda. Assim, o conceito de território será abordado aqui de forma ampla, englobando o conjunto dinâmico de aspectos sociais, e institucionais

somados a características monetárias e físicas, assim como variações nas relações de gênero, geracionais, culturais e identitárias que culminam em hierarquias de poder.

As particularidades da organização espacial entre o meio rural e o meio urbano “condicionam e refletem-se nas condutas dos indivíduos e na forma como estes interagem entre si” (Carmo, 2009). A separação entre as esferas “urbana” e “rural” é analisada por Martini Dirven (2011) como não sendo necessariamente dicotômica. Porém, percebe-se que a própria definição de “rural” na América Latina, aplica-se como uma categorização por omissão, segundo a autora, uma vez que o termo se refere aos locais nos quais os requisitos para ser considerado “urbano” não são encontrados. Essa definição demonstra a relação entre as áreas, ao mesmo tempo em que evidencia uma forte hierarquia entre elas. A pobreza rural está em constante crescimento ao redor do mundo, e excede a pobreza urbana desde o início dos levantamentos de dados nos anos 1960. A média de diferença entre as áreas gira em torno de 5% ao longo dessas décadas (Jolliffe, 2004). Na região latino-americana, essa realidade é ainda grave, observando-se um índice de pobreza nas zonas rurais equivalente ao dobro do encontrado nas cidades (CEPAL, 2012). Em dados obtidos pela Comissão, concluiu-se que em 2018 a população rural na América Latina e no Caribe equivalia a cerca de 18% da população total, porém ao mesmo tempo representavam 41% da população vivendo em extrema pobreza na região. A ruralidade latino-americana, significa em muitos casos a exposição a dupla exclusão: social e trabalhista. Consoante relatório da CEPAL (2018), comparando os cenários urbano e rural em relação a este aspecto, obtém-se:

Gráfico 1 - Dupla exclusão: Social e Laboral (2018)



Fonte: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Social Panorama of Latin America, 2018 (LC/PUB.2019/3-P), p.169, Santiago, 2019.

Presencia-se frequentemente na área rural um atraso também nas melhorias obtidas com as alterações na percepção dos papéis de gênero na sociedade, que impactam diretamente na distribuição da educação no território, e no percurso de desenvolvimento. Essa dinâmica acaba por promover a perpetuação dos chamados “*Poverty traps*” (Armadilhas de pobreza) (Bebbington et al., 2016). Na ruralidade, a reprodução intergeracional da pobreza se intensifica, em grande parte por as famílias estarem envolvidas primordialmente em apenas uma atividade econômica, tornando-se dependentes de uma fonte única e instável de renda. Esse encapsulamento dos grupos em bolsões de precariedade, leva ao fortalecimento do mecanismo de reprodução da desigualdade de distribuição de renda e recursos.

Exemplo da percepção de estagnação no progresso intergeracional na região, exprime-se através dos dados obtidos no World Values Survey Wave 7 (2017-2020)². Em uma das perguntas propostas aos inquiridos, busca-se observar a percepção de melhorias na qualidade de vida dos indivíduos, comparado àquela vivenciada por seus pais quando estavam na mesma faixa etária. A média obtida entre os países selecionados foi a seguinte:

- Melhoria na qualidade de vida: 54,3%
- Piora no padrão: 17%

² Consiste numa pesquisa global visando avaliar os valores e crenças das pessoas, além das mudanças ao longo do tempo.

- Realidade basicamente igual: 27,1%.

Em países da região, como Argentina (53.8%), Bolívia (51.3%) e Colômbia (51.1%), a maior taxa foi encontrada entre os que se consideram como possuindo um padrão de vida bastante similar ao da geração anterior. Já países com economia mais desenvolvida, o maior índice aparece no grupo daqueles que percebem uma melhoria considerável em relação a seus pais e avós, como Alemanha (59.9%), Coreia do Sul (67.6%) e Japão (44.6%).

O fator geográfico possui grande peso na análise factual da pobreza e do acesso a recursos básicos como educação e saúde (RIMISP, 2018). Diante disso e de todo o exposto aqui, nota-se que o lugar importa, como corroborado também pela própria CEPAL, confirmando que o local de nascimento e desenvolvimento de um cidadão latino-americano influencia diretamente na distribuição de oportunidades a que esse terá acesso ao longo da sua vida. Hoje, nascer na área rural de um país da região condena a maioria das crianças a uma vida limitada de possibilidades e direitos básicos. Sendo assim, passo a pensar a região rural da América Latina como um ambiente dificultador no processo de desenvolvimento humano e econômico.

1.2.2 América Latina Rural

Inserido num contexto de desigualdade histórica e estrutural, as áreas rurais na América Latina representam espaços suscetíveis à maior existência de opressão e disparidades sociais diversas. Os índices de pobreza rural sempre foram mais elevados do que os urbanos, como exposto anteriormente, mesmo que entre os anos de 1990 e 2014 tenha ocorrido uma redução da pobreza na região de 65,2% para 46,2%. Grande parte da melhoria dos índices neste período se deve a programas de transferência de renda condicionada, considerada uma medida paliativa como abordarei mais à frente, o que proporcionou uma evolução nos rendimentos entre os anos 2000 e 2016. Contudo, os números mostram que esses resultados otimistas passam a estagnar, em torno do ano de 2014, mostrando que o fenômeno da pobreza rural persiste apesar de todo o empenho da sociedade civil, das organizações de cooperação e dos próprios governos (CEPAL, Banco de Dados de Pesquisas Domiciliar, 2018).

Conforme a ONU Habitat (2012), calcula-se que 60% a 70% do PIB latino-americano e caribenho se originam em áreas urbanas. Essas áreas além de possuírem o quase monopólio econômico, ainda apresentam uma distribuição de forma bastante destoante, possuindo em 4 metrópoles os grandes propulsores dessa máquina financeira: São Paulo, Rio de Janeiro, Cidade do México e Buenos Aires. No documento O imperativo da Igualdade, de 2016, a CEPAL afirma que um dos motivos desse panorama,

é que durante décadas o modelo de organização econômica propagado no local girou em torno dos centros de poder político, levando a um esquema de grande concentração populacional e de renda em determinados territórios.

Tendo essa dinâmica como pilar, começa a se delinear algumas das razões pelas quais a maior parcela de pessoas pobres e extremamente pobres, vivem em territórios remotos, representando cerca de 47 milhões de pessoas (FAO, 2012), e caracterizados pela fragilidade ecológica e precariedade no acesso a serviços (Barbier, 2010 e 2012). A multidimensionalidade da pobreza presente na região também foi analisada, comprovando o contraste entre 19,9% dos indivíduos em áreas rurais caracterizar-se como multidimensionalmente pobres, enquanto no contexto urbano esse percentual não ultrapassou os 3,1%. Em outras palavras, uma pessoa ao nascer num ambiente rural na América Latina, possui 6 vezes mais hipóteses de vivenciar a pobreza do que alguém numa zona urbana.

Estudos também demonstram que há um desequilíbrio preponderante na média de rendimentos entre as áreas rural e urbana na região. Em 2018 esse valor correspondia a USD 363 para os moradores rurais, e USD 804 para os habitantes de áreas urbanas. Esse fato se deve essencialmente pela informalidade e não especialização do trabalho, que em 2010, demonstrava uma porcentagem de pobreza no setor informal rural variando de 55% a 98% (CEPAL, FAO e IICA, 2013). Essa informalidade acarreta também a dificuldade em ter acesso, ou mesmo o conhecimento de algumas garantias sociais atreladas ao trabalho formal.

Informalidade e ruralidade tendem a caminhar próximos, não manifestando grandes distanciamentos nesse aspecto nas últimas décadas. Adicionando a esse fato, tem-se que a maioria dos trabalhadores na região estão ligados à agricultura familiar como meio de sobrevivência. Em 2010, existiam cerca de 16.6 milhões de famílias agricultoras na região, ou equivalente a cerca de 60 milhões de pessoas que dependiam da agricultura (Leporati et al, 2014). Compondo esse grupo, estão por volta de 10 milhões de unidades produtivas, ou 2/3 das fazendas familiares da região que enfrentam limitações severas, os impedindo de aumentar a produtividade ou a lucratividade. Dentre esses fatores limitantes, está a precariedade da educação, falta de acesso à informação, debilidade da proteção social, entre outros (Berdegú e Fuentealba, 2014).

A FAO destaca que, no Marco Estratégico de 2014, algumas medidas são determinantes para fomento da agricultura familiar e do desenvolvimento rural na região:

- Melhorar as políticas públicas e instituições relacionadas à agricultura familiar e vinculá-las a projetos de proteção social, incluindo igualdade de gênero.

- Expandir o apoio da agricultura familiar à segurança alimentar, articulando a agricultura a projetos de abastecimento alimentar escolar, e especialmente o acesso das mulheres à terra, crédito, seguros e demais recursos.
- Incrementar a agricultura familiar como condutora principal do desenvolvimento. Fornece suporte a cooperativas, associações, e empreendimentos femininos na região.

1.3 Políticas públicas de proteção social

Os países latino-americanos adotaram medidas contributivas e não contributivas, como arcabouço dos seus sistemas de proteção social: transferências condicionadas, pensões sociais, e outras ligadas à segurança social. Entretanto, o trabalho remunerado formal permanece como a base de construção para os direitos sociais, logo, o trabalho agrícola, devido a sua alta informalidade, instabilidade e baixa remuneração, tende a ficar em segundo plano no amparo das políticas públicas (FAO, 2015).

O propósito de eliminar a pobreza em todas as suas formas, requer políticas públicas que englobam perspectivas de gênero capazes, além de promover a equidade, de promover a habilidade de superar as barreiras estruturais da feminização da pobreza, especialmente nos lares em maior vulnerabilidade. Nesse contexto foi desenvolvido em 2011 pela Organização Mundial da Saúde, o Gender Responsive Assessment Scale. O sistema é aplicado como uma base de critérios a serem avaliados no planejamento de estratégias de impacto social e políticas públicas, além de mensurar a sua eficácia no que foi inicialmente proposto.

A escala subdivide-se em:

- *Gender Transformative* ou transformadora de gênero: Explicitamente busca tratar das desigualdades de gênero, erradicando entraves estruturais e promovendo o empoderamento de grupos oprimidos
- *Gender Responsive* ou gênero responsiva: Reconhece e aponta as demandas diferentes entre os sexos, incentivando resultados igualitários
- *Gender Sensitive* ou sensível ao gênero: Nota as desigualdades de gênero, porém não implementa grandes estratégias de mudança
- *Gender blind* ou invisibilidade de gênero: Ignora o aspecto de gênero no planejamento, perpetuando as desigualdades, e muitas vezes agravando-as
- *Gender discriminatory* ou gênero discriminatória: Favorecimento a um gênero em detrimento do outro, agravando a brecha de disparidade de gênero.

Ilustração 3 - Ferramenta diagnóstica de gênero



Fonte: OMS, 2011

A ideia principal da utilização desse painel, é salientar que mesmo que grande parte das políticas públicas e de proteção social não sejam transformadores de gênero (*gender transformative*), o que se busca é que ao menos essas não sejam gêneros negativos ou invisíveis (*gender negative* ou *blind*).

No enquadramento latino-americano, possuindo o sistema de proteção social majoritariamente atrelado ao trabalho formal, percebe-se a ineficiência desse modelo para setores mais negligenciados da sociedade. O grupo com maior acesso ao sistema de proteção é formado por trabalhadores formais e particularmente em meio urbano. Tais modelos dependentes do trabalho assalariado formal e com políticas universalistas focadas em zonas urbanas, acabam por promover a supressão das áreas rurais. (Hernandez e Rossel, 2012).

Como visto acima, a construção de gênero para os sistemas de proteção na América Latina e Caribe teve como parâmetro a centralidade no trabalho remunerado, dessa forma salienta-se o papel

desse fator como um dos maiores responsáveis pela invisibilização da população rural no acesso a políticas públicas e direitos sociais, especialmente no caso das mulheres. No que lhe concerne, tendo a divisão sexual do trabalho como ponto base, expõe-se a vantagem histórica do suporte aos homens no que diz respeito a riscos sociais.

Às mulheres, tradicionalmente possuindo a sua capacidade de trabalho restringida, apresentam-se enormes dificuldades para usufruir do trabalho remunerado e conseqüentemente obter os benefícios vinculados ao mesmo. (Yáñez, FAO, 2015) Tende-se a vincular as demandas das mulheres às necessidades consideradas mais generalistas, implementando medidas de alívio da pobreza, como pensões sociais e transferências monetárias condicionadas. Porém, estes modelos não incorporam políticas de melhoria da qualidade de vida das mulheres a longo prazo, pendendo para a aplicação de estratégias somente com um viés de contenção de danos.

Cecchini e Madariaga (2011), e CEPAL (2013), indicam que os programas de transferências condicionadas empregados desde o início dos anos 2000 na região, evidenciam um padrão “feminizado”, visto que as mulheres são as maiores beneficiárias destes. Essa feminização dos apoios condicionais acaba por fomentar a ideia de que as mulheres são cuidadoras natas e responsáveis por intermediar o espaço entre Estado e família. Dessa forma, ao mesmo tempo em que essas medidas proporcionaram às mulheres a oportunidade de assumir uma posição de maior relevância na elaboração de políticas sociais, também caminhou na via contrária, funcionando como um reforço a aspectos impeditivos da eliminação das próprias causas base da desigualdade de gênero.

A associação das mães como utilizadoras das transferências condicionais, apenas após cumprirem certos requisitos relacionados ao cuidado, como a garantia da frequência escolar dos filhos, opera como uma espécie de remuneração por cuidados, estabelecendo indiretamente o papel de cuidadora apenas as mães. Através dessa dinâmica, as políticas públicas reforçam além do estereótipo de cuidado, a percepção de quem pertence realmente ao mercado de trabalho (UNRISD, 2010 e Molyneux, 2007).

O documento Atando Cabos da UNDP (2011), traz um exemplo que robustece essa ideia, ao citar o caso do programa *Plan Familias* na Argentina, que condicionou o benefício às mães ao afastamento dessas do mercado de trabalho. Assim, o “salário pelos cuidados” se torna “salário para não estar realizando trabalho remunerado” (David Levi-Faur, 2011) Essa categoria de abordagem seria categorizada, conforme o Gender Responsive Assessment Scale, como no patamar de gênero discriminatória (*gender discriminatory*).

A assistência social às quais as agricultoras familiares têm acesso, frequentemente não considera a situação específica das mulheres em seu planejamento. Devido a sua inserção desigual na família e na sociedade, além da percepção de que o aumento da presença feminina no trabalho remunerado não é medida suficiente para que a lacuna de gênero diminua (Observatório de Igualdade de Gênero³, 2018) O estudo de Marín Riaño, Rosa Elena e Christine Okali (2008) chama a atenção para que a inclusão promovida com foco apenas na inserção laboral remunerada tende a aumentar a sobrecarga de trabalho feminino, já que as mulheres continuam responsáveis pela quase totalidade do trabalho doméstico.

As autoras avaliam então três projetos governamentais de investimento em microcrédito e geração de renda para mulheres na região, concluindo que não houve empoderamento das mulheres envolvidas por alguns motivos-chave: a renda gerada foi muito baixa; não foram observadas mudanças nas relações de poder que permeiam as dinâmicas familiares das participantes, e finalmente, os projetos vieram de cima para baixo, sem o envolvimento das mulheres na proposta. Os projetos buscaram modificar os papéis produtivos das mulheres sem a necessária reflexão sobre os seus trabalhos reprodutivos.

Ao verificar a eficácia das políticas públicas na região, a grande tendência é de ainda se manter uma visão bastante superficial, negligenciando aspectos conjunturais e culturais de cada país, assim como as suas características internas, operando como estudos com invisibilidade de gênero (*gender blind*). Exemplo disso pode ser observado na avaliação do empoderamento feminino resultante do recebimento do Bolsa Família no Brasil, deduzindo que a entrada de recursos financeiros para as mulheres confere-lhes automaticamente maior autonomia para o uso do dinheiro, às aproximando da rede de assistência social, e viabilizando ações de conscientização sobre os seus direitos.

Concluiu-se então que o programa de transferência de renda funcionou como um instrumento de empoderamento feminino. Porém, essa constatação baseia-se numa perspectiva que ignora a conscientização de gênero, dado que suprime o papel fortificante dessa política na relação de poder e hierarquização já estabelecida entre homens e mulheres, quanto aos seus papéis tanto na esfera privada quanto pública. Uma abordagem atenta ao prisma de gênero, traria resultados mais factíveis da realidade das mulheres em todos os âmbitos das suas vidas, não se limitando ao aspecto econômico (Moreira et al., 2012)

³ Criado no Consenso de Quito com o intuito de analisar o cumprimento de metas em torno da igualdade de gênero na região latino-americana, além de suprir com apoio técnico e fornecer diagnósticos sobre as desigualdades entre gêneros.

Outra evidência dessa “cegueira de gênero” demonstra-se através da análise da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), expondo que dos 18,4 bilhões de dólares investidos na agricultura entre 2002 e 2008, somente 5,6% tiveram consideração ao gênero (UNIFEM, 2010). Consolidando essa visão, Jo Rowlands (1995) aponta:

“Relações econômicas nem sempre melhoram a situação econômica das mulheres, e frequentemente adicionam uma camada extra de fardo. Geralmente, o trabalho de desenvolvimento é feito ‘para’ mulheres, e o foco exclusivo em atividades econômicas não cria automaticamente um espaço para a mulher olhar seu próprio papel como mulher, ou sobre outros aspectos problemáticos de suas vidas.” (Rowlands, 1995)

Para além dessa compreensão, faz-se relevante a indagação sobre o destino do dinheiro recebido pelas mulheres, e se este foi empregado nelas mesmas ou na família. Chablé et al. (2007) avaliaram alguns grupos de mulheres beneficiárias de programas de microcrédito, e observaram que o dinheiro recebido era aplicado sobretudo na casa e nos filhos, nunca reinvestido nas próprias mulheres ou para seu próprio conforto e desenvolvimento. Ao utilizar a renda em prol exclusivamente da unidade familiar, reafirma-se a manutenção feminina na função reprodutiva, representando assim uma espécie de solução paliativa ao problema da pobreza.

As políticas distributivas, por si só, não conseguem garantir suporte às mulheres em todas as esferas de vulnerabilidade. Outras iniciativas são necessárias para que realmente se impacte na possibilidade de elas atingirem a autonomia. Os programas de assistência aos cuidados infantis, por exemplo, possuem influência direta na participação feminina no mercado de trabalho remunerado, tema que será mais explorado à frente. Aponta-se que no caso de a mulher ter assegurado esse suporte, a sua propensão em aceitar um trabalho fora de casa aumenta de 2% a 22% (Mateo Diaz e Rodriguez-Chamussy, 2016). Com esse dado em mente, constata-se mais uma camada da precarização da mulher rural, como revelado no estudo de Dantas (2014), o qual expõe que no ano de 2008, 93% das crianças matriculadas em creches do programa Brasil Carinhoso, se encontravam em zonas urbanas.

No documento Proteção social das trabalhadoras da agricultura familiar na América Latina e Caribe, da FAO, destaca-se que uma relação mais virtuosa entre empoderamento feminino e desenvolvimento territorial deve contar com:

- Evitar um conjunto de normas e modelos de políticas ideais, que se apliquem de forma genérica a todas as esferas da sociedade,
- Empenho político na escuta e aprendizagem das dinâmicas territoriais através dos seus atores, especialmente as mulheres, promovendo a coesão social e o exercício de direitos.

Exemplo de medidas nesse sentido foi o programa implementado na Bolívia, chamado *Community Investment in Rural Areas Project* (2011-2019). A iniciativa visava a inclusão de mulheres na tomada de decisões sobre suas comunidades, e participação ativa na determinação de prioridades em questões como construções em pequena escala e infraestrutura. A aplicação dessa estratégia surgiu das demandas expostas pelas próprias mulheres rurais e indígenas, a respeito dos obstáculos à sua participação comunitária: pouco tempo livre devido aos trabalhos domésticos extenuantes, normas sociais patriarcais, baixa autoestima, entre outras. O programa forneceu capacitação a cerca de 660 mulheres, na intenção de reconhecerem as necessidades de suas comunidades e estabelecerem prioridades de investimento em soluções. As avaliações de desempenho posteriores indicaram que 39% dos subprojetos na região haviam sido liderados por mulheres desde então (Charlier, 2017).

Através das medidas propostas acima, se determina a necessidade do estabelecimento de uma visão integral de proteção social. Concluindo-se assim, que não são exatamente os instrumentos utilizados na promoção do desenvolvimento os determinantes de seu resultado, mas sim o reforço de um entorno favorável. Ao ampliar-se a visão da proteção social, distancia-se da noção apenas da remuneração como solução para redução de pobreza, ao passo em que se fortalece a concepção dos diversos caminhos que conduzem à redução de vulnerabilidades.

O objetivo neste capítulo, foi o de evidenciar a importância do empoderamento da mulher rural como gestora da reconstrução do tecido social no campo. Proponho a reflexão das variáveis estruturais relacionadas à vivência feminina, e como algumas destas promovem um ciclo limitante para o desenvolvimento humano pleno nas áreas rurais da América Latina. Saliento também o valor do desenvolvimento feminino no progresso geral da região, demonstrando a primazia da igualdade e da inclusão como fatores essenciais no delinear desse processo. De acordo com essa visão, a igualdade representaria o elo de ligação principal para a possibilidade de um desenvolvimento integral latino-americano, configurando o “baluarte indefectível” das políticas públicas na região (CEPAL, 2016).

2 O imperativo da incorporação de gênero

Após uma análise da conjuntura da pobreza na América Latina, sobretudo na realidade rural, passo a realizar um mergulho mais profundo nas águas da desigualdade, adentrando a questão de gênero, principal variável proposta aqui. Inicia-se então por conceituar o termo gênero, como apresentado pela historiadora Joan Scott, “O gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder. As mudanças na organização das relações sociais correspondem sempre a mudanças nas representações de poder” (SCOTT, 1990).

Destacando a visão de “forma primária”, e compreendendo que por ser a etapa inicial do posicionamento socioeconômico e cultural de um indivíduo. Portanto torna-se imperativa a incorporação desse aspecto no estudo da autonomia pessoal e do desenvolvimento coletivo, indicando que as hierarquias de poder constituídas culturalmente, influenciam em todas as dinâmicas sociais, privadas ou públicas.

A conceitualização de gênero proposto por Rosa Cobo (1995), destaca que o gênero simboliza uma construção social que transforma as diferenças entre sexos em desigualdades econômicas, sociais, políticas, entre outras. Essa definição diz respeito não somente ao que as sociedades atribuem a cada sexo particularmente, mas envolve a conversão das distinções sexuais em desigualdades (Cobo, 1995 p. 55). Pertencendo a esse espectro, Sharma (2008) argumenta que a autonomia e as subjetividades femininas não devem ser ponderadas como uma identidade uníssona, mas sim um aglomerado de empoderamento proveniente de copiosas tensões e manifestações localizadas (DeJaeghere, J. e Lee, S.K., 2011).

Ainda que para os Direitos Humanos, a garantia da não discriminação com base no gênero tenha sido estabelecida desde a Declaração Universal de Direitos Humanos (1948), a efetividade desse tema passa a ser aprofundada apenas na Convenção para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (Convention for the Elimination of All Forms of Discrimination Against Women/CEDAW, 1979). Até este marco, os direitos humanos fundamentam-se majoritariamente em uma visão androcêntrica, homogeneizando as experiências masculinas como representantes das experiências de todos os seres humanos (Lester F. W., 1903).

A marginalização das circunstâncias particulares de opressão e violência as quais as mulheres são submetidas, para além da categorização dessas violações em um patamar diferente do estabelecido como abuso aos direitos humanos, tendia acarretar um panorama generalista de direitos. Como resultado desse universalismo, embora houvesse a garantia formal à proteção dos direitos humanos de

forma igualitária, as mulheres tiveram seus direitos comprometidos na medida em que suas experiências de vida se apresentavam de forma distinta a dos homens.

Dialogando diretamente com o conceito de androcentrismo, está o de patriarcado. A educadora e ativista Kate Millet representou grande influência no entendimento mais amplo do patriarcado afirmando a percepção de que o patriarcado se configura como “uma constante social que perpassa todas as outras formas políticas, sociais ou econômicas” (Schottruff. G., Elisabeth et al., 1996).

Ao reconhecer o sistema patriarcal como estruturante de toda a dinâmica socioeconômica e cultural das sociedades, indica-se que as dificuldades enfrentadas pelas meninas e mulheres não são problemas particulares de determinada realidade, mas um conjunto de opressões explícitas ou veladas, que impactam a todas, porém em níveis de gravidade distintos. A premência da igualdade de gênero e dos direitos das mulheres como condição para um desenvolvimento sustentável, têm sido reafirmadas a nível internacional desde a Conferência do Rio de 1992. A partir de então, acordos internacionais sobre o tópico foram implementados, indicando algumas tendências de orientação:

- Integrar o enfoque de gênero nas políticas públicas;
- Orquestrar estratégias de melhoria da condição social feminina, tencionando à igualdade,
- Inserir o empoderamento das mulheres nos planejamentos e medidas, compreendendo como uma expansão das suas capacidades e agência (Nações Unidas, 1992, princípio 20).

Contudo, mesmo que essas ações tenham contribuído para o reconhecimento do viés de gênero, e, até mesmo, resultado na redução de algumas lacunas de desigualdade, não chegaram a promover a derrubada dos entraves sociais e culturais mais profundos dessas sociedades, reais responsáveis pela reprodução da situação de vulnerabilidade para as mulheres.

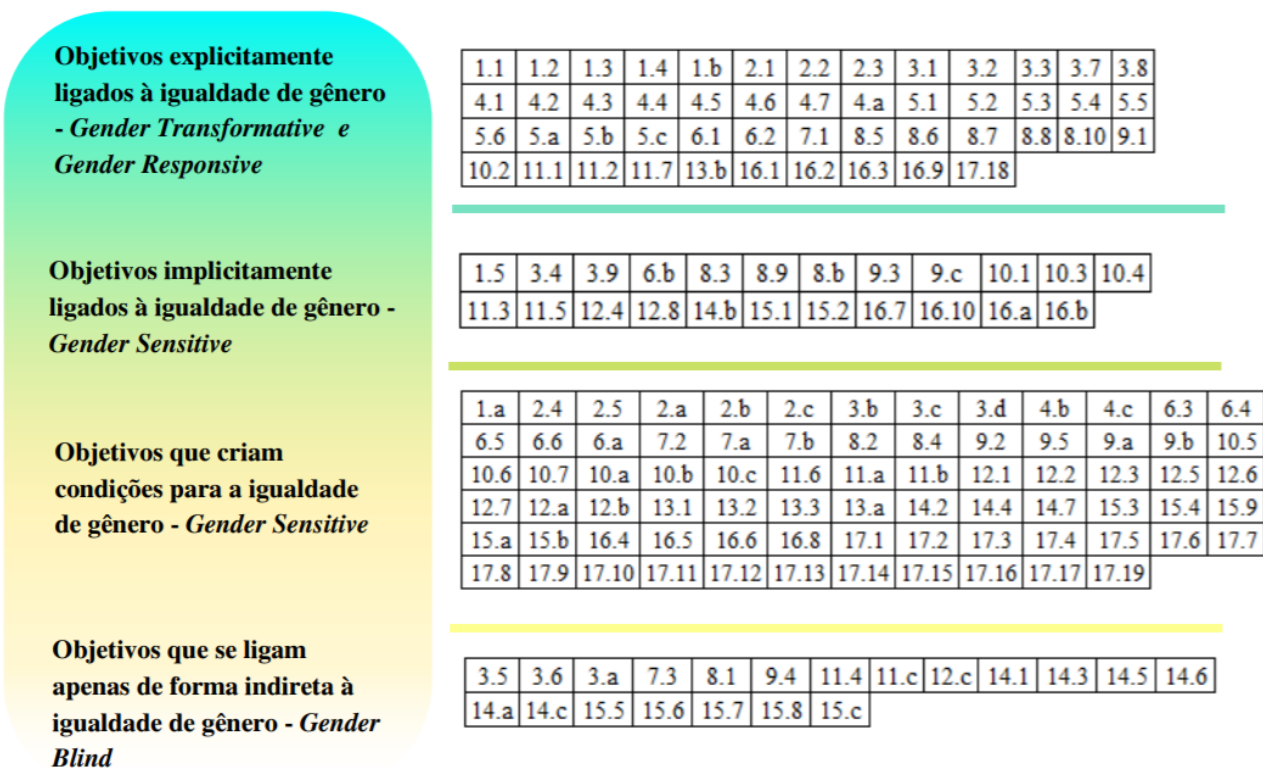
Os anseios por superar a desigualdade socioeconômica e a pobreza até 2030, como acordado pelos signatários dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, e de democratizar os regimes econômicos, culturais e políticos, depende em grande parte da transformação das relações de gênero e do desmonte de um modelo androcêntrico de poder (CEPAL, 2016). Alda Facio traz a reflexão de que o androcentrismo não está presente somente nas esferas social e cultural, mas é notada até mesmo na redação, e principalmente na compreensão legislativa dos países. Para a jurista e professora feminista, a própria aplicação da lei é tocada por elementos culturais e estruturais, aumentando a propensão de práticas injustas. Dessa forma, a execução das leis funcionaria como combustível para uma visão tendenciosa nas sociedades, apontando para a multiplicidade de setores que direta ou indiretamente atravessados pela questão de gênero (Facio M.A., 1996).

A desigualdade de gênero não simboliza uma novidade no contexto mundial, e nem mesmo um efeito accidental das circunstâncias. O documento *Time to Care* publicado pela OXFAM International, afirma que o sistema econômico global foi arquitetado por e para homens ricos e poderosos. O capitalismo como conhecemos, explora e doutrina crenças e valores que promovem o enfraquecimento feminino, em particular das mais vulneráveis, aquelas que pertencem a grupos étnicos ou religiosos e vivenciam a pobreza.

Segundo o documento *La agenda 2030 y la Agenda Regional de Género* da CEPAL (2016), as metas promovidas pelos ODS⁴ estão em sinergia com aquelas determinadas na Agenda. No documento relaciona-se o vínculo entre pobreza e desigualdade de gênero, e implementam-se metas de redução da incidência da pobreza para as mulheres, em todas as suas dimensões, em pelo menos 50% (Meta 1.2), além de ter em conta as questões de gênero no planejamento desenvolvimentista (Meta 1.b). Inspirando-se no gráfico construído pela CEPAL (2017), e acrescentando a métrica proposta pelo Gender Responsive Assessment Scale é possível notar com maior nitidez como a questão de gênero transpassa grande parte dos objetivos temáticos e suas metas de implementação, ainda que em diferentes escalas:

⁴ ODS 1- Fim da pobreza; ODS 2- Erradicação da fome; ODS 3- Saúde e bem estar; ODS 4- Educação de qualidade; ODS 5- Igualdade de Gênero e empoderamento das mulheres; ODS 6- Água limpa e saneamento; ODS 7- Energia; ODS 8- Trabalho decente e crescimento; ODS 9- Indústria, inovação e infraestrutura; ODS 10- Redução de desigualdades; ODS 11- Cidades Sustentáveis; ODS 12- Consumo e produção sustentáveis; ODS 13- Ação pelo clima; ODS 14- Vida submarina; ODS 15- Ecossistemas terrestres; ODS 16- Paz, justiça e instituições sólidas, ODS 17- Meio de implementação e Aliança Mundial.

Ilustração 4 - Transversalização das metas dos ODS com a agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, com métrica do Gender Responsive Assessment Scale



Fonte: CEPAL, Autonomia de las mujeres e igualdad en la agenda de desarrollo sostenible (LC/G.2686/Rev. 1), Santiago, 2016, gráfico I.1

Importante salientar que para garantir a evolução dos ODS, não se pode obstruir a possibilidade de conquista de outros direitos. Pelo contrário, deve-se promover o enfoque de direitos inter-relacionados, possibilitando a criação de sinergias e o avanço de metas que pavimentam o caminho para outras. Na região, foram identificados quatro nós estruturais principais a serem tratados, como afirmado pelas Estratégias de Montevideo:

- A desigualdade socioeconômica e a pobreza;
- Os padrões culturais patriarcais com práticas discriminatórias e violentas;
- A cultura do privilégio, atrelada a divisão sexual do trabalho e a injusta organização social do cuidado,
- A concentração do poder e as relações de hierarquia no âmbito público.

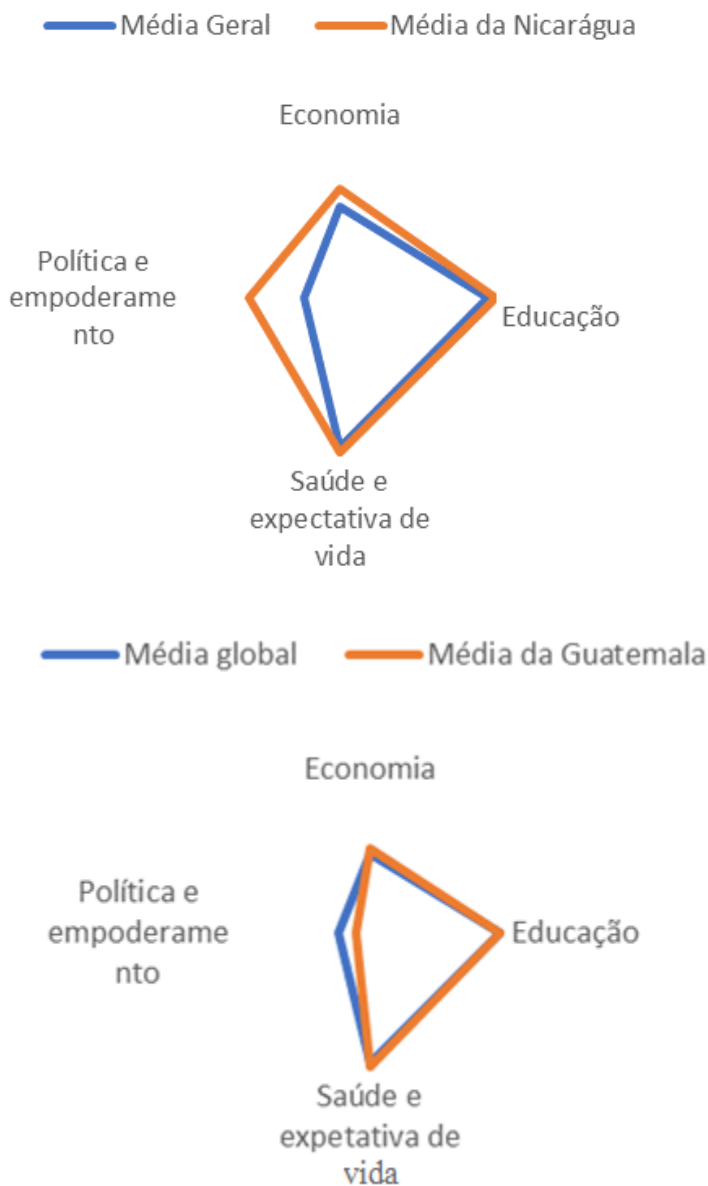
Embora os esforços recentes tenham proporcionado uma melhoria considerável em alguns aspectos da vida das mulheres, estimativas do Global Gender Gap Report de 2021, indicam que caso a velocidade atual no processo de paridade de gênero permaneça, a lacuna de gênero poderia ser fechada em 135,6 anos, devido à evidência da gradual desaceleração nesse sentido (68% de paridade completa, representando uma redução de 0,6% comparado a 2020), e a negligência com esses nós intrínsecos ao sistema.

O relatório também aponta as lacunas mais persistentes encontrando-se nas áreas da economia (58% de fechamento da lacuna), e na dimensão política que mesmo acelerando o fechamento na última década, ainda detêm a maior brecha, apontando um fechamento de apenas 22%. Buscando uma miragem de otimismo, a lacuna de paridade educacional está em 95%, mesmo com o progresso lento recentemente, estima-se que levará mais 14,2 anos para igualar totalmente o acesso à educação para ambos os gêneros a nível mundial (World Economic Forum, 2021).

O desempenho latino-americano na questão da igualdade de gênero encontra-se no meio da classificação mundial, atrás apenas da Europa oriental e Ásia Central. A Nicarágua lidera a listagem da América Latina, posicionando-se em 6º lugar, enquanto Guatemala, situando-se em 110º, exibe os índices mais baixos. Dentre as economias de grande escala na região, Argentina (34º) e Colômbia (36º) seguem sendo os países com maior evidência de igualdade de gênero (Global Gender Gap Report, 2017). O índice também afirma a existência de quatro dimensões temáticas elementares no estudo da questão: a participação econômica e oportunidades; a frequência educacional; estimativa de vida e saúde, e por último o empoderamento político.

Esses fatores deveriam andar em sintonia de ritmos, como corroborado pela visão da Estratégia de Montevideú, gerando um progresso equilibrado e evitando desestabilização de uns aspectos em prol de outros, que levariam a replicação de desigualdades. Nas imagens observadas a seguir, retiradas do relatório, se elucida o descompasso entre essas esferas, realizando a comparação entre o país com maior aceleração recente na paridade na região, Nicarágua, e o de resultado mais baixo, Guatemala.

Gráfico 2 - Comparativo das quatro dimensões temáticas elementares no estudo da igualdade de gênero: país de melhor desempenho, Nicarágua, e de pior desempenho, Guatemala.



Fonte: Global Gender Gap Report, 2017, p.166 e 258.

O tema se mostra essencial, até mesmo na percepção individual de grande parte da população latino-americana. Em dados disponibilizados pela plataforma World Values Survey, nota-se que países da região apresentam uma percentagem acima da média quando questionados quanto à importância da igualdade entre as pessoas frente à comparação com a liberdade delas. O resultado médio, a nível mundial, ficou em 43.6% para igualdade e 54.5% para liberdade. Já países como Bolívia apresentaram uma inversão nessa noção, com 54.8% e 43.7% respectivamente, Chile com 57,5% e 37,8%, e Peru com

58,2% e 40,3%. Dados como este indicam a gravidade da sensação de desigualdade para os povos latino-americanos, e o anseio em obter os seus direitos resguardados de forma igualitária.

Manifestando a necessidade de um olhar de gênero não somente em prol das mulheres, mas visando o desenvolvimento econômico geral, o Fórum Econômico Mundial, vem promovendo nas últimas duas décadas estudos em cerca de 140 países, aplicando o Coeficiente de Desigualdade de Gênero das Nações Unidas (United Nations Gender Inequality Index). As evidências obtidas corroboram o entendimento de que a desigualdade de gênero influencia diretamente os níveis de desigualdade econômica numa região, ao estabelecer três vínculos claros entre as duas categorias de desigualdade:

- A remuneração, visto que o tamanho da desigualdade salarial entre os gêneros corresponde em igual medida ao tamanho da disparidade financeira numa sociedade;
- A distinção na oferta de possibilidades entre homens e mulheres, particularmente no acesso à educação e saúde,
- E por fim a questão da informalidade trabalhista, com maior prevalência para o sexo feminino, trazendo consigo diversas dificuldades, além da escassez de proteção social, como visto anteriormente.

O levantamento viabilizou um importante parecer, quantificando a média de impacto da desigualdade de gênero na precariedade econômica. Por meio dessa mensuração, indicou-se que um aumento de 0 a 1 no coeficiente de desigualdade de gênero, com viés multidimensional, equivale a uma elevação de quase 10 pontos no coeficiente Gini.

Por meio dos argumentos aqui expostos, entende-se que a pobreza não é resultado direto apenas de uma performance econômica baixa, como habitualmente se traduz, mas consequência das armadilhas de pobreza, produzidas pela vinculação de múltiplos tipos de vulnerabilidade. Esses nós, quando desconsiderados, operam como fortalecedores de engrenagens de autoperpetuação desse padrão desigual.

A percepção dessa somatória de sensibilidades, valida-se através de dados como a comparação proposta pela ONU Mulheres, na qual se contrapôs a proporção de meninos e meninas adolescentes que experienciam privações monetárias graves na América Latina e no Caribe, informando que para cada 100 meninos, 104 meninas pertenciam a essa realidade (UN Women, 2021). Apoiada nessa concepção, passo a tratar mais detalhadamente o fenômeno resultante do cruzamento de barreiras sociais, culturais com o gênero, nomeadamente o processo de feminização da pobreza.

2.1 Feminização

Muitos estudos com enfoque na compreensão da complexidade da pobreza já foram realizados, e permanecem sendo aprofundados, produzindo um estado da arte bastante rico sobre o tema. Todavia, a análise da correlação da questão de gênero com esse tema ainda se demonstra incipiente, tomando força no contexto acadêmico somente nas últimas décadas. O próprio termo “feminização da pobreza”, cunhado por Diana Pearce, é concebido apenas nos anos 1970, comprovando o atraso no início dos estudos com essa vertente. A designação do termo facilitou a percepção da interseção da pobreza com a questão de gênero, sendo posteriormente estudada por alguns autores e expandido como um fenômeno social em quase todo o território ocidental.

O fenômeno da feminização da pobreza ganha notoriedade após o estudo da evolução da pobreza nos EUA, inserindo-se um recorte de gênero ao investigar os grupos marginalizados nesse cenário (Minkler e Stone, 1985). A temática passa então a ser utilizada como fundamentação de diversos estudos, como o de Nilufer Cagatay (1998), que aponta a distinção do conceito em três interpretações possíveis:

- O fato de mulheres, quando comparadas com homens, possuírem maior incidência de pobreza;
- A pobreza para mulheres se apresentar mais severa do que para homens,
- Temporalmente, a incidência de pobreza ter crescido mais entre mulheres do que entre os homens.

Para compreender o processo de feminização da pobreza, acredito ser interessante traçar dois caminhos opostos e, em simultâneo, complementares. É necessário entender de forma isolada cada peça envolvida no quadro da feminização da pobreza, simultaneamente realizando o trajeto contrário, ao afastar-se e tentar visualizar o quebra-cabeças completo. Dessa forma, quando se verificar o fenômeno na sua totalidade, proporcionar maior clareza e uma visão factual das suas especificidades. Posto isso, acentuo que a prevalência feminina na pobreza se conecta indissociavelmente ao conceito de dignidade humana. Esse conceito, baseado na visão kantiana, consiste num imperativo categórico em considerar as pessoas não como um meio, mas como um fim em si mesmas.

As causas subjacentes da feminização da pobreza variam de acordo com cada estrutura social, mas, de modo geral, tendem a se encaixar em 3 categorias comuns: condições econômicas, composição demográfica e política governamental (International Encyclopedia of the Social e Behavioral Sciences, 2001). Contribuindo nessa concepção, o Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para as

Mulheres (UNIFEM) aponta ainda quatro aspectos-chave capazes de indicar o avolumamento da pobreza entre mulheres:

- Temporal, dizendo respeito a carga de trabalho doméstico demandado das mulheres, sobretudo em países em desenvolvimento e com menor acesso a suporte público;
- Espacial, representando-se na dificuldade de uma mulher residindo na área rural, por exemplo, de deslocar toda a sua família na busca de melhores oportunidades em outros locais. Dessa forma, as poucas oportunidades ofertadas para as mulheres em locais mais remotos, encaixam-se em padrões de trabalho com menor rendimento;
- Segmentação do trabalho, que se remete a visão da mulher como cuidadora nata, condicionando-a uma posição de submissão, tanto na esfera privada quanto pública,
- Valorização, mais especificamente a ausência dela. Verificadas pela percepção de menor valor nas funções desempenhadas por mulheres no ambiente doméstico.

Reconhece-se então que, na prática, o discurso social, compreendido como na definição de Lélia Gonzalez (2020), “em termos de representações sociais mentais que se reforçam e se reproduzem de diferentes maneiras”, que por sua vez determina a percepção dos papéis de gênero, muito pouco mudou a respeito da definição da mulher, particularmente no ambiente doméstico. A despeito da incorporação à identidade feminina, do novo papel de profissional competente e dedicada, além de começar a questionar o preceito da maternidade como essência da vivência feminina, isso não representou uma mudança substancial na identidade dela perante a sociedade. Na realidade, segue-se atribuindo todas as obrigações familiares e do lar essencialmente a elas, o que constata que a inclusão desse novo papel da mulher fora de casa, foi, na verdade, uma expansão das suas atribuições perante a organização social, e não uma alteração (Rocha-Coutinho, 2004).

O pressuposto de muitas políticas sociais, que possuem no lar um marco de homogeneidade e regularidade, prova-se um conceito errôneo. Sendo o ambiente doméstico um espaço ainda predominantemente feminino, pode-se identificar que neles também observamos áreas de desigualdade: “Enquanto a pobreza afeta os lares como um todo, por conta da divisão sexual do trabalho e as responsabilidades pelo bem-estar doméstico, mulheres carregam um fardo desproporcional, procurando gerenciar o consumo familiar, e a produção sob circunstâncias de escassez crescente” (Em tradução própria, Nações Unidas, 1995).

Além desses entraves, o reconhecimento tardio dos direitos das mulheres como seres individuais, cidadãs e contribuidoras para a sociedade, ocasionou um atraso nos estudos relacionados a elas. Mesmo que recentemente possamos usufruir de maior acervo de dados a respeito de questões com ênfase no feminino, muitas das suas especificidades ainda estão sendo compreendidas e estruturadas. Como exemplo desse retardo, tem-se a escassez de dados com distinção de gênero ainda hoje. Somente 34% das bases de dados internacionais incorporam uma desagregação de gênero, enquanto 27% das informações a nível nacional promovem a mesma separação (Data 2X, 2014 e CEPAL, 2020).

Inclusive, até mesmo os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas, um dos maiores mecanismos de promoção e monitoramento do desenvolvimento global, acabam por deter restrições de elaboração e implementação de suas metas, devido a essa escassez de informações pertinentes e segmentadas em cerca de 80% de seus indicadores sobre igualdade de gênero. O Departamento Geral de Estatísticas de Gênero das Nações Unidas proclama que apenas 41% dos países signatários dos ODS, produzem dados sobre violência contra a mulher de forma regular; somente 13% deles possuem orçamentos dedicados a estatística relacionadas a gênero, além de apenas 15% desses países possuem legislações que tornem obrigatórias pesquisas especializadas baseadas em gênero (Report of the UN Secretary-General on Gender Statistics, 2013).

Investigar sob a perspectiva de gênero demanda conhecer a realidade vivida pelas mulheres em cada contexto analisado, buscando os pontos de intersecção de opressões. Procura-se assim promover uma reflexão sobre os papéis sociais atrelados ao gênero em cada um deles, que dificultam o percurso até a igualdade, e uma posição mais justa para as mulheres. A importância dessa distinção está na viabilização de uma plataforma base de conhecimento sobre a vida das meninas e mulheres, que possa embasar o planejamento de políticas públicas que considerem as ‘nuances’ e especificidades pertencentes ao gênero feminino.

2.2 Interseccionalidade

O conceito de interseccionalidade já faz parte das reflexões acadêmicas há algum tempo, a partir de seu surgimento no final dos anos 1960 e início dos anos 1970, concomitante com a expansão dos estudos feministas multirraciais (Thompson, Becky, 2002). Provém originalmente de uma crítica ao feminismo radical clássico, com tendências inerentemente eurocentristas, classicistas e brancas. Essa linha de estudos passa a repensar o conceito de gênero, desafiando “a noção de que

'gênero' foi o principal fator determinante no destino de uma mulher" (hooks, B. 1984), o que ficou conhecido como Teoria feminista revisionista.

Mesmo que o conceito de interseccionalidade tenha originalmente surgido para tratar da relação entre questões de raça e gênero (Kimberlé, C., 1989), este pode ser expandido para expor outras formas de interação de vulnerabilidades que se retroalimentam. Interseccionalidade, segundo Crenshaw, no Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativo ao gênero (2002), define-se por:

"... uma conceituação do problema que busca capturar as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento".

Para a teoria feminista revisionista, liderada por mulheres negras, contesta-se a percepção de que as mulheres seriam uma categoria uniforme, com vivências semelhantes entre si, alicerçadas apenas no fato de serem biologicamente mulheres. De acordo com uma das teóricas essenciais para a formulação do conceito de interseccionalidade, Leslie Maccall, alega que a incorporação dessa teoria nos estudos sociológicos foi um marco no que diz respeito a compreensão das múltiplas formas de subordinação as quais as mulheres, e minorias em geral, são submetidas na sociedade. Para essa abordagem, o "destino feminino" (Hooks, B., 1984) torna-se o resultado da combinação de diversos fatores, principalmente raça, gênero e classe, e não consequência direta apenas do ordenamento de gênero atrelado à mulher.

Ressalto ainda que, a conceptualização do termo "mulher" deveria considerar-se como uma noção incompleta, na intenção de dar conta das multiplicidades inerentes à concepção, permitindo um debate aberto e livre de forças coercitivas. Complementando a discussão sobre a diversidade dos grupos de mulheres, Castro (1992) apresenta o conceito de alquimia das categorias sociais. Os atravessamentos de classe social, raça, geração, gênero, entre outros, formam uma alquimia no desenvolvimento de cada sujeito, dificultando o isolamento de qualquer uma delas ou a suposição de que uma predomine sobre as outras (Castro, M. 1992).

As inúmeras influências sobre a vida da mulher são tratadas também por Carol Hanisch (1970, 2006), com sua famosa afirmação "o pessoal é político". O trecho tornou-se mote de muitas lutas feministas. O 'slogan' indica que as experiências consideradas particularmente femininas, inserem-se

numa teia de relações e hierarquias de poder mais amplas, das quais as vivências das mulheres não representam acontecimentos isolados, e sim produtos diretos dessas interações.

Qualquer estudo que se proponha a compreender o tamanho e as engrenagens de funcionamento da desigualdade de gênero, possui na interseccionalidade um grande aliado, devido à expansão do escopo de análise. A utilização dessa teoria, permite trazer à tona características muitas vezes obscurecidas ao se analisar somente o aspecto gênero como um monólito. Como afirma Sirma Bilge (2009), a interseccionalidade é uma teoria transdisciplinar que evidencia a complexidade e a sobreposição das identidades através de uma perspectiva integrada, “Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que operam a partir dessas categorias, e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais” (Bilge, 2009).

O conceito, além de uma linha de conhecimento, funciona também como uma arma política (Hill Collins, P., 2014), sendo elemento essencial para a justiça social. Crenshaw propõe uma analogia que elucida a importância da interseccionalidade e como esse conceito muda toda a percepção sobre a desigualdade de gênero. A metáfora da estrada, promove a visão dos vários eixos de poder (gênero, classe e raça) como avenidas através das quais o tráfego de desempoderamento circula, e dão forma ao terreno social. A visão dessas vias de trânsito como distintas e mutuamente excludentes (patriarcalismo diferente de racismo, diferente de classismo) negligência a percepção de que esses sistemas constantemente se cruzam e justapõem. Esses entroncamentos originam nós complexos nos quais duas ou mais vias se chocam e se entrecruzam.

Nessa metáfora, as mulheres racializadas, por exemplo, mas também outros grupos expostos às múltiplas opressões, posicionam-se numa intersecção onde o racismo e a classe, ou o gênero e a xenofobia se encontram, deixando-as suscetíveis ao impacto advindo do fluxo intenso e simultâneo de circulação nessas vias. O que ocorre nesses casos, é que a batida vinda de uma dessas vias, projeta essa pessoa diretamente no caminho de outra, resultando em colisões simultâneas nos quais os danos são muitos mais profundos, e até mesmo letais.

Posto isso, o aspecto de gênero opera como a espinha dorsal de grande parte das opressões e discriminações nas sociedades. Destaca-se então que a importância em entender a diferença entre os papéis ligados aos gêneros, é tão crucial quanto a compreensão das especificidades entre os grupos no próprio gênero. Focalizar a distinção é essencial para promover uma inclusão bem-sucedida (Crenshaw, K., 2002). Apontando nessa direção, passo a falar sobre os riscos de definir mulheres como uma massa

homogênea, sem se atentar às conjunturas específicas ou desproporcionais às quais algumas delas são sujeitas. Assim, desloca-se a investigação para o território latino-americano, na tentativa de localizar o lugar do gênero na abundância de desigualdades próprias da região.

2.2.1 América Latina

Os anos 1980 marcam uma mudança no paradigma de atenção sobre o tema de gênero e o progresso feminino na América Latina, tanto na formulação legislativa quanto nas políticas públicas desses países. Presenciou-se uma transversalização do prisma de gênero no Estado, e na esfera pública em geral, agregando mecanismos e sistemas de avaliação e monitoramento da realidade feminina.

O documento divulgado pela CEPAL sobre a situação legal das mulheres na América Latina e no Caribe no início da década de 80, reconhece que apesar das conquistas obtidas pela Década para as mulheres das Nações Unidas (1976 a 1985), essas permanecem sujeitas a subordinação e a discriminação de formas variadas na região. Desde então, constatam-se resistências culturais e políticas à igualdade de gênero, ausência de investimentos e iniciativa política, além de inércia por parte das instituições, impedindo a paridade efetiva no que diz respeito a homens e mulheres (CEPAL, 2015).

Paralelamente a uma diminuição geral notável no número de pessoas em situação de pobreza no cenário latino-americano, até 2015, houve uma intensificação da feminização dessa vulnerabilidade. Estudos mais aprofundados das razões para o decréscimo na pobreza durante esse período, comprovam o descompasso de ritmos entre a situação vivenciada por homens e mulheres. Os indicadores demonstram que a redução da fragilidade financeira na região não beneficiou de forma semelhante os diferentes gêneros, ocasionando a prevalência de lares pobres com maior proporção de mulheres.

Levantamentos posteriores, como o Panorama Social da América Latina da CEPAL (2016), passam a contribuir para a compreensão da preponderância feminina em meio à pobreza, sobretudo na região. O documento destaca a super-representação feminina nos primeiros 3 quintis econômicos, justamente os mais pobres dentre os países latino-americanos avaliados. Em particular, presenciou-se maior número de mulheres na faixa etária de 20 a 59 anos nesses lares, somando cerca de 40% a mais do que os homens com o mesmo critério de idade. Transpondo esses dados os demais obtidos no documento Índice de feminicídio em lares pobres de 2019 (Observatório de Igualdade de Gênero, CEPAL), aponta-se que de cada 100 homens vivendo em lares pobres na região, 112,7 mulheres vivem em situação similar. Um percentual cerca de 12% superior ao masculino.

As principais razões para esse efeito estão vinculadas a esse recorte etário representar a fase de maior reprodução feminina, seja a reprodução biológica ou o trabalho reprodutivo em casa. Pesquisas de utilização de tempo apontam que em média 43,4% desse grupo de mulheres citam o cuidado familiar como as causas primárias pela ausência delas num trabalho remunerado, ou a busca por outros tipos de emprego. Na América Latina e Caribe, ainda são poucas as iniciativas de apoio à infância e aos cuidados a pessoas mais velhas, especialmente em meio rural. A carência de políticas efetivas nesse âmbito, institui a responsabilidade quase exclusivamente às mulheres, tornando a maternidade uma circunstância de exclusão das esferas econômica e pública. A relação dessa situação com as possibilidades de capacitação feminina em meio rural será desenvolvida em capítulo à frente.

Amostra dessa realidade pode ser verificada no levantamento do Panorama Social da América Latina (2016). Os dados apontam que lares com crianças abaixo dos 5 anos, apresentam uma diferença importante quando se avalia o tempo gasto por mulheres com cuidados, em consequência do acesso ou não a creches e centros de cuidados infantis: na ausência do suporte, as mulheres aplicam menos 3,2 a 7,6 horas por semana nessas funções. No que toca a essa diferença entre os homens, não ocorre uma distinção significativa, visto que as tarefas desempenhadas por eles são tradicionalmente menos compulsórias e mais recreativas (Batthyány, 2009).

A avaliação promovida pelo *Gender Inequality Index* reafirma a preponderância na disparidade entre os gêneros. Nos resultados apresentados pelos países da região, torna-se incontestável que a magnitude do problema tem se amplificado. Conforme o índice, os países que se saem melhor na classificação regional são Chile no 41º lugar, e Cuba no 44º. Já os que se encontram no fim da lista são Honduras e Guatemala, nas posições 129 e 125 respectivamente.

A imagem ilustra as informações citadas no parágrafo anterior. Nela, os valores acima de 100 são representativos de uma preponderância feminina nos lares pobres, acima da média da população em geral quando confrontado com o percentual masculino no mesmo contexto de precariedade. Regionalmente, a República Dominicana possui o índice mais elevado de mulheres nessa situação, e Honduras o menor (CEPAL, 2016).

Essa conjuntura articula-se com os resultados obtidos pelo *Global Gender Gap Report* de 2021, pressupondo que a América Latina e o Caribe viriam a fechar a lacuna de gênero em 68,9 anos, caso continuem na tendência de velocidade atual. A paridade de gênero, conforme o mesmo documento, estaria na proporção de 72.1% no local, variando entre o país de melhor desempenho, Nicarágua (79.6%), e o pior, Guatemala (65.5%).

A cena atual na região, em relação aos quatro critérios de análise do índice, manifesta dados diversos entre si, começando pela igualdade na frequência escolar que se demonstra a mais promissora, com 99,7% de conclusão parcial. No entanto, essa equiparação não se traduz em melhoria proporcional na qualidade de vida e nas oportunidades disponibilizadas as mulheres, como pode ser observado através da dissonância entre esse número e a média de participação econômica e oportunidades regionalmente, 67,4%, expondo ainda uma grande variação entre o país de melhor atuação neste quesito, Bahamas (85,7%), e o de pior resultado, Guatemala (56%). As razões pelas quais esse cenário persiste mesmo com o progresso educativo será abordado mais à frente.

Desigualdades na incidência da força de trabalho são ainda mais chamativas. Enquanto a distância entre o topo e o fim da lista no tópico econômico na região é de cerca de 30%, na inserção ao trabalho remunerado os índices variam ainda mais, entre 93,5% em Barbados, com 75,2% das mulheres barbadianas fazendo parte da força de trabalho nacional, ao passo que Guatemala possui apenas 48,1% da lacuna de gênero fechada, com apenas 42,5% das mulheres guatemaltecas envolvidas no mercado de trabalho. Mesmo que a média regional esteja em torno de 59%, o espaço entre os extremos apresenta-se na casa dos 50%.

A última linha de análise e também aquela com maior atraso na conquista de paridade, o empoderamento político, se apresenta de maneira bastante heterogênea. Ao mesmo tempo, em que a média entre os países é de 27,1%, algumas nações como Nicarágua (60,6%) e Costa Rica (54,5%), posicionam-se nos 10 primeiros no índice geral, outros como Bahamas (6,4%) e Belize (7,5%) encontram-se entre os 20 últimos.

A investigação pormenorizada desses números é altamente complexa, como observado por Mario Castillo, responsável pela Divisão de Assuntos de Gênero da Cepal, "Na última década dá para notar que houve bastante melhora, especialmente na educação de mulheres, mas há muitas coisas que os dados não mostram. A desigualdade é diferente entre os países, mas também dentro de cada país".

Posto isso, coloca-se em pauta um dos obstáculos mais resistentes às tentativas de empoderamento feminino, o acesso das mulheres ao trabalho remunerado. Assim como apresentarei mais a frente, a atenção voltada no estudo do crescimento da inserção feminina no mercado de trabalho formal, limita-se quando não se articula com a questão do trabalho invisível realizado por elas na esfera privada. Por isso, trata-se a questão trabalhista das mulheres com enfoque na sua comunicação com o mundo confidencial em que elas habitam.

2.2.2 Trabalho remunerado e autonomia

No intuito de compreender a autonomia feminina, é interessante partir da percepção de que ela sempre coexistiu com desigualdades estruturais. Tal descompasso tende a ficar mais nítido quando se subdivide o conceito de autonomia em três pilares principais:

- Autonomia econômica, que se refere a capacidade de independência financeira,
- Autonomia física, configurando o controle sobre o próprio corpo,
- Autonomia de decisão, compreendendo a participação completa na tomada de decisões que afetam a vida das mulheres (CEPAL, 2015). Até mesmo as prioridades de cada uma transformam-se quando elas veem garantida a sua segurança e dignidade, passando de um *modus operandi* de sobrevivência, para um de expressão pessoal e agência (Inglehart e Welzel, 2005).

Tradicionalmente, a configuração de autonomia tende a relacionar-se apenas ao aspecto econômico. Logo, é essencial frisar que a autonomia não se refere apenas à garantia de recebimento de um montante de renda suficiente para que as mulheres ultrapassem a pobreza, mas diz respeito a que elas disponham de tempo satisfatório para poderem realizar os seus anseios, pessoais e profissionais. Os abusos vinculados à autonomia física refletem diretamente no panorama econômico, afetando a capacidade da mulher de sair de uma realidade de pobreza devido à diminuição de produtividade e liberdade laboral, e até mesmo da propriedade de bens próprios. Conclui-se então, que as repercussões da falta de emancipação física influenciam o desempenho econômico e o potencial de desenvolvimento dessas pessoas.

Em estudo realizado por Cediél Becerra et al. (2017) apresenta-se um relato dessa dinâmica na prática. Discorrendo sobre o tema do empoderamento das mulheres rurais como gestoras dos ODS no pós-conflito colombiano, e exibindo a declaração de várias mulheres participantes de um projeto de empoderamento na região. Uma delas proporciona uma síntese das dominações ocultas na hierarquia do lar:

“Las mujeres rurales que están con un compañero sentimental o esposo no tienen la potestad de decidir sobre las actividades que generan el dinero para el sustento de la familia, la posibilidad de trabajar independientemente, la distribución de los recursos —a excepción de los alimentos que preparan—, si sus hijos pueden ir al colegio o tener actividades extracurriculares o fuera del hogar. Las mujeres que no conviven con un hombre son autónomas en la gran mayoría de sus decisiones, tanto en lo laboral, como en lo económico y lo social. Las presiones sociales o la dinámica social en la que viven las condicionan

a optar por comportamientos que no les permiten desarrollar otro papel diferente al cotidiano y al mostrado en la televisión."

Um dos maiores componentes da autonomia feminina deriva da aquisição de trabalho remunerado, o que no que lhe concerne apoia-se nos recursos e habilidades desenvolvidos ao longo da vida das mulheres. Esses recursos correlacionam-se com fatores como questões estruturais, configurações do próprio mercado de trabalho, aparato de proteção social, horas gastas em trabalhos não remunerados, presença de violência doméstica (física ou psicológica), entre outros.

Acrescentando a esse panorama, percebe-se que a capacidade real de autossuficiência econômica feminina é atravessada ainda mais por elementos de estratificação social, ao oferecer melhores hipóteses de sucesso para aquelas mulheres com menor carga familiar, maior nível educativo, e tão importante quanto, mais acesso a serviços de cuidados. À luz dessas observações, se definem os caminhos que afastam a expansão educativa e laboral das mulheres, dos resultados proporcionais esperados quanto ao seu desenvolvimento.

É indiscutível o aumento da participação feminina no mercado de trabalho ao longo das últimas duas décadas, assim como o impulso que esse progresso representou na redução da pobreza. Sem embargo, a realidade apesar de promissora, ainda se encontra distante de poder ser considerada igualitária entre os gêneros. Indicadores de Desenvolvimento Humano apontam que ao avaliarem a inserção laboral de pessoas acima dos 15 anos em 2017, 52% das mulheres participavam ativamente do mercado, enquanto para os homens esse número era de 78%.

Na região latino-americana o percentual de mulheres com rendimento abaixo da linha do salário-mínimo é superior à masculina em qualquer dos ambientes observados, seja rural ou urbano. Pontua-se também um recorte etário, com o pico de distância entre os gêneros na faixa dos 25 a 45 anos, período durante o qual 40% das mulheres e 30% dos homens encontram-se privados de remuneração acima do mínimo. Consoante os indicadores de desenvolvimento humano de 2016, o percentual de mulheres desempregadas na região era de 10%, comparado a 8% dos homens.

O caso torna-se mais profundo quando analisamos o grupo etário dos jovens, dos quais 21% dos desempregados são mulheres e 14% homens. Ao determinar o trabalho e a educação como caracterizando os caminhos primordiais para a igualdade e a inclusão social, chama a atenção a evidência de que no quintil mais pobre, entre os 5 principais na região, 44% das mulheres não possuem nenhum rendimento próprio, quase o dobro do apresentado pelos homens, 23% (Panorama social, CEPAL, 2016).

Acredito ser relevante neste ponto trazer a transversalidade da questão de gênero e território nessa conjuntura. Na interseção entre os eixos gênero e territórios rurais, mais especificamente, encontra-se um elo que ao ser negligenciado, contribui para o reforço da realidade de exclusão de grande parte da população nessas sociedades. Parece crucial uma perspectiva territorial de desenvolvimento, na qual políticas públicas e projetos estratégicos precisam se apoiar para amenizar os efeitos da desigualdade presenciada até hoje.

A transição demográfica presenciada na maioria dos países, e possibilitou o desenvolvimento desses, não é percebida do mesmo modo nos dois principais contextos habitáveis numa sociedade, as áreas urbana e rural. Geralmente, as mulheres rurais permanecem sendo trabalhadoras secundárias, cuja função é apenas complementar a renda do lar como empregadas não remuneradas, contribuindo com as funções domésticas, ou como produtoras para o autoconsumo. O que essas duas vertentes têm em comum é a invisibilidade do trabalho realizado por elas (FAO, 2012).

Análises sobre o desempenho de políticas públicas de fomento a autonomia financeira feminina, ressaltam que “as políticas públicas não conseguiram melhorar as condições de acesso das mulheres ao mercado de trabalho, nem garantir a sua permanência ao longo do seu ciclo vital, o que se traduz numa clara desvantagem em relação a seus pares homens na hora de ter uma trajetória trabalhista e acessar a remunerações equivalentes a dos homens, assim como ao direito à aposentadoria e suporte social para enfrentar a velhice com dignidade e sem dependência”(CEPAL, 2015).

Deve-se ter em conta o problema levantado por Soa, Namdar, Irani e Aracena (2014), sobre a ausência de dados apurados a respeito da situação trabalhista das mulheres em áreas rurais. Muitas delas são excluídas das estatísticas, por falta de estudos ou muitas se declaram inativas, mesmo trabalhando ativamente na agricultura, pois consideram o trabalho rural como uma extensão dos seus afazeres domésticos.

2.2.3 O “G” da questão: Gênero e Geografia

Assim como a pobreza não é vivenciada da mesma forma nas áreas urbana e rural, ela também possui diferentes pesos quando aplicamos as lentes de análise de gênero aos indivíduos (CEPAL e UNIFEM, 2004). A ótica de gênero tende a ser negligenciada nos estudos territoriais, em particular no conceito de desenvolvimento territorial. A Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura (FAO) foi grande contribuidora na mudança do ponto de vista das mulheres como meras

produtoras, para uma abordagem relacionada ao contexto particular de desigualdade e discriminação ao qual elas são subjugadas.

Uma das dificuldades encontradas na análise da interseção de gênero e geografia, é que a escala micro e circunstancial (família e entorno próximo) é a predominante nos levantamentos (Ranaboldo et al., 2008). Por meio dessa perspectiva, desconsideram-se aspectos da dinâmica de gênero nos ativos e instituições a níveis meso e macro, nomeadamente atores extraterritoriais como políticas nacionais, mercado, cultura patriarcal, que incidem no território e permitem aos atores locais apenas parte do domínio.

Como assinalado por Rafael Echeverri e Octavio Sotomayor (2010), para uma visão multissetorial do rural, considera-se “fundamental fazer esforços conceituais, metodológicos e estratégicos para que o enfoque territorial inclua os direitos das mulheres como eixo central na reflexão, análise e construção de plataformas de conhecimentos e redes.” Os autores trazem também a evidência da relevância desse ângulo de análise, relatando que a migração das últimas décadas na América Latina e no Caribe acarretou uma recomposição da população rural, revelando um processo de feminização da agricultura campesina.

A produção de trabalhos que utilizem essa ótica é ainda incipiente, e demonstram uma mudança de percepção dos reais determinantes das desvantagens femininas no acesso a oportunidades em territórios rurais. Verificações recentes indicam que o fator-chave para o desenvolvimento territorial rural e a melhoria na qualidade de vida das mulheres pobres na região, está na promoção da capacidade de agência delas (RIMISP e Banco Mundial 2012). No esforço para o desenvolvimento territorial, alguns pontos primordiais foram sublinhados pela CEPAL (2010):

- Visão mais ampla do rural como fundamento de promoção do desenvolvimento social, econômico e redução da pobreza;
- Valorização dos saberes e práticas culturais no controle de ativos;
- Consolidação da capacidade de negociação e decisão dos habitantes de regiões rurais, principalmente mulheres, incluindo esferas privadas e públicas;
- Fortalecimento dos benefícios a participação em processos políticos e de governança para as mulheres,
- Incremento dos direitos e capacitações femininas.

Ampliando o cruzamento das lacunas de gênero e de território, a socióloga e antropóloga Susan Paulson manifesta o conceito de “sistema territorial de gênero”. A autora procura esclarecer que as

práticas territoriais são atravessadas por questões de gênero, afirmando que os sistemas de gênero influenciam em todas as esferas da sociedade, entre elas a territorial. A relação de poder inerente aos papéis de gênero, se entrelaça com outros elementos como raça, classe e etnia. O resultado desse entrelaçamento influencia na distribuição e apropriação de recursos que direcionam à inibição ou promoção o empoderamento feminino, além de dinâmicas de exploração e exclusão. O marco conceitual criado por Paulson, difere-se da visão tradicional de desenvolvimento, visto que integra um “enfoque consciente das relações de gênero” (Paulson, 2013).

O ponto de convergência entre desenvolvimento territorial e empoderamento das mulheres rurais, pode ser encontrado ao percebermos os tópicos acima como um enfrentamento em dois níveis: o robustecimento da participação das mulheres no espaço rural, em todos os níveis, e o reconhecimento, e promoção dos direitos universais na ruralidade. Para tal, as políticas públicas devem ter no centro do seu planejamento um olhar para o sistema territorial de gênero (Paulson, 2013), impulsionando a autonomia feminina, que em muitos casos envolve a constatação e retirada de barreiras estruturais já enraizadas (ONU-Mulheres, 2015). Por meio dessa articulação, possibilita-se a transcendência da escala local, ou micro, dos programas territoriais e de gênero. O objetivo é expandir a legitimidade da agência das mulheres rurais, contribuindo para a redução da pobreza e da precariedade através do seu empoderamento.

Os governos integrantes da CEPAL, apontavam em 2007 no Consenso de Quito a necessidade de identificar os elos entre as vulnerabilidades econômicas e sociais, inserindo nelas a falta de acesso a meios básicos para uma vida digna, como saneamento e água. A situação da mulher rural retrata uma sobreposição de vulnerabilidades, pois além da escassez de suporte, muitas vezes elas “devem assumir tarefas próprias do âmbito rural (como buscar água ou lenha), percorrer grandes distâncias, frequentemente sem serviços de transporte público, e desde sempre, contando com uma insuficiência de tecnologias e infraestrutura de apoio às tarefas do lar.” (Scuro Somma e Bercovich, 2014).

A estratégia *Plan on Food Security, Nutrition and Eradication of Hunger of the Community of Latin American and Caribbean States* (FNS-CELAC) é exemplo da aplicação empírica dessa percepção. O plano estabelece, essencialmente, a redução da concentração de déficit de direitos básicos e acesso à serviços públicos, sobretudo nos territórios em maior desvantagem. (FAO, 2016). A proposta do FNS-CELAC é trabalhar em união com as Estratégias de Montevideu, no sentido de reforçar o trabalho interseccional para assegurar a autonomia e o desenvolvimento feminino na América Latina.

A possibilidade de conquista de autonomia para as mulheres distribui-se de forma bastante dispar nos territórios de cada país (Rimisp, 2015). Com isso, não somente a qualidade de vida das

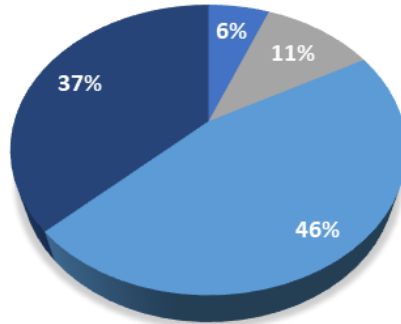
mulheres nos territórios precarizados é impactada, mas também o próprio processo de desenvolvimento regional dos países. Essa discrepância expõe-se num levantamento realizado em 2002, o qual indicava que 54% das mulheres com mais de 15 anos na área rural não tinham renda própria. Esse número posteriormente caiu para 39% em 2014, porém ainda representando uma parcela enorme da população regional. Em comparação direta ao gênero masculino, apenas 12,7% dos homens não tinham renda própria neste ano (CEPAL, 2016).

No interior dos lares rurais, são as mulheres as mais propensas a sofrer restrições de diversos tipos, incluindo a proteção social, por não estarem vinculadas ao mercado de trabalho formal, ou não declararem a si mesmas como trabalhadoras. Somando outro fator agravante a este cenário, os dados apontam que as mulheres rurais gastam em média 10 horas a mais do que as mulheres urbanas realizando trabalhos não remunerados, e efetuam 3 vezes mais trabalhos nessas condições do que os homens rurais (FAO, 2017).

Na região, a maior parte do acesso à proteção social está atrelado à associação trabalhista, o que leva a um grande abismo entre as garantias sociais possibilitadas a homens e mulheres em contexto rural. A pesquisa da FAO (2017) contando com dados de 12 países na região, aponta que 52% das mulheres rurais (de 15 anos ou mais), são categorizadas como economicamente inativas, contrapondo-se com o percentual de 16% dos homens na mesma categoria. O estudo demonstra ainda a presença de uma diferença preponderante entre a percentagem de homens e mulheres ocupados em atividades agrícolas não remuneradas, 11% e 37% respectivamente (Yáñez, 2015).

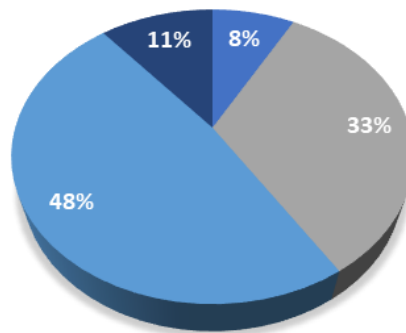
Gráfico 3 - América Latina e Caribe: ocupações em atividades agrícolas nas áreas rurais, por sexo e categoria ocupacional.

Mulheres



■ Empregadoras ■ Assalariadas ■ Autônomas ■ Familiar: não remunerado

Homens



■ Empregadores ■ Assalariados ■ Autônomos ■ Familiar: não remunerado

Fonte: Guias especiais FAO-RLC com base em pesquisas domésticas proporcionadas pela CEPAL. Países incluídos: Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, Guatemala, Honduras, México, Panamá, Perú e República Dominicana. 2012.

No interior dos lares rurais, são as mulheres as mais propensas a sofrer restrições de diversos tipos, incluindo a proteção social, por não estarem vinculadas ao mercado de trabalho formal, ou não declararem a si mesmas como trabalhadoras. Somando outro fator agravante a este cenário, os dados apontam que as mulheres rurais gastam em média 10 horas a mais do que as mulheres urbanas realizando trabalhos não remunerados, e efetuam 3 vezes mais trabalhos nessas condições do que os homens rurais (FAO, 2017).

Ao passo em que a perspectiva do trabalho rural tem mudado bastante nos últimos anos, principalmente entre os jovens, com a diminuição do trabalho familiar não remunerado, enquanto a participação no Emprego Rural Não Agrícola (ERNA) aumentou, ainda perdura um padrão desvantajoso para grande parte das mulheres rurais. Como exemplo, pode-se citar a República Dominicana, México e a Costa Rica, onde a parcela de trabalhadores ERNA representa ao menos 60% das pessoas com mais de 15 anos em meio rural.

Quanto às mulheres nesse cenário, representam a parcela com maior presença no setor, passando de 9,6 milhões em 2010 a 14 milhões em 2013, chegando a corresponder a valores acima dos 50% das mulheres rurais consideradas empregadas. As características comuns às mulheres ERNA, na sua maioria, correspondem a faixa etária menor de 45 anos, com mais escolaridade do que os homens, e especialmente as que são as principais provedoras nas suas casas, chefes de família (FAO, 2016).

Nesse aspecto apresenta-se também mais uma grande diferença entre as realidades enfrentadas pelos gêneros, com cerca de 51,3% das mulheres nesse contexto trabalhando sem remuneração, comparado com 29,9% dos homens. Já analisando o desemprego na região, encontram-se 5,3% dos homens jovens desempregados, e 8,1% das jovens mulheres na mesma situação (Dirven, 2016). Adiciona-se nesse ponto outro grande obstáculo ao caminho de autonomia feminina em contexto rural, a garantia de acesso e domínio de recursos por parte delas.

2.2.4 Posse de recursos

Enfatiza-se a relevância desse aspecto utilizando o ponto 5.^a dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, que afirma a importância de “Realizar reformas para dar às mulheres direitos iguais aos recursos econômicos, bem como o acesso à propriedade e controle sobre a terra e outras formas de propriedade, serviços financeiros, herança e os recursos naturais, conforme as leis nacionais.”

O trecho demonstra a mudança de paradigma propagada sobre as várias esferas que interagem com a questão de gênero. Através do acordado na resolução, grande parte dos países da América Latina e do mundo, passaram a derrubar a concepção arcaica de garantir o reconhecimento somente a homens como detentores de terras e chefes de família. Porém, ainda se encontram algumas nações, como no caso do Chile, em que mulheres não são legalmente reconhecidas como chefes da família (Banco Mundial, 2018).

As diferenciações na titularidade de terra são bastante significativas, quando se promove o recorte de gênero. Conforme o Panorama de Segurança Alimentar e Nutricional na América Latina e Caribe, a posse de terra em nome de mulheres figura-se apenas entre 8% e 30%, além de, em geral, serem terras de menor tamanho e qualidade (FAO, 2013) Incluindo contributo de Lastarria Cornhiel (2006), Bórquez e Ardito (2009), destacam-se dois pontos cruciais para analisar o contexto em que essas mulheres se inserem:

- Barreiras que dificultam ou excluem o acesso feminino aos direitos fundiários, como analfabetismo e falta de documentação,
- Premência em abordar o tema da detenção de terra por mulheres com as questões de equidade de gênero em geral.

Os países que promoveram o direito à terra para mulheres, conquistaram esse progresso através da remodelação institucional e normativa, e tiveram resultados a curto prazo. No período de 2003 a 2014, verificou-se a multiplicação no número de mulheres detentoras de terras em países como Bolívia e Brasil, demonstrando uma variação de 9% para 46% e 23% para 72% respectivamente. (Barr, Epsy, 2011)

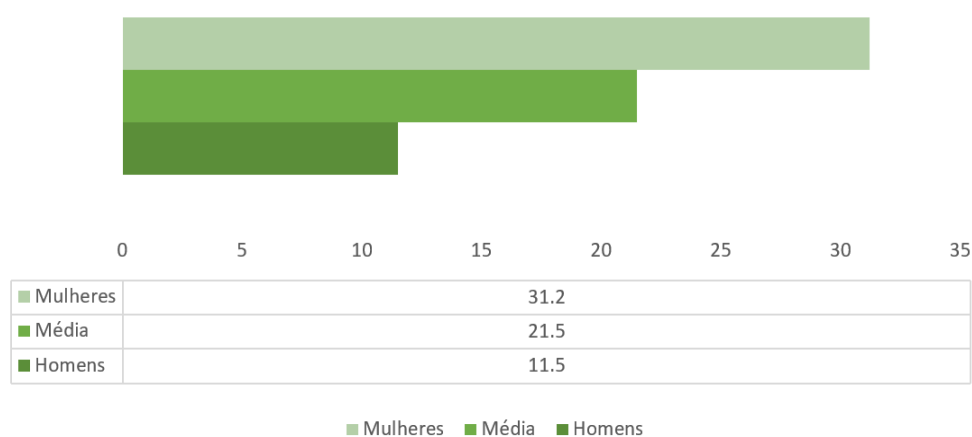
Contudo, evidencia-se o grau de profundidade da visão patriarcal também nesse aspecto, visto que a maioria das mulheres que se tornaram detentoras de terras eram casadas, ou alegavam estar num relacionamento estável. Quando analisada a situação das mulheres solteiras e chefes das suas famílias, nota-se que a melhoria não ocorreu de forma plena, apresentando uma mudança de 13% para 24% apenas (Butto, A. e Hora, K., 2012).

2.2.5 Proteção social rural

Constata-se na região a persistência de grandes lacunas na abrangência da proteção social no meio rural. Estima-se que apenas 46,9% dos lares rurais não eram beneficiários de nenhum tipo de pensão social ou aparato de segurança social, evidenciando que uma parcela considerável da população local se encontra completamente desprotegida frente às suas necessidades (Rossel, 2012). Nesse contexto as mulheres são ainda mais precarizadas, visto que dependem em maior proporção de proteção social, representando 16,8% da renda total para elas, comparado a menos de 10% no caso dos homens (CEPAL, 2016) Dessa forma, considero importante expor que a discriminação contra as mulheres é perpetuada não somente por leis que as excluem, mas também pela ausência de leis que as apoiem.

O maior peso na diferença da carga de trabalho entre os sexos, recai sobretudo no trabalho doméstico. Essa categoria de trabalho não configura uma atividade econômica nas estatísticas tradicionais, o que caracteriza muitas dessas mulheres, para os dados oficiais, especialmente as que estão na faixa etária de 16 a 25 anos, como “nem trabalhando e nem estudando”. Na América Latina, verifica-se que o número de mulheres nessa situação representa 45% a mais do que a média. O grupo chamado em português como “nem-nem”, ou NEET em inglês (Not in Education, Employment, or Training) distribui-se como no gráfico:

Gráfico 4 - Indivíduos entre 15-29 anos que não estudam e nem trabalham – Desagregado por gênero (2016)



Fonte: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Social Panorama of Latin America, 2018 (LC/PUB.2019/3-P), Santiago, 2019.

Nas áreas rurais, o alto nível de desemprego feminino é fruto das grandes dificuldades que as mulheres encontram ao buscar trabalho remunerado, a tradicional invisibilidade da mulher trabalhadora rural, e os papéis de gênero padronizados, consoante os quais o domínio da mulher confina-se ao trabalho reprodutivo, enquanto ao homem cabe a responsabilidade de produção e geração de renda (CEPAL/ILO, 2016). Contando com os ODS como linha base de grande parte das reflexões propostas neste trabalho, é pertinente destrinchar os subtemas relativos ao ponto 5, igualdade de gênero. Associado ao aspecto do trabalho remunerado, está o ponto 5.4, que determina: “Reconhecer e valorizar o trabalho de assistência e doméstico não remunerado, por meio da disponibilização de serviços públicos, infraestrutura e políticas de proteção social, bem como a promoção da responsabilidade partilhada dentro o lar e da família, conforme os contextos nacionais.”

3 Pobreza de tempo e o trabalho reprodutivo

O tempo além de um recurso, assim como dinheiro e educação, é primeiro finito. Mesmo assim, a sua má utilização ou distribuição representa uma das dimensões menos aparentes da pobreza. O fenômeno da pobreza vem sendo investigado através dos mais variados ângulos, e entre eles revelou-se um círculo vicioso persistente, abrangendo o tempo gasto em trabalho não remunerado e pobreza (CEPAL, 2016).

O vínculo entre tempo e renda está na habilidade de gerir livremente o uso do primeiro na obtenção do segundo. A divisão do tempo, no que lhe concerne, traduz-se de duas formas diferentes: uma voluntária e outra imposta culturalmente, de acordo com a estrutura social e a norma de gênero dominante. Entende-se que a liberdade em decidir como empregar o próprio tempo, determinam a possibilidade de acesso a certos direitos e oportunidades ao longo da vida, logo, elemento influente na desigualdade.

O estudo da divisão do tempo nos agregados familiares, é fundamental para viabilizar o entendimento da multidimensionalidade de dinâmicas sociais (Marco, 2012), pobreza e opressão, também dando conta da microfísica do poder^s que rege as relações (Foucault, 1993). Ao transpor a análise através desse prisma, e unindo-a a perspectiva de gênero, temos um diálogo capaz de explicitar melhor as reais necessidades, comportamentos e contribuições desses elementos para o desenvolvimento da sociedade.

Na Plataforma de Ação formulada na Declaração de Pequim, expôs-se que as mulheres “contribuem para a economia e o combate à pobreza por meio do trabalho não remunerado em casa, assim como do remunerado, tanto na comunidade quanto no local de trabalho” (Nações Unidas, 1995). Portanto, faz nítida a necessidade de uma abordagem pormenorizada de um dos maiores, e mais difíceis muros a serem transpostos para a efetiva igualdade entre os gêneros.

3.1 Divisão sexual do trabalho

Permeando a realidade desigual expressa até aqui, uma das mais perversas reside na divisão sexual do trabalho. A perversidade dessa prática se dá devido à invisibilidade do local onde ocorre, e o entorpecimento progressivo das suas principais vítimas, as mulheres. Por meio dessa divisão, ocorre uma distribuição injusta e onerosa dos trabalhos domésticos e de cuidados às mulheres.

Todas as tarefas necessárias para manutenção da vida, e a própria formação do capitalismo são atreladas à chamada “domesticação das mulheres”, como afirma a filósofa Silvia Federici. Esse processo distingue o que é o trabalho produtivo e reprodutivo, o primeiro direcionado a produção de valores comercializados. Já o reprodutivo baseia-se na possibilidade de composição e manutenção do capital humano, o que em outras palavras pode ser dito como a própria sobrevivência humana.

O termo “trabalho reprodutivo” é concebido pela autora distanciando-se do sentido literal de geração de crianças e a sua criação, e sim relacionando-se com todo o trabalho envolvido no sustento da vida, produzindo uma zona de colisão de vários tipos de demandas e trabalhos. Um trecho do livro Educação, Pobreza e Desigualdade Social da Universidade de Brasília (2020), relata com precisão o tamanho dessa injustiça, “Ou seja, as mulheres contribuem com a formação da riqueza das nações no trabalho produtivo com remuneração inferior à dos homens e no trabalho reprodutivo de forma gratuita, com trabalho invisibilizado, ou culturalmente naturalizado”.

A tarefa do cuidado aqui é entendida como aquela que engloba, de acordo com Joan Tronto, “tudo que fazemos para manter, continuar, e reparar nosso ‘mundo’ para que possamos viver da melhor forma possível. Isso incluiria nossos corpos, particularidades, ambiente, e toda a teia complexa de elementos de sustentação da vida”. Consequentemente, a economia do cuidado traduz-se como o setor econômico responsável pela provisão de serviços e cuidados que nutrem e promovem o fortalecimento da população atual e futura, cuidados com crianças, idosos, exercidos de forma remunerada ou não, tanto em setores formais quanto informais.

Ainda é escasso o estudo do trabalho doméstico não remunerado, possuindo como ênfase o seu papel como um dos sustentáculos do sistema capitalista, através da garantia de geração e manutenção da própria força de trabalho sem a qual o capitalismo não poderia funcionar. Nas palavras de Nahla Valji, Conselheira Sênior de Gênero da Secretaria Geral da ONU, “Nossa economia formal só é possível porque é subsidiada pelo trabalho não remunerado das mulheres”.

Adicionando uma outra camada a essa concepção, Federici argumenta que “nossa subordinação aos homens no capitalismo foi causada por nossa não remuneração, e não pela natureza ‘improdutiva’ do trabalho doméstico, e que a dominação masculina é baseada no poder que o salário confere aos homens.”. Lélia Gonzalez, no livro Por um feminismo afro-latino-americano, enaltece o papel da “empregada doméstica”, entendida aqui como a profissionalizada quanto a não remunerada, afirmando que ela “tem sofrido um processo de reforço quanto à internalização da diferença, da ‘inferioridade’, da subordinação. No entanto, foi ela quem possibilitou e ainda possibilita a emancipação econômica e cultural da patroa dentro do sistema de dupla jornada”.

Encontra-se nessa constatação um ponto de partida interessante para a reflexão, ao admitir que o sistema econômico mundial corrente foi construído em cima de pilares sexistas. Consoante alguns dados levantados pela OXFAM no documento *Time to Care*, esse argumento sustenta-se por si próprio: os tops 10 bilionários do mundo são todos homens, com crescimento exponencial e usualmente representando baixo valor para a sociedade. Simultaneamente, a nível global as mulheres trabalham em torno de 12,5 bilhões de horas em cuidados, sem reconhecimento ou remuneração de qualquer espécie, além de não contabilizarem as vastas horas de trabalho sub-remunerado.

As mulheres são responsáveis por mais de $\frac{3}{4}$ do trabalho não remunerado, e $\frac{2}{3}$ do trabalho de cuidados remunerado. Ao estimar um valor equivalente ao trabalho gratuito que as mulheres realizam mundialmente, a organização afirma um número equivalente a 10,8 trilhões de dólares anualmente (Espinoza R. P., 2020). No México, por exemplo, se supôs que o valor relativo aos cuidados não remunerados, somente na área de saúde, seria de 167,536 milhões de pesos, compatível com 1% do PIB e 85,5% de valor agregado aos serviços hospitalares. As mulheres representam 72,2% dessa força de trabalho (INEGI, 2014).

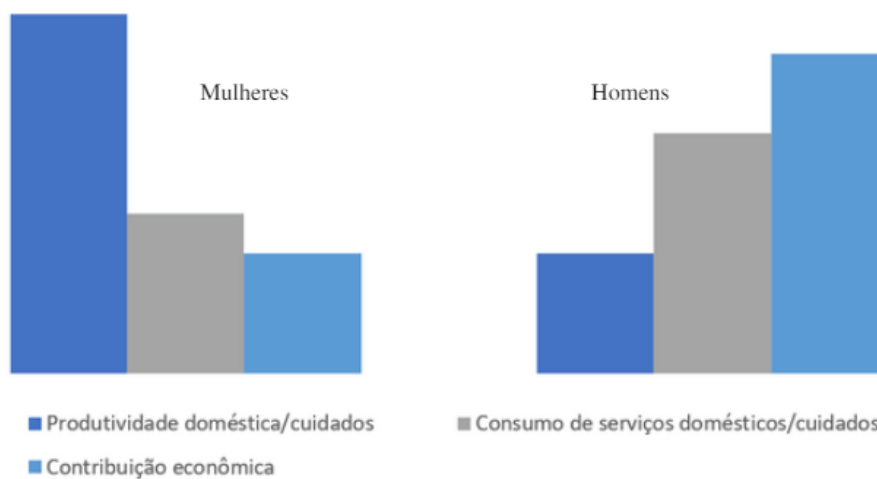
A precificação do trabalho de cuidados torna mais palpável a imprescindibilidade dessas funções para o funcionamento eficaz das sociedades. Somente no território latino-americano, o trabalho não remunerado feminino corresponde entre 15,2% e 24,2% do PIB total da região, chegando a valores como 70% (Peru) e 87% (Guatemala), reiterando a importância dessas funções no bem-estar social, e que na ausência delas, teriam que ser garantidos pelo estado. Outro estudo promovido pela OXFAM, indica ainda a interseção de discriminações no problema, como etnia, nacionalidade, estrato social, resultando numa sobrecarga das mulheres que detenham tais características (L. Addati, U. Cattaneo, V. Esquivel and I. Valarino, 2018).

Resultado nítido desse desequilíbrio nas atribuições de trabalho, surge na forma da “pobreza de tempo”. Uma vez que as mulheres dedicam muito mais do seu tempo ao ambiente doméstico, sobra menos desse recurso disponível para que elas invistam nelas próprias, em sua capacitação e desenvolvimento, alimentando assim as brechas de gênero. Mesmo com a expansão da presença feminina na esfera pública, transição demográfica, o trabalho doméstico não reduziu em grau de intensidade.

Um exemplo disso é o caso da Bolívia, com cerca de 42% das mulheres alegando o fato de realizarem trabalhos de cuidados como o maior entrave a sua participação política ou trabalhista. Arlie Russell Hochschild reitera em suas publicações, que o influxo das mulheres na economia não foi

acompanhado por uma adaptação das demandas relativas ao casamento e ao trabalho doméstico, fazendo com que essa transição gere uma carga desproporcional às mulheres (Hochschild, 2012). Dessa sobreposição surge o termo “segundo expediente” (second shift), como a jornada de trabalho que se inicia depois do fim do expediente profissional e remunerado (Arlie, H., 1989). A socióloga María Ángeles Durán agrega outro termo para o costume, como “dia de trabalho sem fim”, ou “*never-ending working day*”, que está esquematizado na tabela abaixo, explicando os modelos comportamentais associados aos papéis de gênero tradicionais quanto ao tema:

Gráfico 5 - Modelos comportamentais associados aos papéis de gênero tradicionais



Durán, M. A., Concentração e distribuição do trabalho não remunerado nos lares. Caderno de Relações Laborais, 17, 91-122, 2000.

Enquanto a economia tradicional desconsiderava a relação entre o trabalho realizado pelas mulheres nas esferas pública e privada, apenas se atentando ao primeiro âmbito, a economia feminista passa a dissecar o assunto. Dentre as ressalvas principais dessa vertente econômica quanto ao conceito da divisão sexual do trabalho, reitera-se a conseqüente subordinação econômica da mulher nesse contexto. Segregando-a a um papel de coadjuvante das suas próprias vidas, com menor possibilidade de participação laboral de forma remunerada, funções mais precarizadas e desvalorizadas, assim resultando em menor autonomia econômica, ou mesmo a inexistência dela, impactando diretamente na qualidade de vida delas (Giosa Z. e Rodríguez E., 2009).

O ramo econômico dos cuidados pode ser dividido em quatro tipos de trabalho (não remunerado), de acordo com Teresa Castaño (2015), consultora de gênero da FAO:

- Doméstico, com maior evidência de desigualdade para as mulheres, uma vez que não é valorizado ou reconhecido como trabalho;
- Subsistência, geralmente encontrado em lares em extrema pobreza e em meio rural;
- Familiares, um espaço mais obscurecido, pois possui características bastante subjetivas, como vínculos afetivos,
- Voluntário, aquele realizado em prol da família e também da comunidade, como participação em organizações não governamentais, educação infantil e cuidado com pessoas doentes ou com necessidades especiais.

Importa salientar o aspecto emocional implicado no cuidado, dado que, diferente do trabalho remunerado, este acompanha a mulher ao longo de todas as fases da sua vida, 24 horas. O trabalho tradicionalmente atrelado a um plano de carreira- ligado ainda marcadamente a figura do homem-conduz a trajetória do trabalho numa linha temporal com início, meio e fim, culminando na aposentadoria. Já para as mulheres ligadas ao percurso do trabalho doméstico não remunerado, corresponde a um projeto para a vida toda, que só acaba com a incapacidade física ou a própria morte (Durán, 1986).

Ao compreender melhor o tamanho da prevalência e do desgaste (físico e emocional) envolvidos no trabalho de cuidado, Marilyn Waring (2019) propôs a revisão dos parâmetros de “produtividade”, contemplando a incoerência em se planejar políticas públicas voltadas para a população em geral, ao passo em que se desvaloriza o maior setor contributivo e produtivo de qualquer sociedade. A autora reflete que “Você não pode produzir boas políticas se o maior setor econômico da sua nação não é visível”, alegando a impossibilidade de pressupor onde as necessidades realmente se encontram.

Um dos impasses na compreensão da dimensão subjetiva do tema, reside na divisão dicotômica dos espaços considerados públicos ou privados. Presencia-se uma visão de que os assuntos privados, ou inerentes ao lar, não seriam “papel do estado” ou da “alçada do estado”, pois se trata de uma questão pessoal, familiar. Assim, o Estado se exime do papel de ajudar a transformar essa cultura desigual, reforçando um ciclo já estabelecido, e escondendo a conexão do trabalho exercido em casa com a influência na esfera pública no presente (manutenção da força de trabalho e cuidados), no futuro (criação de novas gerações de forma saudável). Retomando a ideia de que o “pessoal é político” e que a ampliação dessa percepção se faz ao politizar o privado.

Esse fracionamento na vida da maioria das mulheres, é imposto desde muito novas, ainda na infância (Rico, 2013). A composição dos papéis de gênero e a sua conseqüente segmentação inicia-se

já nos primórdios do desenvolvimento cognitivo da criança, obtendo influência tanto do ambiente domiciliar, quanto do imaginário social. Essa formação provém em grande parte através da observação da diferença de peso nas responsabilidades domésticas entre os gêneros, por exemplo, uma vez que as meninas, nas faixas de 5 a 9 anos e 10 a 14 anos passam em média mais 30% e 50% do seu tempo em trabalhos relativos ao cuidado.

Com essa influência acompanhando a criança desde tenra idade, e cimentando o seu desenvolvimento, até mesmo a percepção das suas próprias capacidades passa a ser restringida. Um estudo da UNESCO proporciona uma constatação triste, através do levantamento de que entre os 6 e 8 anos, nove em cada 10 meninas associam habilidades intelectuais com meninos (UNESCO, FLACSO e Disney, 2017). Nessa faixa etária, cerca de 30% dos meninos e meninas consideram-se igualmente capazes em matérias exatas, como matemática. Passando para a faixa dos 9 e 10 anos, essa proporção se reduz para 20% no caso dos meninos e 11% para as meninas.

A observação desses dados reforça o entendimento do poder dos estereótipos de gênero na condução do desenvolvimento dessas crianças, e nas expectativas delas e para elas, desde a infância e deteriorando-se no decorrer da adolescência. Ao internalizar essas normas (explícitas ou subentendidas), se concebem limitações autoimpostas pelas meninas e mulheres, influência direta da massificação de um preconceito inconsciente, e introduzido ao longo das suas vidas através da exposição constante às normas de gênero.

Ainda que a educação seja foco de capítulo posterior, acredito ser relevante ressaltar a ligação do tema através de informações levantadas pela UNESCO, no estudo *New Education Data for SDG 4* (2018). Nele aponta-se que a inexistência de suporte social leva a sobrecarga de trabalho a crianças (cerca de 21 horas semanais ou mais), com uma proporção de 2/3 delas sendo meninas. Nesse cenário, um dos elementos base dentre os direitos infantis, a educação, também é atingida. Na educação primária, para cada 100 meninos fora do ambiente escolar, 121 meninas se encontram na mesma situação na região. Essa distância tende a se expandir quando essas crianças entram na adolescência, período em que outras práticas nocivas às meninas começam a surgir, como o casamento infantil (Rosen, R. e Twamley, K., 2018).

Constatou-se também que meninos (13,6 a 23,3 horas por semana) passam mais tempo realizando funções remuneradas do que meninas (6,6 a 15,2 horas por semana). Mensurar essa categoria de atividade na vida das crianças, aponta para que qualidade de vida delas é rigorosamente comprometida por esse desequilíbrio de demandas. Em pesquisa publicada pela CEPAL (2016) outro dado importante foi levantado, avaliando dentre a parcela populacional abaixo de 18 anos, o tempo gasto

com atividades lúdicas e sociais, como tempo recreacional com amigos, família e lazer. Nesse caso, os meninos dispunham de 2 a 7 horas a mais nessas práticas do que as meninas.

A interseccionalidade também marca a sua presença no contexto infantil, na forma do cruzamento de classe e gênero. Meninas de lares mais pobres têm em média 7 horas semanais a mais comprometidas por afazeres domésticos. Produto dessa responsabilização imposta, é a menor dedicação à educação, cerca de 5 horas a menos em atividades relacionadas a isso (Parvez Butt, A., Savani, M., Dutta, D., e Rost, L., e Oxfam, 2018).

Nos lares com presença de pessoas idosas, verifica-se um acréscimo de 18 horas semanais a que as mulheres lhes dedicam. Falando sobre a terceira idade nesse contexto, as mulheres idosas também evidenciam grande participação no funcionamento familiar, oferecendo entre 9,8 a 32,5 horas semanais as necessidades do lar. São elas também as grandes responsáveis pela possibilidade de gerações mais jovens de mulheres poderem entrar no mercado de trabalho, pois controlam o ambiente doméstico e as crianças.

Muitas dessas mulheres de gerações anteriores, nas quais a opção de fazer parte do trabalho remunerado era ainda mais escassa, não detém nenhum acesso a assistências sociais garantidas pelos anos trabalhados. As deficiências em pensões e aposentadoria rondam os 20% a menos do que os homens na região latino-americana (Marco, 2016; CEPAL, 2016). Ou seja, elas acabam sendo privadas dos próprios benefícios que proporcionam à família incessantemente ao longo de toda uma vida (Gómez, 2008).

Todas essas evidências exibem uma realidade bastante dura para muitas meninas, operando como uma espécie de areia movediça que restringe qualquer movimentação diferente por parte delas, reforçando um ciclo de privações. Amostra disso é a percepção de que mulheres que não estão inseridas em um contexto educativo nem trabalhista (de forma remunerada), ainda assim gastam no mínimo 40 horas semanais em tarefas domésticas, em outras palavras, sendo tão produtiva quanto qualquer empregado remunerado, porém sem nenhum tipo de compensação (Gómez, 2008).

No *levantamento Gender Differences in Poverty and Household Composition through the Life-cycle*, do Banco Mundial, sugere-se a reflexão acerca dos desequilíbrios trabalhistas de gênero na desigualdade de rendimento e até mesmo na escolha dos trabalhos possíveis para as mulheres. Demonstra-se o alargamento da diferença entre homens e mulheres, especificamente em idade reprodutiva, por representar o momento em que há uma elevação de 4% para 22%, proveniente da maior parte aos cuidados com crianças — ligado ao maior nível de fertilidade- somado ao baixo suporte do estado nessa função (Munoz Boudet, A.M., et al., 2018).

A ausência de amparo à maternidade e aos cuidados em geral por parte dos países é reconhecida inclusive pela CEPAL e por um dos mecanismos de monitoramento e promoção da questão de gênero na América Latina, o Consenso de Brasília. Na conferência acordou-se que o trabalho doméstico não remunerado, opera como um fardo feminino na região, e constitui uma espécie de subsídio ao sistema econômico vigente (CEPAL, 2010).

Retomando a proposição anterior sobre a revisão do conceito de produtividade atrelado a uma percepção mais universal dos ambientes público e privado, assinala-se a pesquisa de Nicholas Hosyns e Felicity Butler (2012). Os pesquisadores avaliam a hipótese de que remunerar o trabalho doméstico realizado por mulheres envolvidas em cooperativas, conseqüentemente acarretaria um impulso ao seu empoderamento.

A suposição dos autores considera que os trabalhos domésticos são uma parte crucial da produtividade geral, sem, no entanto, que colham os louros devidos a esse empenho (remuneração, direitos trabalhistas), razão pela qual a promoção da valorização condizente dessa função poderia contribuir para que as mulheres se sentissem mais autônomas e com liberdade de escolha. O trabalho conclui com um posicionamento contrário à ideia de que o ingresso das mulheres nos processos produtivos por si só, possa ser considerado fonte automática de empoderamento.

Afirmam, em contrapartida, que a economia deveria estar centrada nas pessoas e não o contrário, por isso os trabalhos domésticos deveriam ser valorizados como elementos essenciais da cadeia produtiva, como qualquer outra área correntemente aceita. A pesquisa, mesmo que se reconheça limitada a uma experiência específica de cooperativa, aponta resultados promissores, confirmando a existência de processos de empoderamento notados nas mulheres vinculadas aos trabalhos domésticos de modo remunerado, processos esses revelados na forma de mudanças de atitude frente às formas tradicionais de organização coletiva, e atitudes de enfrentamento ao *status quo* das estruturas econômicas dominantes.

Fora as formas de dominação salientadas até aqui, estende-se a informalidade inerente ao contexto trabalhista em geral na região. Conforme indica a CEPAL (2016), as mulheres na região latino-americana são sobrerrepresentadas no trabalho informal. A renda feminina na zona, contando com aposentadoria e pensões escassas, é em média 1/5 inferior à dos homens. Agrega-se a essa noção, a constatação de que os níveis de bem-estar do agregado familiar apresentam-se atrelados ao grau de formalidade do trabalho dos seus membros.

Adiciona-se a isso a prevalência por parte do grupo feminino em exercer trabalhos de part-time, devido ao seu papel de cuidadora oficial do lar. Essa situação frequentemente acarreta, assim como a

informalidade, menor possibilidade de renda, acesso a direitos trabalhistas e pensões (Chioda, 2016). Não existem fortes evidências de que o trabalho informal contribua para a redução da pobreza, uma vez que essa modalidade trabalhista proporciona geralmente apenas o suficiente para as necessidades básicas do agregado familiar. A Organização Trabalhista (Labour Organization) sustenta, “Nem todos os trabalhadores informais são pobres e nem todos os pobres estão vinculados à economia informal – mas existe uma sobreposição significativa entre informalidade e pobreza.” (ILO, 2018)

Permanecendo nesse quadro de interseção entre gênero e classe, separa-se a média de horas gastas por mulheres em tarefas domésticas em cada quintil econômico. Enquanto no primeiro quintil, e mais pobre, as mulheres despendem 46 horas por semana em trabalhos não remunerados, no quintil V, mais rico, elas empregam 32 horas nas mesmas atividades. A comprovação de que a desigualdade de gênero é ainda mais grave conforme analisamos os estratos sociais mais baixos, demonstra-se através da comparação dos homens nesses mesmos termos. Para eles, os diferentes estratos sociais não interferem na aplicação do seu tempo em tarefas domésticas, confirmando a percepção da presença ínfima deles na colaboração doméstica (CEPAL, 2015).

Visando reposicionar o serviço de cuidado, priorizando-o como trabalho essencial e remunerado, vários autores feministas, ativistas e sociedade civil vêm sugerindo a aplicação do panorama dos “4Rs”, expandido dos 3 Rs iniciais de Diane Elson (OXFAM; Max Lawson, et al., 2019):

- Reconhecer o trabalho de cuidados não remunerado ou desvalorizado, agregando o valor devido através da afirmação deste como produção essencial para a sociedade em geral é exercida preponderantemente por meninas e mulheres;
- Reduzir a carga de trabalho e as horas despendidas nas tarefas não remuneradas, garantindo infraestrutura de suporte social acessível e de qualidade, impactando pontualmente a vida das mulheres;
- Redistribuir o trabalho de cuidados de forma mais justa dentro dos lares, aliviando o fardo sobre as mulheres através da partilha da responsabilidade entre o estado e a esfera privada,
- Representar as cuidadoras mais excluídas, certificando que elas tenham fala no planejamento de políticas e novos sistemas sociais que impactam suas vidas.

Ao empregar a utilização desses quatro pontos, reforça-se a noção de que o pré-requisito indispensável para o empoderamento de um indivíduo, é a autonomia econômica. E essa independência, por sua vez, só é factualmente atingida através da obtenção de acesso e controle sobre os recursos econômicos, incluindo principalmente oportunidades (UNIFEM, 1996). O domínio dos meios necessários

para o empoderamento, para este trabalho, está indissociavelmente vinculado à educação. Deste modo, abordo o tema inicialmente através dessa conexão, mais adiante refletindo sobre outros aspectos associados do ponto de vista educativo.

3.2 Educação e Trabalho

A lacuna de gênero quanto a frequência escolar tem se estreitado nas últimas décadas. Contudo, essa informação esconde parte dos motivos pelos quais as mulheres não obtêm os mesmos retornos financeiros que os homens. A paridade real entre o tempo dedicado à educação para ambos os gêneros, depende em grande parte da relação com o trabalho remunerado ou não, concomitante ao percurso escolar. As obrigações atreladas ao cuidado, influenciam na frequência de abandono escolar feminino. As meninas que gastam mais tempo em tarefas domésticas apresentam menores taxas escolares quando comparadas com o restante das meninas (Marphatia, A. e Moussié, R., 2013).

Pesquisas a respeito da utilização de tempo entre adolescentes, indicam que mais da metade (55%) dos jovens que se encontram fora da escola e do mercado de trabalho (NEET) aplicam esse tempo em trabalhos não remunerados em casa (Trucco e Ullman, 2015). Neste grupo, meninas e mulheres empregam cerca de 40 horas semanais em trabalho doméstico, o que reitera que essa atividade segue sendo desconsiderada no momento de reconhecê-lo oficialmente como trabalho (CEPAL, 2016). Esse contexto resulta na diminuição das próprias aspirações das meninas, comprometendo a sua possibilidade de melhoria de qualidade de vida e consequentemente impactando na situação de pobreza multidimensional futuramente (Banco Mundial, 2018).

Todas essas observações apresentam uma dissonância entre o nível de desemprego na região latino-americana e a frequência escolar, com as altas taxas de presença escolar não representarem de forma proporcional a empregabilidade, quando realizadas segmentações entre os grupos. Fica clara então a exclusão perdurável das mulheres em várias dimensões, nesse caso o mercado de trabalho.

Como salientado pela CEPAL, a desigualdade educativa produz um efeito multiplicador negativo, determinando a abrangência de possibilidades para os indivíduos, incluindo o acesso pleno a direitos básicos. Essas garantias essenciais, como alimentação e saúde, ditam o andamento de todas as áreas da vida de uma pessoa. Logo, considera-se significativo considerar a segurança alimentar como um dos elementos de análise na apreciação geral da feminização da pobreza.

3.2.1 O “F” da questão: Feminização e Fome

A insegurança alimentar e nutricional pode ser classificada simultaneamente como uma causa e um efeito da pobreza: se a má nutrição perpetua a intensidade da pobreza, simultaneamente a pobreza agrava a má nutrição e gera insegurança alimentar. Segundo o Índice Global da Fome 2018, quase metade dos países analisados (52 em 119 países) têm níveis de fome classificados entre sério, alarmante ou extremamente alarmante. Em média, a prevalência da fome e subnutrição nos países de rendimentos baixos e médios é 9 vezes superior às taxas verificadas nos países de rendimento elevado.

O impacto dessa conjuntura no desenvolvimento do capital humano dos países é bastante relevante. A FAO calcula que as consequências econômicas da desnutrição podem representar perdas anuais de cerca de 10% do PIB. Com frequência, são os grupos marginalizados, como mulheres, crianças, e indígenas os mais afetados pela fome e pela má nutrição, devido à ausência de uma voz ativa na discussão que tende a ser dominada por atores de grande porte como os governos e grandes conglomerados privados (CEPAL, 2016).

A fome e a desnutrição são a causa da morte de cerca de 3 milhões de crianças por ano, quase todas habitantes de países em desenvolvimento. Na situação das mulheres, cerca de 1/3 delas em idade reprodutiva no mundo, sofrem de anemia (FAO, 2017, NU, 2017). Na América Latina e no Caribe, 6 milhões de crianças são afetadas pela desnutrição crônica (UNICEF, 2016). Dentre as necessidades básicas, a desnutrição infantil crônica representa um importante indicador da infiltração da precariedade num território, pois a existência desse fenômeno geralmente só acontece com a potencialização de diversas outras privações: baixo grau educativo familiar, deficiência no acesso sanitário e redes de apoio social, além obviamente da restrição de renda familiar.

A UNICEF (2017) afirma que essas lacunas de desigualdade nutricional acarretam um atraso no desenvolvimento físico e mental das crianças, até três vezes maior nos grupos mais pobres, somando-se a duas vezes mais no caso das crianças rurais quando comparadas com as que vivem em ambiente urbano. Além disso, as próprias habilidades acadêmicas dessas crianças são determinadas diretamente pela má nutrição nessa fase da vida. Em conjunturas de privação alimentar, nota-se uma entrada tardia das crianças no sistema de ensino, apresentando maior evasão escolar e elevado índice de repetência (UNESCO, 2011; UNICEF, 2008; OEA, 2012).

Na América Latina, as maiores discrepâncias no nível de desnutrição infantil não se encontram tanto entre os países, quanto dentro do seu próprio território nacional. As nações com maiores distâncias entre as zonas rurais e urbanas são Peru, onde a prevalência de má nutrição é nove vezes maior na

região rural, e Honduras, local onde a diferença entre o maior índice de desnutrição e o menor é de 35%. Guatemala detém 75% da população do interior do país sofrendo de desnutrição, contrastando com 41% da região metropolitana. No contexto boliviano, metade dos menores de 5 anos estão malnutridos, destacando locais como Potosí (CEPAL, 2016).

Além das crianças, as desigualdades alimentares são particularmente evidentes no caso das mulheres. Referir a questão da insegurança nutricional através do prisma de gênero, expõe mais uma das vulnerabilidades ampliadas por essa característica. Mesmo que a força de trabalho feminina represente 43% do total no setor agrícola, equivalente a uma em cada 3 mulheres mundialmente, elas ainda possuem baixo acesso a bens (individuais ou coletivos), recursos e meios de produção (FAO, 2017).

Muito dessa dificuldade se deve a práticas familiares e comunitárias retrógradas, que impossibilitam o acesso a direitos fundiários e de produção plena, seja por falta de oportunidade ou mesmo de informações e conhecimentos técnicos sobre os direitos que elas têm salvaguardados pelo estado. Consequência dessa dinâmica restritiva na utilização de recursos, reflete numa produção em média de 20% a 30% menor no setor agrícola, quando imposto o recorte de gênero.

A existência de uma repartição mais igualitária entre homens e mulheres não é apenas uma questão de igualdade e justiça social, mas também de geração de maiores benefícios para todos. Os números são claros: conforme a FAO, se as mulheres tivessem o mesmo acesso que os homens aos recursos produtivos, poderiam ter um impacto na redução do número de pessoas com fome no mundo entre 12% a 17% (FAO, 2011, Global Hunger Index 2017).

O desenvolvimento rural, associado a estratégias de segurança alimentar e nutricional das populações, dinamizará o aparecimento de sistemas agrários sustentáveis e uma economia local mais eficiente e competitiva, assunto que também será abordado mais à frente, relacionando-se à educação feminina. Se reconhece assim o papel das mulheres como grandes responsáveis pela transmissão dos conhecimentos ancestrais e técnicos adquiridos ao longo de gerações, ou aprendidos com as novas tecnologias.

Logo, um investimento no empoderamento feminino e no fornecimento de saberes técnicos, é um investimento na sobrevivência de toda a comunidade. Tendo esse pressuposto estabelecido, tem-se nas diferenciações na valorização dos papéis de gênero o elemento estruturante de todo esse cenário. Enquanto as sociedades não conseguirem revisar tais concepções, não será possível progredir em direção a igualdade.

3.3 Hierarquização social

A divisão sexual do trabalho e todas as repercussões provenientes desta, sustentam-se na hierarquização dos gêneros e os seus respectivos papéis. Assim, as funções delegadas às mulheres condizem a trabalhos mais duros e desvalorizados, e na maioria das vezes sendo considerado como uma “ajuda”, enquanto aos homens são direcionadas carreiras fora da unidade de produção familiar, focadas em funções de maior prestígio e voltadas ao mercado de bens e serviços. Essa combinação que privilegia o futuro de filhos homens à custa de filhas mulheres, encaminha muitas meninas ao casamento precoce e gravidez na infância/adolescência. Essa hierarquia se intersecciona com outras desigualdades sociais, como raça e classe, exacerbando o seu peso conforme os diferentes contextos históricos.

A mentalidade por trás da divisão sexual do trabalho, ao longo do processo histórico, levou à consideração do homem como detentor de direitos individuais, enquanto a mulher, cabiam apenas direitos derivados, totalmente sujeitos a sua relação de dependência aos homens a quem estavam subordinadas, fossem eles pais, irmãos, maridos e até os próprios filhos homens. Tendo em mente que a construção da identidade pessoal e social é influenciada pelas interações sociais, é manifesto que a hierarquia entre essas identidades é moldada também socialmente, além de culturalmente.

Nesse esquema de valores sociais, está inserida a questão de gênero, favorecendo aos indivíduos pertencentes ao grupo masculino em detrimento do feminino. Consoante a esta divisão, caminhos e funções de maior rentabilidade são direcionados ao grupo priorizado, auferindo-os com maior poder, relevância, produção e participação na esfera pública. Já às mulheres suprem as tarefas consideradas subalternas, como a reprodução, o emocional, cuidados e suporte à vida (Espinar, 2007; Zambrini, 2014).

Ao tornar certos setores ocupacionais de acesso exclusivo aos homens, exacerba-se a exclusão feminina, comprometendo a aquisição da sua autonomia, os seus direitos e possibilidades de empoderamento (Brosio, D.L. e Rapetti, 2018). Até mesmo no próprio grupo oprimido das mulheres, presencia-se uma forma de hierarquização atuante, como o repasse dos trabalhos de cuidados de umas às outras (Orozco, P., 2014). Quando gênero, classe e território se entre cruzam, testemunha-se uma espécie de “hierarquização horizontal” entre as mulheres. O relato obtido no estudo, Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável (2014), solidifica a noção dessa intersecção. Na fala de uma das mulheres de origem indígena pertencentes a organização, “*las dificultades para la participación (laboral e políticas) responden a dos tipos de barreras: la discriminación y el racismo estructural que sufren como indígenas y el patriarcado que experimentan como mujeres*”.

Uma base de informações importante para demonstrar a bivalência, e o enraizamento da hierarquização do trabalho e das identidades sociais de gênero, pode ser percebido pela investigação dos achados no World Values Survey Wave 7 (2017-2020). Efetuando um recorte para o bloco latino-americano e caribenho, algumas conclusões podem ser alcançadas através das respostas dos indivíduos:

- Pergunta: “Deveria existir paridade de remuneração entre os gêneros”

Resultado: na região latina os dois extremos de assentimento prevalecem, Brasil 29,5% concordam totalmente e 20,7% discordam, Colômbia 16,5% concordam totalmente e 27,6% discordam e México com 18,3% concordando e 19,4% discordando. Já países caracterizados como desenvolvidos como Grécia, 4,8 % concordam e 6,1% discordam, Alemanha 7,3% e 8% respectivamente, e Japão com 5,8% concordando e 2,8% na posição oposta. Em alguns países da região a discordância é ainda mais apresentada, como Guatemala com 33,6% da população e Nicarágua com 34,8%.

- Pergunta: “Homens deveriam ter mais direito ao trabalho do que mulheres”,

Resultado: a média de discordância mundial foi de 42%, e os países latino-americanos ficaram quase em sua totalidade acima dessa média, Argentina 67,4%, Bolívia 55,7%, Brasil, 68,8%, Colômbia 74%, México 52,3% e Porto Rico 83,7%.

- Pergunta: “A mulher possuir maior renda do que o homem é um problema.”,

Resultado: a média de concordância mundial foi de 36,5%, e a América Latina e Caribe variaram entre Bolívia 51,4%, Chile 35,9%, Ecuador 40,7%, Guatemala 38,1%, Nicaragua 43,9% e México com 53%.

- Pergunta: “Em geral, homens são melhores empresários do que mulheres”

Resultado: a média mundial de desacordo está em 42,1%, e o bloco caribenho e latino-americano rondou os 64,3% na Bolívia, 54,4% no Brasil, 47,6% na Guatemala e 73,8% no México.

As reflexões possíveis a partir destes dados falam sobre a bifurcação entre a percepção dos direitos trabalhistas femininos igualitários na sociedade, e a ideia consequente do patriarcado na região, de que a mulher como maior provedora financeira do lar é ainda mal-vista. O tópico da remuneração paritária também aponta, com a sua flutuação entre extremos, que o embate entre o panorama paternalista sobre as mulheres e a corrente feminista e de justiça social prevalece na América Latina e no Caribe.

A pobreza, de forma isolada, não é a única causadora da desigualdade de gênero, porém, essa ela amplifica a demanda pelas meninas e mulheres no ambiente doméstico e em funções que não

produzem rendimento, ou de rendimento extremamente baixo. Logo, essas tarefas tornam-se mais um trabalho não reconhecido e não remunerado, na cesta já cheia das mulheres, transformando a busca por uma vida melhor um sonho muito distante, e em muitos casos impossível.

O fardo do trabalho não remunerado, que por sua vez é designado culturalmente, compromete diretamente as possibilidades de liberdade delas, perpetuando profundas desigualdades econômicas e de gênero. Vivendo com a sobrecarga imposta por esse panorama, as mulheres veem seus esforços inviabilizados (uma vez que trabalhos domésticos não são reconhecidos e valorizados no ramo do trabalho), inclusive na produção para autoconsumo da família, que em grande parte é exercido por elas. (Slavchevska, Kaaria, Taivalmaa, Banco Mundial, 2016).

Esse funcionamento trabalhista injusto, só é possível por ter como base um Sistema econômico historicamente falho e sexista (além de outras segregações, raciais, étnicas, entre outras), (OXFAM, 2020). Para o sistema econômico mundial, privilegiam-se poucos com muitos recursos, majoritariamente homens brancos, e negligenciam-se as bilhões de horas gastas no trabalho realmente essencial, o cuidado, realizado predominantemente por mulheres e meninas.

Acrescenta-se a essa combinação prejudicial às mulheres, a constatação do sistema de proteção social, sobretudo na América Latina e no Caribe, ter sido formulado em cima de alicerces somente relativos ao trabalho remunerado. Assim podemos ressaltar esse fator como um dos grandes responsáveis pela exclusão das mulheres do acesso a boa parte dos direitos sociais, especialmente as mais invisibilizadas no meio rural. Por sua vez, tendo a divisão sexual do trabalho como ponto base, pode-se notar a vantagem histórica do suporte aos homens no que diz respeito a riscos sociais.

A combinação dessas demandas, nomeadamente a necessidade de gerar renda para o lar, conciliando com as responsabilidades de cuidado domésticas, criam um contexto particularmente desafiante para as mulheres. Tradicionalmente possuindo sua capacidade de trabalho remunerada restringida, encontram enormes dificuldades para se inserir no mercado, e quando alcançam, encontram uma nova barreira da remuneração, e da consequente obtenção de benefícios e garantias provenientes do mesmo (Yáñez, S. e FAO, 2015).

Assim como afirma a economista feminista Marilyn Waring (1988): “Os homens não vão abrir mão facilmente de um sistema em que metade da população do mundo trabalha em troca de quase nada”, ainda mais por reconhecerem que “exatamente porque essa metade trabalha em troca de tão pouco, não lhe resta energia para lutar por mais nada”.

Dito de outra forma, a sociedade capitalista só reconhece o trabalho produtivo, mas invisibiliza o trabalho reprodutivo que gera as condições de existência e sobrevivência dos seres humanos. Esse é um trabalho cujo ônus recai sempre sobre as mulheres. A sociedade e o Estado não se responsabilizam por ele e não o valorizam. Desde a atenção com a maternidade, a amamentação, os cuidados com as crianças, com a educação na família, a saúde da família, o lazer da família, os cuidados com a casa. São muitas e pesadas demandas que na maioria das vezes ficam sob a responsabilidade da mulher.

As duas pobreza tratadas aqui, monetária e de tempo, tendem a firmar um ciclo vicioso duro de quebrar sem o planejamento de políticas públicas que levem em conta as especificidades necessárias para promoção da autonomia feminina. Políticas públicas atuais tendem a se camuflar de “gender-neutral”, ao mesmo tempo em que desconsideram a distribuição de tempo como elemento fundamental do funcionamento eficaz da sociedade e da economia como um todo.

O propósito principal nesse capítulo é o de reforçar que as ações com enfoque na coordenação das esferas pública e privada, essencialmente para a parcela feminina da população, devem atentar-se às somatórias de opressões impostas a elas em ambos os ambientes. Essa seria a única forma de evitar o fomento de estereótipos e papéis de gênero limitantes. Considerando que o equilíbrio na distribuição do trabalho de cuidados não remunerado (divisão essa que deve ser partilhada tanto dentro do lar, como com o estado, o mercado, e a sociedade em geral), impacta diretamente o real alcance da autonomia feminina, deve-se aprofundar e expandir a abrangência do estudo desse tema, particularmente nos estudos latino-americanos e caribenhos.

De acordo com o documento “Sinergias para a igualdade na América Latina e no Caribe”, que faz parte da Agenda Regional de Gênero, é imprescindível alertar sobre as chamadas “paredes de cristal” impostas ao processo de igualdade de gênero. Muros invisíveis que fragmentam o desenvolvimento profissional e educativo das meninas e mulheres, subjugando-as a setores menos prósperos e de menor rendimento. Dessa forma, considero que algumas dessas paredes foram expostas até aqui através da abordagem transversal que busquei realizar, possibilitando uma avaliação mais embasada das reais interconexões desses problemas com a educação feminina e o desenvolvimento humano pleno.

4 Desenvolvimento Humano

Durante os estudos do Estado da Arte relacionados ao tema deste trabalho, notou-se uma preponderância de visões mais utilitaristas e economicistas do desenvolvimento social. Os pilares essenciais para o desenvolvimento, de acordo com essas linhas de análise, são constituídos por fatores como renda e consumo. É evidente que tais elementos possuem enorme importância no panorama de apreciação geral da qualidade de vida em determinada região ou grupo de análise, porém, ao se planejar políticas públicas baseadas somente nesses dados, e baseando-se somente no aumento desses índices, facilita-se a aparição de distorções.

Dessa forma, a abordagem escolhida para a formulação do trabalho e das análises aqui contidas, têm como base o paradigma do Desenvolvimento Humano, como indicado durante os capítulos anteriores. Pensando que essa teoria extrapola o exame apenas do quesito renda no que diz respeito ao desenvolvimento, apresentando uma via alternativa e mais abrangente de estudo da pobreza e da justiça social numa relação de harmonia. Nesse modelo, todos os aspectos da vivência de uma pessoa são apreciados, não deixando nenhuma face da desigualdade escondida. No lugar de centralizar a atenção a uma métrica tradicionalmente exclusiva do progresso econômico, como o PIB, esta visão apresenta o exame sistemático sobre as formas de viver e a qualidade de vida das pessoas em determinada sociedade.

O crescimento econômico, de acordo com o modelo, se apresentaria apenas como mais um subtema, tendo mesmo grau de relevância de outras variáveis, como educação e saúde. Sendo um conceito inerentemente plural, o panorama de Desenvolvimento Humano impossibilita que a discussão se detenha somente um ângulo da opressão, sem se atentar aos demais. Preconiza-se então, como finalidade máxima, a expansão do aparato de escolhas dos indivíduos e o aprimoramento da vida humana, através da garantia de um contexto propício a uma vida saudável, longa e preenchida.

O conceito de desenvolvimento mais próximo ao almejado aqui, fundamenta-se no descrito pelas Nações Unidas:

“Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas, com relação às suas capacidades e as oportunidades a seu dispor, para que elas possam escolher a vida que desejam ter. O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada um exerça, na plenitude, seu potencial” (Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil, 2013).

Considerando o reconhecimento do caráter mais restritivo nas abordagens do estudo do desenvolvimento, Amartya Sen, o autor já citado anteriormente e grande propulsor da visão multidimensional da pobreza, reaparece aqui como uma das principais influências na proposta das análises seguintes pelo prisma do Desenvolvimento Humano. Além dele, Mahbub ul Haq é outro nome determinante na concepção da teoria. Para os autores, é essencial avaliar a questão por um viés mais amplo, visto que a renda é um elemento flutuante, não sendo adequada a utilização de uma régua de medição fixa, mesmo que as demandas sejam similares em locais com realidades tão distintas entre si. O risco de negligenciar elementos importantes da vida e da dignidade humana é bastante elevado ao não se atentar aos impedimentos conjunturais.

Fatores sociais, culturais e até mesmo de âmbito pessoal são condicionantes do processo de desenvolvimento humano. Evidência disso, é que muitas das conquistas de maior valor para as pessoas, são características geralmente desconsideradas ao se avaliar o crescimento econômico de um local. Exemplos delas são, uma melhor nutrição e alcance de assistência médica, segurança pública, maior acesso ao conhecimento formal e informal, senso de participação comunitária e social, tempo em família ou de lazer, entre outros. Conforme Sen e Haq, torna-se nítido que não é o nível de renda o componente decisório na realização pessoal dos indivíduos, e sim o que de fato essa renda pode gerar de bem-estar e desenvolvimento para cada um. Os fatores subjetivos que determinam a utilidade e aplicação dos recursos.

Um dos grandes desafios do pragmatismo para a teoria de Desenvolvimento Humano é também o seu grande trunfo, a congregação dos mais diversos tipos de privações analisados numa única estrutura geral. Esse alicerce deve ser coerente e expressivo, porém sem omitir as pluralidades envolvidas. As questões da super inclusão e da subinclusão, falado anteriormente, seriam alguns dos riscos envolvidos nessa negligência. Para evitar cair nessa armadilha, Sen ressalta o trabalho que deve ser feito na intenção de evitar uma medida única de referência para as demais questões, ou para verificação do nível de fracasso ou sucesso das ações (Sen, A., 2000).

No seu livro *Desenvolvimento como Liberdade*, Sen reconhece serem 5 os aspectos cruciais que são invisibilizados na abordagem tradicional de desenvolvimento, com foco na renda e não nas capacidades humanas (1999: 70-1):

- Heterogeneidades pessoais (uma mulher grávida terá necessidades nutricionais diferentes de uma mulher da mesma idade e que não esteja grávida).

- Diversidade ambiental (a área rural num país desenvolvido terá vulnerabilidades mais evidentes do que a região rural de um país em desenvolvimento).
- Divergências no clima social (famílias em países com maior assistência de cuidados aos idosos terão menor despesa com tais cuidados no âmbito doméstico, e menos comprometimento de tempo disponível do que países com baixa ou nenhuma assistência).
- Variações na perspectiva relacional (Diferenças nos códigos sociais que determinam hábitos e costumes em diferentes sociedades).
- Distribuição de recursos na família (A renda do agregado familiar pode ser investida de forma distinta entre os filhos, ou mesmo com maior prioridade a outros membros da família com comorbidades, ou outras necessidades).

Aos princípios destacados acima, Mahbud ul Haq incorpora mais 4 pilares vitais que se comunicam com os verificados por Sen, e devem ser avaliados simultaneamente na apreciação do processo de desenvolvimento: Equidade, Participação, Eficiência e Sustentabilidade (Prabhu, K. Seeta, 2013)

- Equidade: justiça distributiva, especialmente no acesso à oportunidades e resultados para todos os indivíduos. Baseia-se em imparcialidade e justiça.
- Eficiência: utilização ideal dos recursos existentes. Que por sua vez só pode ser implementado após a análise das interseccionalidades e impedimentos encontrados em cada cenário específico.
- Participação e empoderamento: para o paradigma, as pessoas são tanto os meios quanto a finalidade do desenvolvimento. Assim, os indivíduos devem estar envolvidos no processo, e não serem percebidos como meros beneficiários. Exemplo disso será o estudo sobre o empoderamento feminino através da educação, abordado mais à frente.
- Sustentabilidade: O termo aqui é utilizado não restrito a uma conotação ambiental, mas a todos os âmbitos a que a ela se referem. A sustentabilidade social caracteriza-se pelo modo através do qual grupos sociais e instituições buscam obter atuação perante as determinações e engrenagens sociais, além de aspectos de liberdade cultural e respeito à diversidade, capazes de evitar elementos disruptivos à sustentabilidade social almejada. Exemplo de obstáculo à sustentabilidade social é a subordinação feminina no ambiente privado e na participação pública, especialmente em regiões rurais.

A construção de uma instrumentalização prática da teoria do Desenvolvimento Humano foi formulada em 1990, tendo como grande responsável Mahbud ul Haq. Intitulado *Human Development Reports*, os relatórios teriam como fundamento três componentes principais: longevidade, educação e literacia, pobreza e nível de renda. Esses fatores foram identificados como os sustentáculos que possibilitam o desenvolvimento humano, uma espécie de média de requisitos cruciais para que a vivência humana não seja apenas sobrevivência. (Haq, M. 1995)

Além do reconhecimento das amarras sociais que desaceleram ou impossibilitam o desenvolvimento, alguns outros pontos possuem concordância elevada entre os defensores de algumas variações da teoria do desenvolvimento humano:

- O indivíduo como fim em si mesmo, e protagonista das análises e esforços de desenvolvimento.
- A busca por melhorias na renda não deve ser uma questão fulcral, mas sim a expansão do hall de possibilidades e escolhas humanas.
- Promoção de uma análise sensível das reais opções para a conquista do desenvolvimento de forma mais equânime
- A atenção do paradigma está voltada para a construção de capacidades (*Capabilities*) humanas, e a aplicação plena dessas (Haq, 1995, Fukuda-Parr e Kumar 2003)

4.1 Abordagem de Capacitação: *Capability* (Capacitações) e *Functionality* (Funcionalidade)

Conforme a exposição anterior e a constatação de uma certa limitação utilitarista nos modelos tradicionais de estudo do desenvolvimento, propagando-se visões estreitas que excluem informações de grande relevância no caminho para a igualdade e o desenvolvimento. Sen considera que lhes falta uma noção das ações factuais que um indivíduo é capaz de exercer ("*doings*" ou feitos) e os arquétipos de pessoas que somos capazes de ser ("*beings*" ou existência). A esse discernimento nomeia-se *capabilities* ou capacitações⁶.

Um dos maiores contributos da abordagem de capacitações, demonstra-se na elucidação dos objetivos centrais do desenvolvimento: a expansão das liberdades de "*valuable beings and doings*", ou existência e feitos valiosos, dos quais pessoas em vulnerabilidade são privados de desfrutar em plenitude

⁶ O termo "capacitações" foi escolhido como tradução, pois acredito refletir mais amplamente o conceito em inglês. "*Capabilities*" seria uma junção de características e práticas, uma práxis que no meu entender ultrapassa o significado do termo capacidades.

(Alkire, S., 2005). Em artigo de DeJaeghere e Lee (2011), se processa a revisão de citações de Sen (2009), descrevendo a abordagem de capacitações (*capabilities approach*) como aquela que “enfaz a capacidade de uma pessoa de liderar o tipo de vida que esta valoriza, não somente pela culminação de alternativas que acabam por ser delegadas a ela, porém pelo processo de tomada de decisões, ou a liberdade de agência, de escolher alternativas dentro das suas habilidades e contexto”.

Aprofundando as ideias centrais da abordagem, traz-se os termos funcionalidades (*Functionings*), capacitação (*Capability*) e agência (*Agency*). Começando pela definição de funcionalidades, que remete ao conjunto de feitos e existências potenciais para uma pessoa. Como manifestado por Sen, “as diversas coisas que uma pessoa pode valorizar fazer ou ser” (Sen, 1999: 75). São as atividades e contextos que definem o bem-estar pessoal, como segurança, educação, saúde, autonomia, entre outros.

Sublinha-se que são os aspectos considerados de grande valor para os indivíduos, o que de fato eles podem ser e exercer, não somente fatores como bens e renda, mesmo que relacionados a eles. As funcionalidades, por sua vez, compreendem ações ou estados elementares, como estar adequadamente nutrido, livre de doenças que podem ser prevenidas ou da morte prematura, mas engloba também ações ou estados mais complexos, como participar da vida em comunidade, ser feliz e sentir-se empoderado. “A asserção é de que as funcionalidades são constitutivas da existência (*being*) de uma pessoa, e uma avaliação de bem-estar deve assumir a forma de uma apreciação desses elementos constituintes” (SEN, 2001, p. 79).

Sabina Alkire, diretora do *Oxford Poverty and Human Development Initiative* e grande expoente da teoria de desenvolvimento humano e capacitações, relata em seu artigo “*Why the capability approach*” (2005), um exemplo importante para clarificar a percepção de funcionalidade, na prática. A autora retrata a experiência de uma aluna de alfabetização em Lahora, no Paquistão, que descreve funcionalidade como “confiança no próprio julgamento”:

“As mulheres pensam que são como um botão de flor - que não entendem com os seus próprios olhos. Mas não somos botões, somos montanhas. Podemos fazer qualquer coisa com nossas vidas. Então eu tentei abrir meus olhos, e eles se abriram”. Outra aluna do mesmo curso, relata que o conhecimento (recurso) traria melhor saúde e confiança. Ela apresenta como caso o estudo da palavra “comida” nas aulas, e como isso abriu sua mente para a relevância nutricional dos alimentos que caberiam no seu orçamento familiar limitado de mãe solo (Alkire, 2002).

Seguindo com a caracterização de capacitações, estas referem-se às combinações possíveis de existências e feitos de um indivíduo. Seria uma espécie de “pacote” de possibilidades, composto por vetores de funcionalidades que determinam a qualidade de vida viável para uma pessoa. As capacitações

são, nas palavras de Sen ‘as liberdades substantivas que ele ou ela usufruem para conquistarem o tipo de vida que ele ou ela valorizam.’ (Sen, 1999, p. 87). Conclui-se que, quão maior for o acervo de capacitações de alguém, mais alargado será o seu acervo de oportunidades.

O terceiro termo, agência, configura-se como a habilidade de um indivíduo buscar, de forma livre e ativa, as metas que considera apropriadas para si. Essa liberdade de escolha remete a diversos âmbitos de autonomia, como a segurança própria, impacto na formulação de políticas públicas, liberdade de expressão, além da detenção de recursos (Banco Mundial, 2012 e Klugman et al. 2014). O oposto de agência seria opressão e passividade (Sen, 1985, p.206). O encadeamento das terminologias segue o seguinte esquema:

Recursos reais → Funcionalidades → Capacitações e Agência → Desenvolvimento Humano

A maioria dos estudiosos que aplicam a abordagem de capacitações para análise do desenvolvimento, destacam alguns temas como determinantes nesse sentido: liberdade (Sen 1999), empoderamento (Drydyk, 2013), agência (Crocker, 2008; Keleher e Kosko, 2019), e autodeterminação (Binder e Binder, 2016; Byskov, 2018 e Murphy, 2014). Considerando esses tópicos, e possuindo na educação um dos alicerces desse trabalho, Vizard (2005) evidencia a contribuição de Sen na consideração do valor instrumental de certas capacitações, mas tão importante quanto, do seu valor inerente e fomentador principal do ímpeto de mudança e melhorias na vida dos seres humanos.

O autor cita a educação como exemplo dessa capacitação duplamente valiosa. O indivíduo submetido ao processo educativo tem acesso a uma ferramenta de expansão e construção da sua habilidade de pensamento crítico, fortalecimento da sua agência e socialização em geral. Trata-se de um elemento essencial no cesto de funcionalidades, primordial para a conquista de capacitações plenas. Aliás, a educação, em sua totalidade, pode ser considerada uma capacitação em si, enquanto incorpora diversas esferas de empoderamento do indivíduo, como cultural, social e psicológico, além do desenvolvimento de um senso comunitário, fundamental para a criação de capacitação. Ao mesmo tempo, uma visão meramente instrumentalista da educação, refere-se apenas a reprodução de renda e inserção laboral. (Vizard, P., 2005).

4.1.1 Nussbaum & Sen

Agregando contributo da filósofa Martha Nussbaum, a abordagem de capacitações torna-se mais rica, aplicando-se a múltiplos contextos e sendo hábil para investigações de temas relacionados a justiça social, além de nortear estudos sobre pobreza, fome, e qualidade de vida de determinados indivíduos e grupos, traçando métricas para avaliar políticas públicas. As divergências entre Nussbaum e Sen são notórias, especialmente no que diz respeito às três categorias distintas de capacitações. Segundo a autora: capacitações internas, combinadas e básicas (Nussbaum, 1987, 1990).

- Interna: características intrínsecas a cada ser humano, psicológicas ou físicas, e que influenciam nas escolhas de funcionalidades possíveis para ele. Essas capacitações formam-se por habilidades intelectuais e emocionais, saúde física e mental e até referindo-se a própria individualidade. (Nussbaum, 2011).
- Combinada: junção das capacitações internas e especificidades exógenas ao indivíduo. É a combinação do contexto em que a pessoa está inserida e o seu status perante ela, e suas singularidades pessoais. O conceito de capacitação de Sen se enquadraria nessa categoria de acordo com Nussbaum. A autora defende que esse aspecto é o mais importante, pois favorece a ideia de que não basta a promoção de capacitações internas, mas sim é necessário a garantia de termos apropriados para que os indivíduos tenham hipóteses reais de se desenvolver. (Nussbaum, 2011)
- Básica: Liberdade de realizar tarefas básicas para sobrevivência, ou nas palavras da autora *“the innate equipment of individuals that is necessary for developing the more advanced capabilities”* (Nussbaum, 2000, p.84).

Nussbaum procura estabelecer uma estrutura central de capacitações que seja aplicável a diversos cenários, a partir do qual as análises se pautam. A filósofa considera a flexibilidade da visão de Sen como inconclusiva. O seu quadro de capacitações essenciais se expande em: Vida, Corpóreo, Integridade corporal, Sentidos e Imaginação, Emoções, Racionalidade prática, Afiliação, Outras espécies, Lúdico e Controle contextual (2000: p.78-80). Alguns dos elementos são bastante intuitivos, enquanto outros necessitam de maior explicação, especialmente a partir do 6º ponto.

A racionalidade prática liga-se à liberdade de promover reflexões críticas próprias sobre o planejamento de sua vida. A afiliação diz respeito à autonomia de engajar-se em diversas formas de interação social, além de ter a garantia de tratamento digno e não humilhante e discriminatório. Como último elucidativo, o controle contextual refere-se tanto ao âmbito material quanto ao político. No primeiro

caso, é a capacidade de detenção de propriedade equânime além da possibilidade trabalhista de forma não discriminatória. Já no aspecto político, traduz-se como a habilidade de participar nas escolhas políticas e liberdade de expressão. Sen não se opõe à proposta de Nussbaum, mas teme que a perspectiva promova uma fórmula única e padronizada para problemas e vivências díspares. Para ele, cada caso deve ser avaliado baseando-se no contexto.

Mergulhando ainda mais na teoria de capacitações com o intuito de desenhar o arcabouço de abordagens significativas para a análise do fenômeno da feminização da pobreza, passo a tratar de um dos princípios mais importantes na teoria de capacitações, nomeadamente os fatores de conversão.

4.1.2 Fatores de Conversão

A correlação entre recursos e a obtenção de feitos e existências, ou o ponto genuíno em que um indivíduo pode transformar um recurso em funcionalidade. Tradicionalmente, esses fatores são divididos em três categorias principais: ambiental, social e pessoal. O termo ainda possui definições nebulosas, pois pode ser definido como obstáculos não monetários ao indivíduo, ou as características determinantes no percurso de vida de um agente. A citação de Robeyns (2011) busca aclarar o conceito, “os fatores de conversão representam, portanto, quanto em funcionamento se pode obter de um bem ou serviço; por exemplo, quanta mobilidade a pessoa pode obter de uma bicicleta.”

Conforme definição de Sabina Alkire (2005), as origens dos fatores de conversão podem ser comumente separadas em 3 grupos:

- Conversão pessoal: fatores internos ao indivíduo, como condicionamento físico, sexo, intelecto, entre outros;
- Conversão social: fatores relativos ao entorno da pessoa, como práticas discriminatórias, normas e hierarquias, aqui incluindo as relações de poder baseadas em classe, gênero e raça,
- Conversão ambiental: fatores como ecossistema, clima, proximidade a recursos naturais e saídas marítimas ou fluviais, além de características construídas pelo homem como estradas, moradia, transporte público e acesso à tecnologia.⁷

⁷ Os fatores de conversão pessoal estão ligados a capacitação pessoal e básica de Nussbaum, enquanto os fatores de conversão social e ambiental se conectam mais ao âmbito da capacitação combinada.

Por sua vez, relacionando-se com os propostos por Alkire, Amartya Sen (2010, 2011) destaca ainda cinco fontes principais de distinção entre as pessoas: a) heterogeneidades pessoais; b) variações no contexto físico; c) diversidade no clima social; d) diferenças de perspectivas relacionais; e) distribuição na família. O economista e filósofo sublinha que a atenção aos fatores de conversão é relevante não apenas pelo valor em ressaltar as diferenças interpessoais, e nos diferentes aspectos institucionais ou sociais que impactam na vida de pessoas que vivem em ambientes distintos, mas principalmente para esclarecer que essas discrepâncias podem induzir a diferentes níveis de dificuldades na transformação de renda em capacitações. Diante disso, as ações para o combate às desigualdades não devem se pautar exclusivamente na concessão de renda ou de uma igual distribuição de bens entre as pessoas, amparando-se em estratégias contextuais (Sen, 2011)

Posta essa linha de pensamento, relaciona-se o conceito de Interseccionalidade de Kimberlé Crenshaw, tratado anteriormente, afirmando a impossibilidade de entendimento da condição humana sem a devida dedicação a perspectiva abrangente da interação dos fatores envolvidos. Revela-se assim, que as noções de capacitações e funcionalidades permitem justamente a verificação das habilidades factíveis as quais os indivíduos estão expostos, reconhecendo a multiplicidade de possibilidades de conversão dos seus recursos em oportunidades.

Investigando posteriormente a relação nem sempre direta da oferta educativa para meninas e o desenvolvimento humano feminino em regiões remotas, considera-se importante observar as peculiaridades pertencentes ao entendimento de um conceito tão amplo e primordial para o desenvolvimento humano: a liberdade.

4.1.3 Liberdade real x Liberdade Substancial

O conceito aqui é compreendido como defendido pela cientista social indiana K. Seeta Prabhu, que caracteriza o termo tanto como liberdade “de”, como liberdade “para”, apontando valor intrínseco à liberdade, além de valor instrumental, como meio para atingir um fim (Prabhu, 2013). Tal caracterização é corroborada por Sen, o que pode ser confirmado pela afirmação, “A ‘boa vida’ é parcialmente uma vida de escolha genuína, e não aquela em que a pessoa é forçada a uma vida particular” (Sen, 1996, p.59). Logo, a iniciativa de escolha do próprio caminho faz-se tão crucial quanto a possibilidade de rejeição de outros.

Da mesma maneira como o objetivo do desenvolvimento humano não se fundamenta no crescimento econômico, a liberdade própria da abordagem de capacitações busca a expansão das

liberdades reais dos indivíduos, com destaque ao termo “reais”. Dentre os ângulos pelos quais o conceito de liberdade pode ser entendido, temos a liberdade formal, ou aquela pautada em lei, ou permissão. No entanto, a não proibição de uma prática ou comportamento não habilita automaticamente um indivíduo a exercê-lo. A “real” capacitação consiste na obtenção de possibilidades substanciais, palpáveis ou concretas, não apenas as asseguradas pelo aparato legislativo (Sen., 1992, 1996b).

As escolhas *per se* não determinam maior liberdade. Essas devem corresponder às necessidades e preferências de cada indivíduo, e apresentar opções viáveis e realistas sem causar maiores entraves e dificuldades na vida das pessoas. A diferenciação está na percepção não somente da liberdade de ser ou realizar algo, mas na oportunidade substantiva de conquista. Através desse prisma, a liberdade posiciona-se como carro chefe na estrutura de análise do desenvolvimento, operando como uma métrica de avaliação da ordenação social.

A aplicação da abordagem de capacitações é elementar quando busca-se compreender essa visão mais realista de liberdade, pois permite a noção mais acurada das alternativas de funcionalidades envolvidas no processo de desenvolvimento da vida e da dignidade humana. (Sen, 1985, 1993, 2001, 2010). É indispensável a concepção de que a liberdade é tanto uma meta do desenvolvimento humano, quanto um meio para alcançá-lo. O cume da escalada de desenvolvimento consiste no acesso livre de todos os seres humanos a ele, porém o trajeto até lá também necessita da liberdade substancial como instrumento de caminhada, conforme ressalta Sen, “as liberdades não são apenas os fins primordiais para o desenvolvimento, mas também os seus meios principais” (Sen, 2000, p. 25).

Para que essa visão seja exequível, deve-se reconhecer as pessoas como agentes, e não meros objetos passivos da generosidade alheia, seja na forma do estado ou outras. Os indivíduos determinariam por si mesmos a categoria de desenvolvimento almejado, quais prioridades e características fazem mais sentido para si, além dos meios preferíveis a seguir. A ampliação das liberdades substanciais e a agência caminha em sintonia, no sentido em que para exercer agência, as pessoas requerem liberdade de serem devidamente educadas, segurança para promover liberdade de expressão e associação, estarem bem nutridas, entre outros. Paralelamente, é na prática de agência, que esses indivíduos confeccionam um contexto propício à educação, à liberdade de expressão, e aos demais.

Inseridas no conhecimento de liberdade como exposto acima, Amartya Sen estrutura alguns princípios de autonomia medulares:

- Liberdade de expressão: capacidade de participação comunitária e política, autonomia de pensamento crítico,
- Facilidades econômicas: igualdade, equidade e acesso a recursos,

- Oportunidade social: garantia de educação, suporte de saúde, nutrição, entre outros;
- Garantias de transparência: maquinário público confiável.

Assim como os obstáculos sociais e culturais se retroalimentam, como será tratado mais à frente no capítulo sobre a situação da educação feminina nas zonas rurais, as esferas de liberdade também apresentam o mesmo andamento. Quando garantidas, são capazes de impactar as demais e mudar o círculo vicioso da pobreza e da privação, num ciclo virtuoso de desenvolvimento.

Martha Nussbaum fornece alguns exemplos práticos da distinção entre a liberdade real e a substancial. A autora reza que muitos indivíduos inseridos em contextos políticos e sociais favoráveis à participação comunitária, podem não o fazer por não possuir a capacitação interna que habilite a pensar criticamente na situação, ou mesmo o preparo para expor em público as suas ideias.

Em outro cenário, detentores de liberdade interna para prática religiosa, não possuiriam oportunidade real de aplicá-la quando visto pelo aspecto das capacitações combinadas, pois tais práticas não seriam salvaguardadas pelo Estado em questão. Ainda outras pessoas, com capacitações internas de participação política, não dispõem de viabilidades de optar por fazê-lo, também através de uma análise do aspecto combinado, pois podem sofrer represálias de grupos opositores, ou mesmo da família dependendo da hierarquia familiar, podem ser ilegais no país, entre outros embaraços (Nussbaum, 2011, p. 21-22).

Para vislumbrar algumas das ramificações inerentes às dificuldades a consecução da liberdade substancial, como raça, sexo, religião, formação familiar, entre outros, passo a tratar da questão de gênero como uma das principais barreiras a efetividade da autonomia humana.

4.2 Capacitações e Gênero

A economista e filósofa Ingrid Robeyns confere um exemplo que reafirma a escolha da abordagem de Amartya Sen para análise da desigualdade de gênero. Para a autora, baseando-se em avaliações de desempenho padronizadas, as mulheres tendem a apresentar resultados sempre piores do que os homens. Todavia, se o escopo de análise do desempenho for expandido, agregando fatores como qualidade e quantidade de apoio social, relacionamentos, engajamento em cuidados e papel familiar, então a avaliação normativa da desigualdade de gênero passa a ser menos uníssona. Consequentemente, esse alargamento estimula o diálogo e a argumentação entre esferas distintas, possibilitando inclusive a contribuição da teoria de interseccionalidade na apreciação do problema, como será tratado mais a frente (Robeyns 2003).

Conforme a antropóloga e feminista Aradhana Sharma (2008), as subjetividades de meninas e mulheres não podem ser declaradas como *sui generis*, e sim como a combinação de empoderamentos diversos que apontam tensões locais distintas (DeJaeghere & Lee). O maior desafio da moral política e filosófica padrão é a homogeneização dos grupos tratados, invisibilizando aqueles indivíduos que não correspondem a etnia, religião ou sexo dominante em cada situação.

Por meio desse reconhecimento, esclarece-se o motivo pelo qual a abordagem de capacitações é tão utilizada por estudiosos feministas. Para que cada pessoa seja considerada de forma integral, informações sobre cada indivíduo de acordo com a sua própria percepção devem ser ponderadas (Alkire, 2005). Posteriormente as apreciações trazidas acima, proponho a narrativa de uma linha temporal que coaduna e exemplifica alguns dos conhecimentos tratados acima:

Uma menina nasce numa família em situação de vulnerabilidade financeira na região rural de uma pequena cidade na Guatemala. O seu nome é Maria. Ao longo dos primeiros anos do seu desenvolvimento, a menina é ensinada a cuidar da casa e da família dividindo o peso das tarefas domésticas com a mãe, já bastante sobrecarregada. Todas as manhãs a menina anda 5 km com a mãe para buscar água e lenha antes do sol nascer, e então começar o preparo dos alimentos básicos para os seus irmãos e pai. Aos 6 anos dá-se início ao seu processo educativo, numa escola pública chamada “Liberdade”, e que fica a 10 km da sua casa, requerendo que ela comece o trajeto ao menos 1 hora antes do horário de início das aulas.

O caminho para a escola é bastante inóspito, e os seus pais a proibem de caminhar sozinha por aquela estrada. Até os 10 anos, a menina aguarda os irmãos para ir à escola, e retorna animada para casa para fazer as lições de casa e conhecer novos animais e plantas. Os pais, passam então a perceber que aquele tempo despendido no caminho para escola e nos trabalhos que a professora passa, impedem que Maria ajude no trabalho doméstico árduo. Importante acrescentar, que durante os anos da sua formação pessoal, a menina presenciou o privilégio do desenvolvimento físico e psicológico dos seus irmãos meninos, aos quais eram dedicados os poucos materiais escolares que a família conseguia arcar com os custos, os alimentos mais nutritivos, além do recurso principal na sua visão de criança: tempo para brincar, imaginar, e tão importante quanto, descansar. Aos 12 anos, Maria tem a sua primeira menstruação. A sua mãe a chama para explicar o que aprendeu com a avó da menina, que a partir daquele momento ela era uma mulher, e deveria assumir mais responsabilidades no lar e priorizar a família.

Maria, sem aporte financeiro para comprar absorventes, e sem acesso a informações sobre educação reprodutiva e sexual, passa a faltar a escola ao menos uma semana por mês, por vergonha.

Ao passar mais tempo isolada no ambiente privado, a menina possui a crença intergeracional do papel da mulher reforçada, visualizando no casamento e na reprodução o grande objetivo é alternativa para mudança de vida para ela. Aos 15 anos, Maria casa com um vizinho detentor de dois lotes de terra a mais que os seus pais, e assim poderia também auxiliar a família financeiramente.

Na nova casa, a menina não encontra mais espaço para concluir os seus estudos e ouve do seu marido que o seu estudo era perda de tempo, pois não seria a razão de terem comida garantida na mesa. Maria passa a se dedicar inteiramente às funções patriarcais esperadas de uma esposa e futura mãe. Aos 16 anos a menina engravida do seu primeiro filho. Durante a gravidez, Maria sofre de algumas comorbidades, devido à exaustão física e insuficiências nutritivas. Sem acesso à saúde especializada no corpo feminino próxima a sua habitação, e com pouco conhecimento sobre como se prevenir de tais enfermidades, a menina tem o seu primeiro herdeiro num quartinho nos fundos da casa, sendo auxiliada por vizinhas. Seu filho nasce bem pequeno e magro, porém sua maior preocupação é confirmar o seu maior medo. O bebê é uma menina.

5 Pobreza na juventude

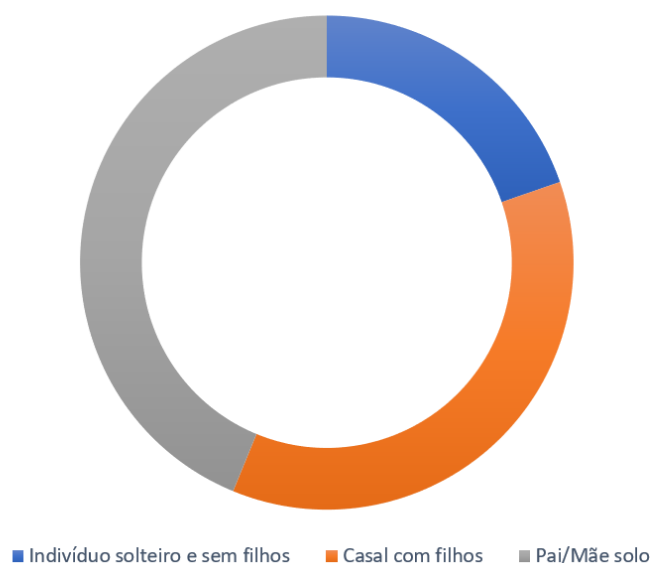
O intuito da tese até aqui, foi essencialmente o de delinear o contexto de múltiplas interferências e obstáculos impostos ao desenvolvimento socioeconômico feminino de forma plena. Partindo desta perspectiva, passo a analisar a dinâmica entre educação e gênero na região previamente definida, evidenciando a complexidade dessa interconexão para além de um estudo meramente quantitativo. Dessa forma, busco ultrapassar uma análise onde o parâmetro se restringe a paridade de sexo, trazendo no lugar a igualdade de gênero como objeto de investigação, considerando este como mais amplo e aquele que melhor engloba as diversas estruturas de disparidade, inclusive as mais invisibilizadas.

O reconhecimento da pobreza como exposto nos capítulos anteriores, é condição sumária para superá-la (Educação, pobreza e desigualdade social, UNB, 2018). A filósofa e antropóloga Lelia González (1988), traz no seu arcabouço de expressões relacionadas a condição particular dos negros latino-americanos e caribenhos, o termo “fome congênita” (pp.375)., como uma carga atribuída a crianças em determinados contextos de vulnerabilidade, desde o seu nascimento. Agregando a essa ideia, proponho a questão de gênero na conjuntura da pobreza e das opressões as quais as meninas e mulheres são subjugadas, como uma “desvantagem congênita”, que as posiciona no fim de uma lista extensa de privações e dificuldades.

Dentre as diversas variáveis investigadas no trabalho, a pobreza, de modo geral, demonstra-se provavelmente como aquela de maior impacto na educação na, posto que afeta as possibilidades familiares de suporte educativo aos mais jovens, entre outras questões, assim determinando em grande medida o seu desempenho no futuro. Não é por acaso que usualmente, observa-se que os lares com renda mais baixa tendem a possuir maior presença de crianças e jovens no seu agregado familiar, devido a fatores como a dependência progressiva de uma base financeira monoparental, sobretudo com a única provedora sendo a mulher (UNICEF, 2019), cerca de 78,4% de acordo com a OMS (2020).

Nessa conjuntura, as crianças e jovens são as mais afetadas pelas restrições impostas pela pobreza, devido a não possuírem autonomia sobre as suas vidas e meios de subsistência próprios. Casper et al. (1994) , realiza uma pesquisa que demonstra que uma das variáveis relacionadas à maior incidência de disparidade de gênero em uma sociedade, diz respeito a prevalência de lares compostos por mães solo, e que logicamente possuem menos escopo de manobra entre as horas gastas em casa e as investidas no trabalho assalariado.

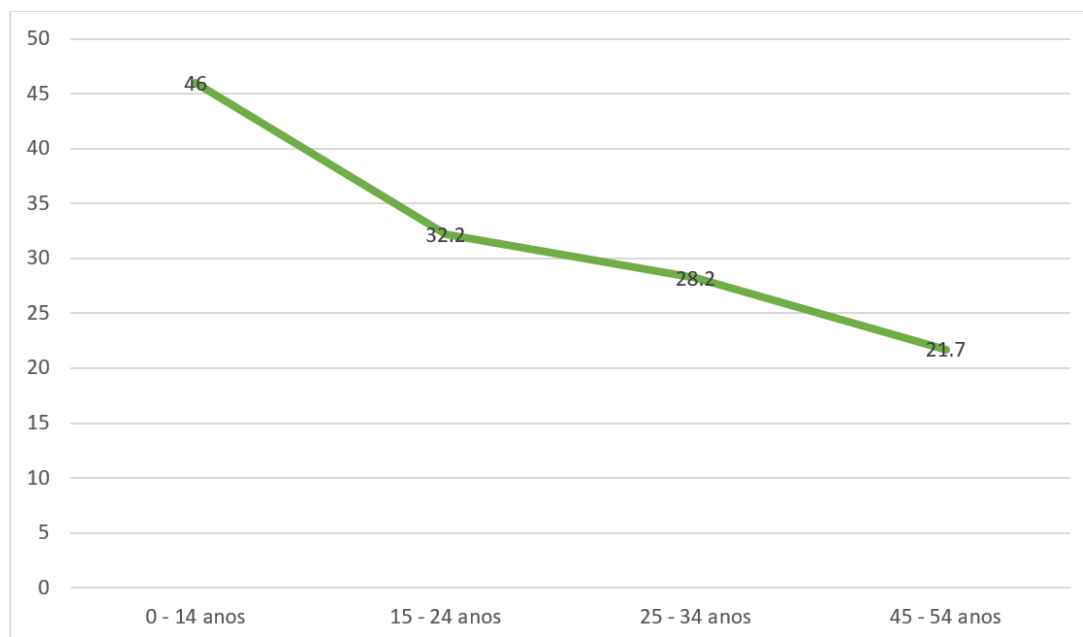
Gráfico 6 - Extrema pobreza de acordo com o arranjo familiar (2017)



Fonte: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Social Panorama of Latin America, 2018 (LC/PUB.2019/3-P), p. 96, Santiago, 2019.

Em decorrência disso, constata-se uma modificação no perfil da pobreza ao longo dos últimos anos, demonstrando uma aproximação crescente das faixas etárias mais jovens. Estima-se que a percentagem cumulativa da população jovem (0–24 anos) seja de cerca de 40% do total populacional mundial. No entanto, eles representam $\frac{2}{3}$ da população vivendo em meio a pobreza. Somando o percentual global da população pobre na faixa etária acima dos 15 anos, e que não possui educação formal, ou somente uma educação primária, totaliza o montante de 70% – 35% sem qualquer grau educativo e 35% com nível educativo inicial. Ao compararmos esse percentual com os dos quintis superiores, evidencia-se ainda mais essa discrepância, representando apenas 9% do total (Banco Mundial, 2018).

Gráfico 7 - Índice de pobreza por faixa etária (2017)



Fonte: Economic Commission for Latin America and the Caribbean (ECLAC), Social Panorama of Latin America, 2018 (LC/PUB.2019/3-P), p. 97, Santiago, 2019.

Ainda que tenhamos os indicativos acima, deve-se atentar ao aumento dessas vulnerabilidades quando ponderados outros eixos de desigualdade como raça, território e gênero. Naturalmente, a área rural se insere aqui como local de maior prevalência de indivíduos sem escolaridade. Um dos documentos fundamentais para apreciação da realidade infantojuvenil na região latino-americana e caribenha, é o relatório intitulado Pobreza Infantil na América Latina e Caribe (2010), que afirma: “[...] as crianças e jovens habitantes de zonas rurais não somente possuem maior risco de sofrer em decorrência da pobreza monetária dos seus lares, porém de serem ainda pobres entre os pobres”.

A CEPAL, no seu documento O Imperativo da Igualdade (2016), reforça que a proporção de lares rurais com crianças e jovens em vulnerabilidade moderada ou grave, ultrapassa consideravelmente as zonas urbanas. No cenário rural cerca de 75% dos agregados familiares vivenciam privações, e 34,6% detêm a versão mais grave desse problema, em torno de 7,3 milhões de lares rurais em comparação com 4,2 milhões dos urbanos.

Ao adentrar a análise do território e dos desafios e desigualdades ali presentes, tenta-se derrubar o mito da “cultura da pobreza”, segundo a qual os pobres não melhoram as suas condições de vida porque assim não o desejam, salientando a educação como o agente mais potente de mudança dessa conjuntura. Paulo Freire, filósofo e referência no setor educativo com o seu conceito de “educação

libertadora”, entre outros, chama a atenção para o enfrentamento à opressão e a desumanização dos mais vulneráveis, afirmando que a pobreza:

“É distorção possível na história, mas não vocação histórica. Na verdade, se admitíssemos que é vocação histórica dos homens, nada mais teríamos que fazer, a não ser adotar uma atitude cínica ou de total desespero. A luta pela humanização, pelo trabalho livre, pela desalienação, pela afirmação dos homens como pessoas, como ‘seres para si’, não teria significação. Esta somente é possível porque a desumanização, mesmo que um fato concreto na história, não é, porém, destino dado, mas resultado de uma ‘ordem’ injusta que gera a violência dos opressores e esta, o ser menos.” (Freire, 1987, p. 16).

Embasando-me na citação de Freire, passo a verificar essa “ordem injusta”, que segrega uns a uma vida plena de direitos e possibilidades, e outros a habitarem o mundo como marginalizados, e privados até mesmo dos seus direitos mais básicos. Adicionando a pesquisa o direito à educação (ODS 4), como o principal nó de ligação não somente às demais propostas de objetivos de igualdade, mas, assim como ressaltado pelo reformador da educação norte-americana no século XIX, Horace Mann, como a maior “igualadora social”.

5.1 Educação e Desenvolvimento

Ao longo da história, o direito à educação relaciona-se maioritariamente à garantia de acesso educativo universal, obtido através do reforço de leis de escolaridade compulsória. Essa visão limitada de tal direito, tem se mostrado paulatinamente insuficiente diante do desenvolvimento social e econômico do mundo. Em consequência, nas últimas décadas o direito à educação vem sendo repensado e remodelado para uma ideia de direito a aprender, como propõe a UNESCO (2015), o que implica a necessidade de atenção à qualidade do ensino, e não somente o fortalecimento no acesso.

A Convenção sobre os Direitos da Criança e Protocolos Facultativos (UNICEF, 1989), foi um importante divisor de águas nesse quesito, impulsionando a definição de três critérios essenciais para definir o direito a uma educação de qualidade: 1) desenvolver ao máximo as capacidades de cada pessoa; 2) empregar a Declaração Universal dos Direitos Humanos como alicerce de valores do ensino, prezando pela igualdade, respeito a diversidade, a tolerância e promoção do bem comum sem discriminação; e 3) fornecer os instrumentos para um desenvolvimento de competências plenas aos indivíduos. Além dos pontos fulcrais acima, agregam-se os parâmetros propostos por Jacques Delors (1996), apontando mais 4 pilares essenciais da educação de qualidade:

- Aprender a conhecer: garantia de disseminação de uma cultura geral, que possibilite o aprofundamento futuro de determinados temas de interesse. Em resumo, seria “aprender a aprender”.
- Aprender a fazer: distanciar-se da ideia restritiva do conhecimento como qualificador profissional, e sim uma capacitação ampla do indivíduo, preparando-o para a diversidade de situações possíveis ao longo da sua vida. Consiste numa expansão da percepção da educação, tornando a pessoa mais adaptável a diferentes cenários que podem surgir durante a sua trajetória de vida.
- Aprender a ser: valorizar as personalidades individuais, e principalmente garantir as condições para que a autonomia e as capacidades sejam desenvolvidas de forma plena, sem restrições. É o conceito que integra todos os outros.
- Aprender a viver juntos: reconhecimento e compreensão do outro, empatia e desenvolvimento de um senso de comunidade e interdependência, baseados no respeito mútuo.

Ribeiro e Koslinski (2012) classificam essa abordagem integralista da educação, que visa a compreensão da reprodução de desigualdades sociais, em 3 fases consecutivas: primeira, segunda e terceira geração. A primeira geração insere o elemento familiar como fator de influência nos resultados escolares das crianças e jovens. Já na segunda (1970), a atenção se volta para o fator transformador da educação.

Por fim, a última geração (fim dos anos 1980 – hoje) inclui o entorno, ou a vizinhança, como componente importante no acesso e disponibilização dos recursos educativos. É nesse último ponto que se estabelece o eixo de encontro entre os estudos sociológicos da educação com o território, um dos principais aspectos desse trabalho, promovendo o exame da conjuntura social e o seu impacto no contexto educativo. (Ribeiro e Koslinski, 2009)

Retomando o desenvolvimento humano pleno como objetivo primordial para a igualdade e justiça socioeconômica, busca-se compreender a relação causal entre este e a educação. O encadeamento de causa e efeito entre esses dois pontos, pode ser percebido através dos dados obtidos no PISA, *Programme for International Student Assessment*, comparados com os Coeficientes Gini das nações. Depreende-se então que, geralmente, países com altas taxas de desigualdade apresentam simultaneamente um desempenho escolar reduzido.

A essa ideia, a UNESCO (2002) acrescenta a afirmação de que a educação não representa uma consequência do desenvolvimento, e sim a educação é o próprio desenvolvimento. Portanto, faz-se

pertinente analisar as causas condicionantes do acesso à educação no território específico da América Latina, e, ao mesmo tempo, percorrer o caminho inverso, rastreando como a própria educação pode alimentar essas causas, impulsionando o círculo vicioso que vemos há séculos.

5.1.1 América Latina e Caribe no panorama educativo

A precariedade educativa na América Latina é reflexo tanto de legados históricos quanto do mau planejamento na distribuição de recursos. A diminuição das taxas de analfabetismo observada desde fins do século XIX até meados do século XX, deve-se em grande parte ao crescimento do comércio exterior, à globalização e ao aumento do poder do Estado nesse período. Logo, verifica-se a ausência de priorização da educação na agenda de investimentos públicos, favorecendo a fragilização crescente do serviço educativo, especialmente nas zonas rurais (Ossenbach Sauter, G., 1993).

Atualmente, nota-se um incremento da preocupação com a escolaridade, e a redução gradual no número de crianças e jovens sem contato com o sistema educativo, de cerca de 15 milhões no ano 2000 para, 12 milhões no ano 2018. Também se verifica uma melhoria no percentual de estudantes matriculados no ensino secundário, de 60.8% em 2000 para 75.7% em 2013 (Cetrángolo, O. e Curcio, J., 2017).

Como constatado em capítulo anterior, a desigualdade na região se apresenta de forma estrutural, levando a conclusão lógica de que a dificuldade no acesso à educação, e outros recursos, persiste como uma característica indissociável da região. A assimilação dessa disparidade social, evidencia-se em pesquisas como o World Values Survey 2017–2020. Quando se questiona sobre o grau de preocupação com a garantia de educação para os seus filhos, os latino-americanos apresentam percentuais de 52,2%, 49,8% e 49,9%, referentes ao Brasil, Equador e Chile respectivamente. Em contraposição, países mais desenvolvidos, como os Estados Unidos e Alemanha que já possuem um sistema educativo mais estabelecido, essa apreensão não ultrapassa cerca de 13,9% e 5,9% da população.

A Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (2010, v. II) traz o comparativo da frequência escolar entre os diversos estratos sociais. De modo geral, estudantes dos quintis de rendimento mais elevados nas sociedades, possuem 5 vezes mais probabilidade de estarem presentes em um contexto escolar. Na América Latina e Caribe essa associação duplica, com a perspectiva de 10 vezes mais do que nos quintis inferiores (CEPAL, 2007). Isto posto, entende-se que a diminuição da desigualdade social é elemento master no rendimento educativo.

Outra fonte de dados relevante são os relatórios do *Programme for International Student Assessment* (PISA). Para o estreitamento dos achados conforme a pertinência para o estudo, enquadra-se o PISA for Development (PISA-D), que utiliza instrumentos mais específicos para as realidades encontradas em países de baixa e média renda. A intenção da utilização desse panorama, é demonstrar não apenas a performance acadêmica da região de forma homogeneizada, mas de considerar os fatores que impactam esse resultado, especialmente os níveis socioeconômicos e características estruturais

A análise por meio deste sistema fornece um indicador ainda maior do tamanho do atraso no desenvolvimento educativo na América Latina, como destaca o relatório de 2015, em que pelo menos metade dos estudantes da região tiveram um resultado equivalente ao nível 1 em leitura, sendo o menor na escala. Nessa categoria, os estudantes se localizam abaixo do nível mínimo de competência definido pelo sistema para estudantes do ensino secundário baixo. É importante ressaltar nesse momento, que esses números representam grupos heterogêneos, e analisados de forma padronizada, o que tende a negligenciar grupos minoritários e extremamente vulneráveis, por inseri-los num pacote generalista de indivíduos, bem distinto das suas experiências particulares. Pensando nesse aspecto, a Oficina de Santiago, no seu estudo Oficina Regional de Educação para América Latina e Caribe (2015), reitera a imposição em considerar as especificidades e subjetividades encontradas na educação latino-americana, para evitar a absorção de grupos específicos pela maioria.

O relatório destaca sobretudo 3 elementos principais:

- Primeiramente, destaca-se que os avanços mencionados não se aplicam a todos os países, e muito menos se distribuem de forma homogênea no interior dos países;
- Segundo, as desigualdades internas são agudas, principalmente as discrepâncias baseadas em classe social, área de residência, gênero e etnia na região,
- E por fim, a necessidade da implementação de avaliações educativas que acrescentem a qualidade educativa como fator principal de verificação, tendo ainda mais importância do que apenas a contagem de matrículas.

Uma das premissas dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável 2030, é não apenas garantir que nenhum indivíduo seja abandonado, mas ainda mais importante, que os mais marginalizados sejam priorizados. Para que essa meta seja atingida, torna-se compulsória a definição clara dos grupos populacionais que sofrem uma sobreposição de desigualdades, perpetuando-se no decorrer das gerações. No intuito de iniciar um acercamento desses grupos, a CEPAL (2016) e a UNICEF (2020) reconhecem uma invisibilidade estatística de grupos utilizando o recorte de gênero, ou “*gender*

blindness” como definido anteriormente, devido a uma dificuldade em desagregar os dados através de características multidimensionais, como idade, privação material, saúde, educação e trabalho.

Ao direcionar uma lente de aumento a aspectos subjetivos das prescrições relacionadas ao gênero, torna-se visível o atraso crônico vivenciado pela América Latina e o Caribe. Tomo a reflexão do Relatório de Monitoramento Global da educação para todos (2013/14), como pontapé inicial do afunilamento das relações causais propostas até aqui: “se as tendências recentes continuarem, os meninos mais ricos vão conseguir concluir o ensino primário universal em 2021, mas as meninas mais pobres não vão conseguir até 2086.” (UNESCO, 2014).

5.2 Recorte de gênero na educação

A experiência de viver a infância e a juventude são determinados pelos papéis de gênero atribuídos a cada sexo, condicionando as oportunidades reais disponíveis durante a vida dessas pessoas. Logo, do mesmo modo que as idealizações de gênero determinam a dinâmica social e cultural, o sistema educativo também não existe em um vácuo livre dessas influências estruturais. A respeito desse poder estrutural, e estruturante, que regula as relações humanas em todas as esferas, com a educação sendo uma delas, bell hooks sinaliza que “Tudo o que fazemos na vida está fundamentado em teoria. Seja quando conscientemente exploramos as razões para termos uma perspectiva específica, seja quando tomamos uma ação específica, há um sistema implícito moldando pensamento e prática.” (2018, p. 41). Assim, se estabelece uma via de mão dupla na relação entre as esquematizações de gênero e os sistemas educativos. Via na qual sociedades desiguais tendem a propiciar uma educação intolerante e desigual, que por sua vez opera como um fomento para que essa sociedade perdure.

Ainda que o Relatório mais recente do Índice Global de Desigualdade de Gênero (2017)⁸ demonstre um avanço de 0,6% em direção à igualdade na América Latina e no Caribe, a complexidade da análise desses números pode ser estabelecida ao destacar as influências dos fatores internos de cada país. De acordo com afirmação de Mario Castillo, responsável pela Divisão de Assuntos de Gênero da Cepal, em entrevista à BBC News Brasil (2019): “Na última década dá pra notar que houve bastante melhora, especialmente na educação de mulheres, mas há muitas coisas que os dados não mostram. A desigualdade é diferente entre os países, mas também dentro de cada país”.

⁸ The Global Gender Gap Report, Criado em 2006, mede a disparidade entre homens e mulheres em 144 países, amparando-se em quatro pontos específicos: participação econômica e oportunidades; nível educacional; saúde e expectativa de vida, e empoderamento político.

Amostra do contraste entre os números globais e os dados levantados quando se inserem as especificidades de região e gênero, pode ser observada no Estudo do Banco Mundial de 2018⁹. O documento revela que a nível global, 9 em 10 meninas completam o ensino primário, mas somente 3 em 4 completam a educação secundária baixa, considerada a educação dos 12 aos 15 anos ou segundo e último estágio da educação básica. (ISCED)¹⁰. Essa realidade é ainda mais grave em países em desenvolvimento, como os países da América Latina, nos quais menos de 2/3 das meninas concluem ao menos o ensino primário, e somente uma em 3 completam o ensino secundário

Ao avaliarmos a inserção escolar de meninos e meninas, ao longo das últimas décadas, é possível notar um progresso geral na proporção de matrículas de alunos em idade escolar. No entanto, como ressalta Nelly P. Stromquist, essa situação seria um reflexo da expansão natural dos sistemas educativos, e não deve ser ingenuamente encarado como um olhar mais atento à educação. Para a autora, “Autoridades educativas não deveriam declarar crédito pelo aumento da oferta escolar para meninas, a menos que possam demonstrar que esses aumentos são acompanhados de redução na disparidade de gênero, sendo resultados de políticas governamentais específicas, em vez de apenas um resultado inevitável da expansão educativa.”

Para além desse entendimento, Jo Rowlands (2011) sublinha a preocupação necessária de que a opinião pública e as comunidades não se limitem à aceitação da fórmula: construir escolas e meninas serão automaticamente empoderadas. A ressalva da autora, aponta a profundidade do tema, e como é fácil abordá-lo de uma forma simplista. A promoção de uma educação revolucionária não deve considerar o processo educativo como um trajeto linear para expansão de oportunidades para as mulheres, visto que as relações de poder interferem também na educação (Walker and Unterhalter, 2007). Infere-se então a importância de ultrapassar uma atuação *gender sensitive*, almejando o patamar educativo *gender transformative*, provendo uma educação de qualidade que questiona os papéis e estereótipos tradicionais de gênero.

Apesar de muitos fatores atuarem de forma direta ou indireta na educação feminina, o sistema patriarcal, dominante na maioria das sociedades, representa o guarda-chuva abaixo do qual essas outras formas de segregação e opressão operam. Uma das aplicações práticas dessa perspectiva, figura-se na dificuldade em se atingir um equilíbrio entre o microambiente escolar, que fomenta a autonomia feminina e o empoderamento, e um macroambiente moldado por normas patriarcais (Shah, Payal P., 2011). O

⁹ The World Bank. (2018). *World Development Report 2018; LEARNING to Realize Education's Promise*.

¹⁰ Classificação Internacional Normalizada da Educação

reconhecimento dessas barreiras começa a revelar algumas das estruturas envolvidas na não linearidade entre educação e qualidade de vida no caso das mulheres.

O estudo *Framing Gender, Education and Empowerment* (2011), aponta fragilidades nas políticas e práticas aplicadas a educação feminina de modo geral:

- O foco na contagem do número de meninas em ambiente escolar, no lugar de um olhar voltado à complexidade e subjetividade das questões de gênero, que limitam as próprias políticas. Resulta do intercâmbio das noções de sexo e gênero, restringindo as análises ao primeiro conceito;
- Priorização do aumento de crianças e jovens com acesso à educação, porém sem dedicar esforço na garantia da qualidade da oferta educativa,
- Tradicionalmente, as avaliações desse assunto amparam-se em indicadores descontextualizados, proporcionando assim uma percepção rasa do problema, que não conta com condicionantes socioeconômicos e culturais.

A esses pontos, Soares (2002) afirma que em geral, pode-se dividir a verificação do desempenho dos alunos mediante três grupos de variáveis: aquelas relativas à origem familiar e aos aspectos individuais dos alunos; variáveis a respeito do contexto socioeconômico da escola e as variáveis quanto às práticas e insumos pedagógicos das escolas nota-se que a questão de gênero perpassa todos esses aspectos. Portanto, a necessidade de fazer convergir o debate de gênero - não somente de sexo- e as práticas de empoderamento, é a melhor forma combater a redução do conceito ao senso comum. Esse equívoco, além de alimentar um uso acrítico do conceito, arrisca-se a promover uma abordagem por demais restrita das vivências pessoais das mulheres e a coibir justamente as transformações que se quer promover no campo da igualdade nas relações de gênero.

Entende-se que para uma investigação ainda mais pontual, além da inserção do gênero nas análises, é necessário considerar a interseccionalidade, de vários fatores, como elemento determinante nos resultados. A socióloga Chandra Talpade Mohanty (1991) argumenta que a construção do conceito de “Mulher do terceiro mundo” como algo unitário, omite a multiplicidade de experiências das privações vinculadas a aspectos culturais, históricos e geográficos. Contemplando essa visão, Mohanty afirma “*Such unitary perceptions of empowerment, development or gender deny the recognition of diversity and conflicts of interest within groups and apply an outsider definition to others*”. Assim sendo, com o recorte geográfico e de gênero bem estabelecido anteriormente, proponho o contorno etário, permeado pela interconexão de vulnerabilidades como um dos pontos essenciais a partir daqui.

Para tal fim, é importante ressaltar que o foco na educação secundária neste trabalho, não pretende diminuir a importância do ensino primário de qualidade. O intuito é inclusive o oposto, reforçando a necessidade de garantir esse primeiro passo educativo de forma igualitária e abrangente. A menor presença feminina no ensino secundário alto e superior, pode ser compreendida como um efeito cumulativo de negligências nos níveis prévios, que perfazem em uma segmentação social na perspectiva da educação secundária.

Não é possível imaginar a educação secundária para todos, sem o apoio a uma educação primária forte, efetiva e que possibilite o desenvolvimento do pensamento crítico necessário para romper padrões opressivos intrínsecos à sociedade. Marian Wright Edelman já afirmava que “Não se pode ser o que não se pode ver” (tradução própria). Logo, quando se transmite às meninas ao longo de gerações, que a educação não é prioridade em suas vidas, e o ensino superior é ainda mais inatingível, torna-se secundário o sonho de buscar o próprio desenvolvimento educativo.

Outra razão que demonstra a importância da atenção ao ensino primário como ponte sólida crucial ao restante do processo educativo, nota-se pela dificuldade presenciada na transição entre os níveis educativos na América Latina. Grande parte da deserção escolar ocorre justamente na passagem da educação primária para a secundária, principalmente se tratando de alunos vivendo em realidades com maior precarização. A transição nesse ponto também representa um momento composto por uma série de elementos complementares, não relacionados apenas ao quesito educação, como a confrontação com culturas e entornos diversos, metodologias não contextualizadas e até mesmo uma distância maior de suas casas, sobretudo no caso dos jovens rurais (Roman Carrasco, M. e Murillo Torrecilla, Francisco J., 2013).

Detendo a percepção da função determinante da educação primária na trajetória educativa de um indivíduo, compreende-se que no contexto atual a educação secundária representa o nível educativo mínimo para que uma pessoa possa tornar-se membro ativo da sociedade, e alcance condições de vida dignas para si e sua família (CEPAL, 2002 e Ibero-American Youth Organization (OIJ), 2004 e 2008).

5.3 Educação Secundária

Após estipular alguns recortes específicos nas pesquisas, na intenção de não obscurecer grupos costumeiramente invisibilizados, determino a faixa etária das jovens- 12 a 18 anos- como grupo focal das análises a partir daqui. A escolha dessa parcela populacional ocorre devido à visão da potência transformadora e disruptiva dos mecanismos de perpetuação de desigualdades que essa etapa da vida detém. Conseqüentemente, o valor de uma educação capacitadora nessa faixa é ainda mais elevado,

capaz de determinar o desenrolar das fases posteriores da experiência humana. A própria CEPAL (2016c) ressalta que a educação secundária manifesta impactos positivos em aspectos como participação política, sobretudo para mulheres, além de melhores resultados educativos e de saúde dos seus descendentes.

Até mesmo a definição a respeito da educação secundária vem mudando nas últimas décadas, hoje inserindo-se como parte constitutiva da educação fundamental, e não um passo excepcional ou privilégio de determinado contexto. Observada em um sentido mais amplo, a educação secundária do século XX em diante, veio se aproximando de projeto formativo de caráter, e se distanciando de uma visão de uma função estritamente preparatória para o ensino superior ou a entrada no mercado de trabalho. Assim como exposto no reconhecimento de que essa etapa passou a ser “Mais que pré-universitária, a educação secundária tende a ser hoje pós-primária”. (Briseid e Caillods, 2004; Braslavsky, 2001).

Para a realidade feminina, esse estágio educativo interfere ainda mais nos resultados posteriores da sua realidade. Exemplo disso pode ser percebido através do levantamento do Banco Mundial de 2018, que providencia dados que sinalizam a disparidade entre a situação financeira de mulheres com acesso educativo secundário, ou sem esse recurso. Demonstra-se que educação primária feminina acresce cerca de 14 a 19% a mais de rendimento do que mulheres sem educação alguma. Já as com ensino secundário apresentam uma percentagem duas vezes maior, e 3 vezes mais elevada no caso do ensino superior.

Espínola e Claro (2010), sublinham o papel da educação como determinante da vivência individual e social das pessoas ao longo de todo seu percurso de vida. Por intermédio do estudo citado anteriormente, e com participação das Nações Unidas (2018), foram identificadas 6 áreas principais onde a educação feminina exerce enorme impacto na vida das mulheres, além de reverberam nas suas respectivas comunidades. São eles:

- Renda e padrão de vida
- Casamento infantil e gravidez precoce
- Saúde, Nutrição e Bem-estar
- Fertilidade e crescimento populacional
- Capital social e Instituições
- Agência e poder de decisão

Atravessando essa noção, evidências apresentadas no relatório da Oficina de Santiago em colaboração com a UNESCO (2016), corroboram a ideia das múltiplas interconexões de opressões atuando no índice de conclusão do ensino secundário, entre o quintil mais rico e o mais pobre na América Latina e no Caribe. Nesse contexto, a parcela populacional mais rica possui em média 5 vezes mais probabilidade de terminar esse ciclo educativo do que o quintil mais empobrecido, expondo mais uma vez a fragilidade da realidade rural nesse cenário.

Assim como salientam María Nieves Rico e Daniela Trucco (2014), apesar da grande maioria dos jovens estarem inseridos no ambiente educativo formal, com 91% em matrículas na fase primária, e 74% na secundária (com alguns países abaixo dos 50%), de acordo com a UNICEF (2014), a deserção escolar permanece como um desafio preeminente na região, detendo uma taxa de abandono escolar em torno dos 58% na faixa etária equivalente a educação secundária (Kattan e Székely, 2015). Nesse sentido, Julián Suárez (2018)¹¹ reitera que a deserção escolar não é resultado de uma causa isolada, e sim “em geral corresponde à culminação de um processo de sentimento de exclusão social e educativa dos jovens.”

Em termos gerais, pode-se declarar que ainda que as taxas de conclusão tanto do ensino primário, e passagem para o nível secundário, tenham crescido nas últimas décadas, isso não significou necessariamente um incremento coletivo da educação secundária. Desse modo, é necessário questionar o interior do processo de educação secundária para reconhecer esses elementos limitantes no percurso educativo, que resultam num panorama bastante heterogêneo quanto ao grau educativo dos jovens. Vale ressaltar também a pertinência em concretizar a percepção de que a disparidade de recursos econômicos está longe de significar uma explicação completa do problema, ao expor que o encontro entre pobreza e outros tipos mais subjetivos de vulnerabilidades, amplifica as desvantagens educacionais.

Alguns dos instrumentos que intensificam a desigualdade operam de forma universal, enquanto outros são fruto de contextos socioeconômicos e culturais específicos. Submetidas as formas mais profundas desse mecanismo de opressões, encontram-se as mulheres, principalmente aquelas periféricas e racializadas. De acordo com o *Informe de Seguimiento da Educação no Mundo de 2020*¹², nota-se que a América Latina e o Caribe (43%), em relação aos números globais (42%), estão praticamente equiparados na extensão da promoção de políticas educativas, que insiram o aspecto de

¹¹ Vice-presidente da CAF - Banco de Desenvolvimento Sustentável da América Latina

¹² O Informe de Seguimiento de la Educación en el Mundo mais atualizado, de novembro de 2020, traz a temática de Inclusión y educación: Todos y todas sin excepción, trazendo assim grande acervo de dados relevantes ao tema específico deste trabalho.

gênero em seu planejamento. Essa observação levanta o questionamento: Por que então esse investimento não se manifesta na melhoria da qualidade de vida das jovens latino-americanas e caribenhas marginalizadas? Trazendo essa indagação como motivador da pesquisa, passo a dissecar um pouco mais de perto os entraves impostos entre educação e gênero na região.

5.3.1 Influência Intergeracional

Como pontapé inicial no apontamento das principais influências no desempenho educativo das jovens latino-americanas e caribenhas, para além da ótica economicista, ressalta-se o padrão intergeracional. Possuindo uma estrutura social com grande prevalência do machismo e do patriarcado, percebe-se na região uma tradição de formação de famílias onde o casal possui o mesmo nível educativo, ou quando há variação entre eles, a mulher tende a deter grau educativo inferior (CEPAL, 2009 e UNICEF, 2010). Na região, a distribuição de renda é transmitida através das gerações, e nesse padrão, o direito à educação funciona como um incentivo a aquisição de outros direitos, como segurança alimentar, saúde e trabalho digno e com remuneração eficaz (CEPAL, 2016).

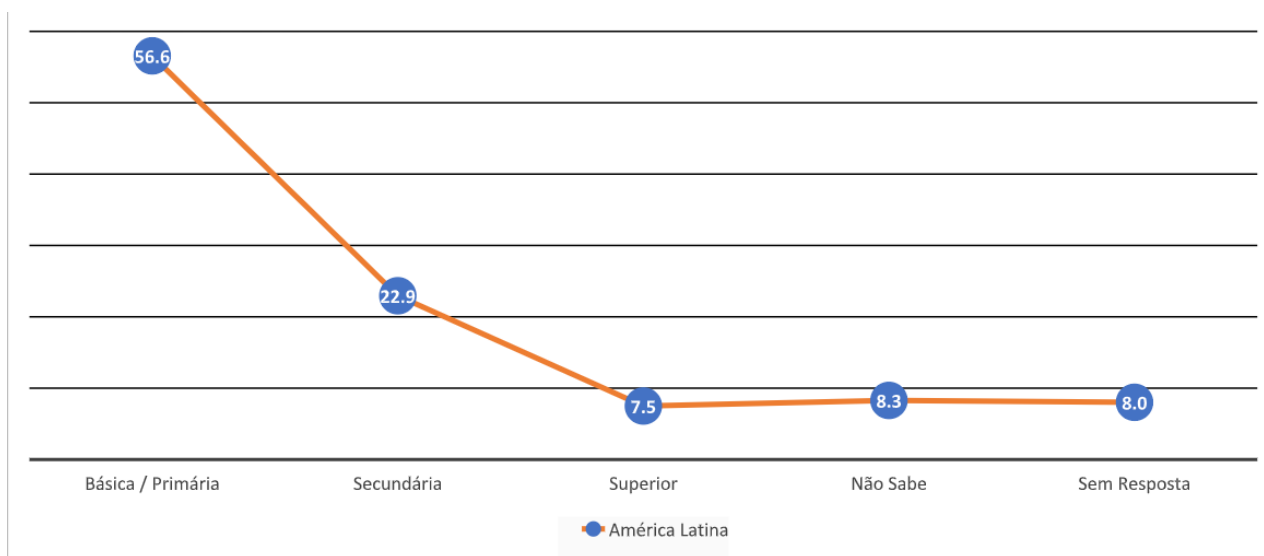
Complementando esse quadro, como observado anteriormente, são as mulheres as maiores responsáveis pelos cuidados familiares, e criação dos filhos. Numa conclusão lógica, torna-se nítido o papel da mulher como maior agente de mudança social, sobretudo na desigualdade de gênero nas gerações criadas por elas. A relação entre o nível educativo das mães e o bem-estar geral dos seus filhos, ultrapassa uma compreensão expandida do valor da educação na vida deles, impactando outros aspectos como saúde e nutrição.

No que concerne à pobreza vivida pelas crianças, o estudo citado acima sugere uma probabilidade sete vezes superior no caso dos filhos de mães que possuem apenas o ensino primário, ao contrapô-las com mães com ensino superior, e 3,3% mais hipóteses quando confrontado com mulheres que concluíram o nível secundário. O desempenho escolar também é influenciado pelo grau educativo da mãe. As notas das crianças e jovens segue uma progressão, no caso de mães com escolaridade secundária e superior, de 7% mais altas na conclusão do ensino básico, 15% no fundamental (até cerca de 14 anos), e até 32% na finalização do ensino secundário (UNB, 2020). Sobre isso, Sara Silveyra (1992) enfatiza a ocorrência de um efeito dominó, devido “a falta de escolaridade, acarreta ainda outro problema grave: uma mãe com um nível educacional muito baixo ou analfabeta, implica uma carência de apoio à formação educativa dos seus filhos e, portanto, os seus resultados escolares são muito ruins, o que leva novamente a empregos de baixa remuneração”.

Seguindo o preceito aplicado até aqui, ao realizar o recorte geográfico da questão, percebe-se a replicação dos padrões educativos e de formação familiar de forma intergeracional. A multidimensionalidade da pobreza rural é evidente ao analisar dados como o do documento Pobreza e Prosperidade Compartilhada (Banco Mundial, 2020), de acordo com os quais, dentre os adultos pobres vivendo em zonas rurais, 39% deles afirmam não possuir qualquer nível de educação formal, o que equivale a mais do que o dobro do percentual urbano.

Agregando mais uma vez as análises do World Values Survey 2020, quando questionados sobre o grau educativo mais elevado ao qual suas mães tiveram acesso, às médias mundiais foram as seguintes: nível educativo baixo 59,2%, médio 21,4% e alto 10,2%. Ao confrontar essa margem com os índices latino-americanos, encontra-se uma estagnação no nível médio, raramente ultrapassando para os níveis superiores, como exemplo Colômbia com maior percentual no menor grau educativo, 61,4%, seguido pelo nível médio.

Gráfico 8 - Média do grau educativo materno de acordo com o World Values Survey 2020



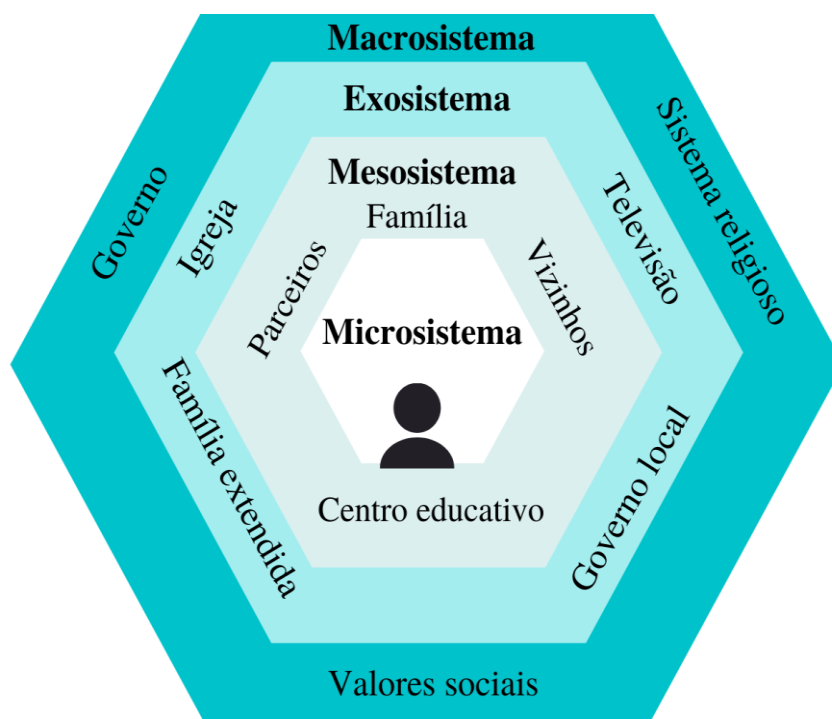
Fonte: World Values Survey, 2020

5.3.2 Produto da comunidade

Bem como o sistema patriarcal e a educação intergeracional, sobretudo materna, impactam diretamente o percurso educativo das crianças e jovens, o entorno em que eles se inserem, a comunidade, integra o emaranhado de vias de influência na educação destes. O papel da comunidade pode ser o reforço a um sentimento de pertencimento e valorização dos indivíduos, e ainda o de estreitar a relação entre as famílias e os professores, e aqueles que trabalham no sistema educativo (Williams et al; UNESCO- Oficina de Santiago, 2020), tornando a educação mais adaptável e pontual às necessidades locais. A respeito da formulação de uma identidade comunitária, Erik Olin Wright (2010), distingue dois *modus operandi* padrão dessa construção: opressivo e cooperativo. O primeiro, sustenta-se na exclusão e dominação de indivíduos, com base em características como gênero, raça e classe. A formulação cooperativa, por sua vez, provém da confiança mútua, solidariedade e reciprocidade.

O peso dessa influência pode ser compreendido no esquema proposto pelo psicólogo Urie Bronfenbrenner (1979), com seu conceito de Ecologia do Desenvolvimento Humano. Através desse sistema, o autor frisa as três camadas principais de interação no processo de desenvolvimento humano: o menor, mesossistema, corresponde a aspectos como família, escola e amigos; na camada mais acima, exossistema, os agentes de influência seriam o aparato religioso, o governo e gestão local, além da própria representação de massa, por fim no setor superior, macrosistema, os responsáveis seriam os valores sociais e culturais dominantes, o sistema religioso, além das leis e imposições estatais.

Ilustração 5 - Ecologia do Desenvolvimento Humano



Fonte: Urie Bronfenbrenner (1979)

Dialogando com essa concepção, William Julius Wilson (1970), argumenta a associação entre a vizinhança e o trajeto individual, ao indicar os efeitos recíprocos que constroem uma rede ampla de relações sociais. A teoria denominada efeito vizinhança, refere a sobreposição de desvantagens que a segregação espacial pode representar em determinadas circunstâncias. Por exemplo, crianças que já possuem a privação da pobreza, têm ainda maiores dificuldades em sair dessa situação, do que outras crianças pobres, porém que habitam áreas socioeconomicamente mais prósperas (Wilson, 1987 e Jencks; Mayer, 1990). São geradas assim barreiras estruturais e culturais para a mobilidade social.

Validando essa premissa, alguns autores sugerem que quando seres humanos vivem em conjunto, eles concebem algo verdadeiramente coletivo, ultrapassando apenas a soma das suas individualidades. Relacionado a essa visão, vincula-se o chamado “efeito vizinhança”. Esse efeito consiste numa percepção relacional em que se presencia a relação de causalidade entre certos acontecimentos e o contexto social no qual ocorrem” (Alves, Franco e Ribeiro, 2008, p. 91). Charles Gore (1997), sustenta que o produto dessas interações pode resultar em “bens comuns” ou “males comuns”, privilegiando ou oprimindo determinados grupos inseridos numa mesma sociedade. O autor traz ainda o

conceito de “bens sociais irreduzíveis”, como aqueles que possuem valor intrínseco e não podem ser decompostos em conjunturas individuais.

Em muitas situações, pessoas submetidas durante um longo período de tempo à exclusão social ou opressão sistêmica, desenvolvem bloqueios que aniquilam a possibilidade de progresso pessoal, mesmo em meio a mudanças futuras no paradigma externo. Conclui-se então, que ao se analisar o bem-estar social focalizando somente em dados sobre as liberdades individuais, tende-se a neutralizar a influência desses bens sociais comuns.

Na pesquisa de Cediel Becerra et al (2017)¹³ possibilita-se um exemplo pontual de como o efeito vizinhança pode funcionar ao mesmo tempo como força opressora, paralelamente a impulso de rompimento de barreiras quando atrelado a agência dos indivíduos. Quanto a isso o autor afirma: "Na Colômbia, a ruralidade segue sendo patriarcal e machista; os homens vêem as mulheres como objetos sexuais, trabalhadoras domésticas não remuneradas, e, na maioria dos casos, seus esforços não são valorizados. No entanto, mesmo que muitas tenham medo de romper os esquemas sociais que as mantêm caladas, as mulheres empreendedoras as inspiram; seu sorriso e palavras de ânimo as animam a tentar mudar sua situação, ou ao menos, a demonstrar a seus filhos a possibilidade de terem uma vida diferente no espaço rural."

Depreende-se então, o potencial disruptivo de exclusão que a participação comunitária na educação possui. Para além de proporcionar um entorno inclusivo e favorável ao melhor desempenho escolar, pode também funcionar como um amplificador de aspirações pessoais, por meio do exemplo. Essa abordagem conjuntural, permite uma visão mais precisa dos elementos inerentes ao empoderamento real dos indivíduos, e de que forma melhor contornar seus obstáculos.

Além de influência, a comunidade também é beneficiária do fomento educativo, como assinala Ann M. Veneman, Diretora Executiva da UNICEF (2009): “Os investimentos na educação também beneficiam meninos, meninas e suas comunidades. Especialistas calculam que cada dólar investido na educação feminina produz um ganho 10 vezes superior devido ao conseqüente aumento da produtividade (...). É necessário pôr fim ao ciclo de pobreza intergeracional.” Portanto, o efeito vizinhança aqui se estabelece como elemento chave na quebra do ciclo de perpetuação da pobreza e das múltiplas opressões provenientes dessa.

¹³ Empoderamiento de las mujeres rurales como gestoras de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en el posconflicto colombiano

5.3.3 Currículo e Cultura

O processo de aprendizado se estabelece como uma prática contextual, derivada de um horizonte cultural e histórico particular. Dessa forma, e por se tratar de uma prática desenvolvida em etapas, que acompanham o desenvolvimento do indivíduo, os locais de ensino simbolizam também ambientes de socialização. Dentro do espaço escolar, especialmente os grupos marginalizados, podem encontrar segurança e terreno para explorar as suas questões privadas e coletivas. Nesse sentido, o currículo base aplicado nas escolas, deve se atentar primordialmente à contextualização dos conteúdos abordados, determinado pela própria vivência dos estudantes.

A esse processo Paulo Freire denomina Educação Popular, uma metodologia que preza os saberes prévios do povo e as suas realidades culturais na formulação de novos conhecimentos. Quanto a importância de se pensar nessa abordagem, retomo a fala de Antonio Cícero, “Ciço”, que proporciona um vislumbre sobre uma educação coerente com realidades particulares:

“Mão que foi feita pro cabo da enxada acha a caneta muito pesada (. . .) Então, “educação”. É por isso que eu lhe digo que a sua é a sua e a minha é a sua. Só que a sua lhe fez. E a minha? Que a gente aprende mesmo, pros usos da roça é na roça. É ali mesmo: um filho com o pai, a filha com a mãe, com uma avó. Os meninos vendo os mais velhos trabalhando, cantando. . . tocando. . . agora, nisso tudo tem um estudo. Um tipo dum estudo pode ser que não tenha. Mas se ele não sabia e ficou sabendo é porque no acontecido tinha uma lição escondida. Não é uma escola, não tem um professor assim na frente, com o nome “professor”. Não tem. . . Você vai juntando, vai juntando e no fim dá o saber do roceiro, que é um tudo que a gente precisa pra viver a vida conforme Deus é servido. Quem vai chamar isso aí de uma educação? Mas tem, não tem?” (p. 7 -10)

A esse respeito Freire propõe estabelecer uma proximidade entre os conhecimentos curriculares essenciais aos alunos, e a experiência social que eles detêm como indivíduos, prevenindo o que o autor chama de “invasão cultural” (1968). Nesse modelo, busca-se evitar que o currículo sirva como ferramenta de perpetuação de opressão e desigualdade, por ser estritamente um reflexo das estruturas e identidades dominantes de poder. Henry Giroux (2019) acrescenta que tão relevante quanto a cautela com a construção curricular, é preciso considerar o que ele chama “currículo velado”, ou tudo aquilo que é ensinado em sala de aula e não se encontra explicitamente detalhado no currículo.

Exemplos disso são expressos no relatório *Mujer y Educación en América Latina*, relacionando a igualdade de oportunidades com a base curricular ofertada. É notório então que as questões de gênero seguem sendo omissas da maior parte dos currículos na região da região, em países como Chile, onde

uma análise dos livros didáticos comprovou que para cada personagem feminino exposto no material, encontravam-se 5 personagens masculinos, além da retratação das meninas e mulheres maioritariamente em papéis domésticos. Já nos livros de ciências, ainda considerado como tema quase hegemonicamente masculino, a situação era ainda mais grave, com a representação feminina em 2 personagens, enquanto a masculina aparecia em 29 personagens (Covacevich e Quintela-Dávila, 2014).

É nessa mensagem invisível que muitas vezes se cristalizam noções hierarquizantes entre os alunos, concretizando um *status quo* com base em características pessoais, socioeconômicas e culturais. Igualmente, impõem-se limitações que se interiorizam progressivamente na própria percepção que um indivíduo tem de si mesmo. Em síntese, o caminho proposto pelos autores, é o de a partir da cultura se formular a educação, e não o inverso e costumeiramente adotado.

5.3.4 *Violência de gênero*

Outra característica cruel comum em sociedades fortemente patriarcais como as analisadas aqui, é a relação entre fragilidade econômica, subordinação e violência contra os mais fragilizados, mulheres, crianças e minorias em geral. As mulheres, em particular, vivenciam os obstáculos educativos em contextos que incluem geralmente variadas formas de opressão, incluindo para além dos mais nítidos e já mencionados, o isolamento na vida privada e a violência, aqui compreendida num sentido integral, que considera as violências psicológicas, estruturais, e diretas, que ao impossibilitar o controle de seus próprios corpos, repercute nas possibilidades de autonomia econômica delas (Stromquist, 1997; Galtung, 2003, Quigley et al., 2006).

A esses grupos pode relacionar-se os conceitos de *Homo Sacer*¹⁴ (Giorgio Agamben) ou “refúgio humano” (Zygmunt Bauman). O próprio Bauman (2005, p.44) liga os dois conceitos afirmando que o *Homo Sacer* é a principal característica do refúgio humano:

“A vida de um *homo sacer* é desprovida de valor, seja na perspectiva humana ou divina. Matar um *homo sacer* não é um delito passível de punição, mas sua vida não pode ser tirada num sacrifício religioso. Privada da significação humana que só a lei pode conferir, a vida do *homo sacer* é inútil. Matar um *homo sacer* não é crime nem sacrilégio, mas, pela mesma razão não pode ser oferenda.”

O *World Report on Violence Against Children*, situa a América Latina como região de maior violência no mundo. De acordo com pesquisa recente da *Pan-American Health Organization* (PAHO), o percentual de mulheres na América Latina que alegam ter sofrido algum tipo de violência doméstica varia

¹⁴ Um indivíduo “estabelecido fora da jurisdição humana, desta forma sem ser trazida para o domínio da lei divina” (Agamben, 2000, p. 67)

de 17% na República Dominicana, até mais de 50% na Bolívia (Bott et al., 2013). Alguns dos fatores detectados por Heise, em 2011, como facilitadores desse cenário, são a fraqueza de leis e regulamentações institucionais e normas sociais patriarcais que reiteram a impunidade nesses casos. Nesse sentido, as Nações Unidas (1995) reconhecem que a violência de gênero é uma manifestação das dinâmicas de poder historicamente desiguais entre os sexos.

A faceta mais perceptível da violência concerne à violação da autonomia física das mulheres. A ONU Mulheres (2018) aponta a América Latina como o território mais violento e letal para as mulheres, com 9 mulheres assassinadas diariamente em decorrência do seu gênero, também chamado feminicídio ou femicídio. Pesquisas domésticas em seis países da região, mostram que entre 60% e 76% das mulheres (ou 2 em cada 3) foi vítima de violência exclusivamente por motivações de gênero, em diversas esferas das suas vidas. A OMS (2019) assinala ainda, que 38% das mulheres latino-americanas e caribenhas relatam ter sofrido violência sexual e/ou física por parte de alguém próximo, um companheiro ou familiar.

Sendo o ambiente domiciliar um dos mais perigosos para as mulheres, conclui-se como a situação pandêmica agravou substancialmente outros riscos específicos às mulheres. O isolamento obrigatório, enclausurou muitas mulheres num cativeiro físico, psicológico e emocional, com acesso ainda mais escasso a instrumentos de denúncia e suporte, o que as Nações Unidas nomearam de “pandemia na sombra” (Galea, Merchant e Lurie 2020; ONU Mulheres 2020, CEPAL, 2020). Os efeitos desse agravamento, estima-se, irão perdurar para muito além do período pandêmico, visto que diversos estudos comprovam o aumento na probabilidade de crianças que vivenciam violência doméstica, em replicarem esse comportamento futuramente, seja como vítimas crônicas de violações, ou mesmo perpetradores (Guedes, A., Bott, S., Garcia-Moreno, C., & Colombini, M., 2016).

Seguindo o mesmo processo observado até aqui, o contexto em que as mulheres vivem também é um potencializador das experiências de violência vividas por elas. Em zonas rurais, o patriarcalismo tradicionalmente é mais enraizado culturalmente, e há uma distância física maior dos instrumentos sociais, políticos e comunitários que poderiam garantir mais proteção. Logo, a soma desses fatores torna mais complexa a situação a qual as mulheres estão submetidas nesse meio, refletindo em múltiplas formas de violência, além de tornar mais difícil a tarefa de registrar os números reais de violência na região. Na pesquisa *Violência contra as mulheres no meio rural – Diagnósticos, desafios e propostas* (2007), dois relatos de moradores de zonas rurais se destacam como síntese do que os dados muitas vezes escondem:

“Essa violência a gente vive desde que nasce e dura pela vida. Quando criança, a escola é longe e a menina tem que cuidar da casa e dos irmãos menores, depois de casada o marido não quer que ela saia de casa, dentro do movimento tem o assédio dos companheiros.”

“Na roça, ninguém ouve o grito de socorro da mulher, ela não tem como buscar ajuda. Não tem transporte, o povoado fica distante 40, 50km. Não tem delegacia da mulher, não tem nada.”

Quanto à preocupação com a distância e o deslocamento, insere-se ainda outro problema: a violência no espaço público. Em alguns países latino-americanos analisados quanto ao tema (Cidade do México, Bogotá, Lima e Santiago), pelo menos 6 em cada 10 mulheres afirmam ter sofrido atos de abuso ou assédio sexual em espaços públicos. A maior incidência dessas violações ocorre na rede de transportes públicos na região, extremamente limitada e com as vítimas sendo na sua maioria mulheres jovens e adolescentes, que necessitam se deslocar para estudar ou trabalhar (Rozas, B. e Salazar, A., 2015). Olga Segovia Marin (2009), sublinha que quando as mulheres se sentem inseguras, tendem a abandonar o espaço público gradualmente, restringindo o seu tempo de presença nesses locais.

A violência, além do seu aspecto prático (sexual, físico), também se manifesta de forma simbólica. Importante apontar as 4 categorias de capital dos quais os indivíduos são detentores, de acordo com Pierre Bourdieu: 1) o capital econômico; 2) o capital social, redes de convívio; 3) o cultural, e 4) capital simbólico, que está ligado ao reconhecimento e valorização. É nessa última categoria de capital que reside também grande parte dos ataques e opressões perpetrados contra as mulheres. O simbolismo nessa violência consiste num ato velado, que muitas vezes conta até mesmo com a cumplicidade entre quem pratica e quem sofre, e, frequentemente, imperceptível para as próprias vítimas. Vemos assim que as experiências de violência vividas pelas mulheres são sistemáticas e multifatoriais na América Latina, condicionando as conquistas possíveis de uma vida digna a elas. Dentre a multidimensionalidade das violências praticadas contra as mulheres, sobretudo jovens, se destaca uma das práticas predominantes na região: o casamento infantil, e suas consequências.

5.4 Casamento infantil

Mesmo que a realidade do casamento infantil pareça para muitos uma realidade do passado, e tenha-se uma impressão de grande progresso na questão, a América Latina e o Caribe permanecem sendo uma das áreas de maior incidência da prática (atrás apenas da África subsaariana). Reconhecendo o peso dessa situação, se estabelece no ODS 5.3: eliminar todas as práticas nocivas, como os casamentos prematuros, forçados e envolvendo crianças, bem como mutilações genitais femininas. A

ligação da vivência da mutilação genital, aceita como ritual de extrema violência de gênero, com o acontecimento de matrimônios prematuros, revela a perversidade dessa prática, que superficialmente costuma ser entendida numa escala menor de violação.

Após minuciar algumas camadas de influência das opressões de gênero, é seguro afirmar que a prevalência de casamentos infantis retrata a profundidade do controle sexual da mulher em determinada sociedade. Nelly P. Stromquist (2014) sublinha que, na realidade da pobreza, a tendência geralmente é que meninas e mulheres sejam tidas como secundárias nas prioridades de decisão familiar. Especialmente sociedades tradicionalmente patrilineares, como a América Latina, são os meninos aqueles considerados como o futuro da família, atribuindo as meninas um valor de “membro transitório” do agregado familiar. Como um recurso doméstico e principalmente econômico, que será transferido para o contexto familiar do marido posteriormente (Out-of-School Children Initiative, 2012).

Em termos mundiais, a região latino-americana e caribenha detém uma proporção acima da média quanto ao número de meninas casadas antes dos 18 anos. Uma em cada quatro, ou 25% do total, com a República Dominicana aparecendo como o país com maior incidência, 36% (UNICEF, 2019). Apesar de as causas para a evasão escolar não serem determinadas isoladamente, e geralmente são fruto de um processo de exclusão por diversas fontes, considera-se o matrimônio infantil como uma das principais motivações para que uma menina deixe de frequentar a escola (Field e Ambrus, 2008; Nguyen e Wodon, 2014).

Um estudo recente do Banco de Desenvolvimento da América Latina (CAF, 2018), vêm reiterar estatisticamente como o aspecto de gênero é um condicionante no quadro de abandono escolar. Dentre as mulheres que deixam os estudos, 36% o fazem em consequência da gravidez precoce ou cuidados do lar e da família, ao passo que, para os homens, os determinantes prevalentes são relacionados a questões econômicas. Essa dinâmica configura uma via de mão dupla: ao mesmo tempo em que se reconhece que os casamentos infantis são fortemente associados com o nível educativo que a mulher possui (UNICEF, 2020), a própria prática dessa violação impossibilita a continuidade do percurso educativo dessas meninas, representando engrenagens que se retroalimentam.

Calcula-se que a velocidade no processo de erradicação o casamento infantil até 2030, como proposto no ponto 5.3 dos ODS, deve ser 17 vezes mais rápido do que foi na década de 2010 a 2020. A realidade da pandemia de COVID-19 já se insere nessa estimativa como um grande retrocesso no caminho percorrido até ali. Aria Grabowski, da iniciativa Girls Not Brides, traz a ressalva de que em tempos de crise, o combate a formas de violência baseadas em gênero, tende a ficar em segundo plano, visto que as prioridades recaem sobre a área econômica, e no caso específico da pandemia, sanitária.

Um levantamento do *Save the Children* (outubro, 2020) corrobora a afirmação de Aria, indicando que o confinamento obrigatório e a fragilidade econômica das famílias, que enxergam um fardo financeiro nas meninas a carregar, impulsionaram o aumento da ocorrência de casamentos precoces no mundo. Cerca de 500 mil meninas foram forçadas a casar desde o início da pandemia (outubro, 2020)

Trazendo de volta a metáfora das vias de impacto da interseccionalidade (2002), o casamento infantil é reflexo de vias de opressão patriarcais, baseado em vulnerabilidades preexistentes, que jogam as meninas e mulheres de encontro a outras avenidas de exploração e vulnerabilidade, como a via do trabalho não remunerado de cuidados, a gravidez precoce e o conseqüente alargamento da estrada de feminização da pobreza.

Uma das ramificações dessa prática nociva às meninas é a gravidez precoce. Ainda que seja evidente a não obrigatoriedade do casamento para que a gravidez ocorra, esse fator favorece o aumento e até mesmo a naturalização desse panorama nas sociedades. Figurando como a segunda região com maior incidência de gravidez na infância e adolescência, percebe-se imperativa a análise desse fator no contexto da persistência da educação e da pobreza feminina na América Latina e no Caribe.

5.4.1 Gravidez precoce: causa ou consequência?

Dado que a linha de pobreza se ajusta à quantidade de habitantes numa família, o nascimento de crianças aumenta automaticamente a demanda por recursos financeiros. Mais um fator que afeta diretamente o poder econômico das mulheres, mas não dos homens, é a parentalidade. Essa característica também influencia na disparidade entre rendimentos. A maternidade reduz os rendimentos das mulheres porque algumas necessitam abandonar a força de trabalho ou alterar para tempo parcial devido às demandas dos filhos. No caso de mães solteiras, isso pode significar viver através de auxílios governamentais. (Budig and England 1999; Waldfogel 1997, 1998). O problema se agrava quando se observa a ocorrência dessa gravidez em períodos essenciais de desenvolvimento do indivíduo, como a infância e a adolescência.

No contexto latino-americano, estima-se que em torno de 2 milhões de bebês são fruto de mães entre 15 e 19 anos, e 15% do total de gestações na região são de mulheres com menos de 20 anos (UNFPA, UNICEF e OPAS, 2016). Em decorrência dessa precocidade, muitos outros problemas sociais se estabelecem: mortalidade materna, desnutrição, pobreza, e perpetuação de ciclos intergeracionais de vulnerabilidade. O componente econômico é grande influenciador no contexto da gravidez precoce, assim como dos matrimônios. Na Guatemala, por exemplo, 19% das meninas entre 15 e 19 anos, que vivem

em situação de pobreza, são mães. Em contrapartida, essa parcela representa 10% das meninas que não vivenciam uma realidade de privações financeiras. No Equador, 49,3% dos nascimentos são provenientes de mães adolescentes. No Peru, cerca de 13% das jovens menores de 19 anos são mães, havendo ainda um acréscimo quando se insere o contexto rural, 23% dessas (INE e UNFPA Guatemala, 2018).

A UNICEF (2019) ressalta que nos últimos 5 anos, muitos países fizeram progresso na sua estrutura legislativa, proibindo legalmente a prática de casamentos de indivíduos menores de 18 anos, sem qualquer exceção. Por outro lado, a entidade sublinha que, na América do Sul, somente o Equador impôs essa barreira juridicamente, e com demais países, como Argentina e Brasil, detendo leis frágeis quanto ao assunto, e possibilitando os matrimônios com permissão dos pais ou guardiões legais da criança. Não sem motivo, compreende-se então alguns motivos pelos quais mesmo em meio a uma queda global do número de casamentos nessas condições, a América Latina e o Caribe representam a região com menor alteração desse percentual. Aspecto importante a se ter em mente é também o do estigma social inerente a gravidez nessa idade. Forte exemplo disso são as contínuas políticas de exclusão de meninas grávidas em muitas escolas (Guachuka, 1994).

Dificultando ainda mais esse quadro, após o acontecimento da gravidez e nascimento do bebê, essa nova mãe não encontra basicamente nenhuma categoria de suporte público para que a sua vida e a busca por seus objetivos possam prosseguir. A escassez dos serviços de cuidados infantis é uma realidade persistente, especialmente em países subdesenvolvidos. Estudos indicam que em sociedades que garantem apoio aos cuidados infantis, 30% das mulheres se encontram em empregos remunerados, distante dos 12% encontrados em países sem esse modelo de política (Addati, L., Cattaneo, U., Esquivel, V. e Valarino, I., 2018). A ausência desse amparo solidifica a função da mulher como cuidadora principal dos filhos, e na maioria das vezes a única.

5.4.2 Suporte a maternidade

A experiência dos casamentos infantis e da gravidez precoce, tende a ser em grande parte silenciosa, posto que são vivências que permeiam os grupos marginalizados nas sociedades. Com esses pontos, o tema de suporte à maternidade recai nos caminhos tradicionais da superinclusão ou da subinclusão (Crenshaw, 2002, p. 174–76). O recorte territorial é um dos exemplos claros para análise através desses dois prismas. A realidade da mulher rural apresenta-se bastante distante da mulher

urbana, que possui melhor estrutura e acesso a diversos recursos e políticas públicas, mesmo as em maior situação de vulnerabilidade.

Quando gênero e ruralidade se encontram, identifica-se que as meninas rurais têm o dobro da probabilidade de serem forçadas a casar prematuramente (Girls Not Brides, 2017). Inserido na mesma conjuntura onerosa a esse grupo de mulheres, também em meio rural, as iniciativas de cuidados, sejam com crianças, como idosos ou pessoas com necessidades especiais, são basicamente inexistentes. Observa-se assim um problema de superinclusão, desde que se reconhece de forma generalista a falta de suporte à maternidade como uma questão de gênero, absorvendo as particularidades interseccionais.

Ao mesmo tempo, a subinclusão ocorre quando se atribui a prática dos casamentos infantis ou da gravidez adolescente como sendo um problema específico de determinados grupos (marginais), assim dedicando menor importância ao tema. Como posto por Crenshaw (2002), “Em resumo, nas abordagens subinclusivas da discriminação, a diferença torna invisível um conjunto de problemas; enquanto, em abordagens superinclusivas, a própria diferença é invisível”.

Visto que comumente a questão da maternidade juvenil não é enxergada como um problema com diferentes pesos em diferentes áreas geográficas, as regiões rurais acabam por ser ainda mais desamparadas nesse ponto. O impacto da escassez de apoio à maternidade, se reflete em todas as áreas da existência de uma mulher. Elas vêm-se tolhidas de buscar trabalhos remunerados que as possibilitem garantir uma vida melhor para si e sua família, conseqüentemente, com menos rendimento no agregado familiar, inicia-se o percurso de acúmulo de obstáculos e vulnerabilidades observados até aqui.

O ponto 4.2 dos ODS saliente: Até 2030, garantir que todas as meninas e meninos tenham acesso a um desenvolvimento de qualidade na primeira infância, cuidados e educação pré-escolar, de modo que eles estejam prontos para o ensino primário. A esse aspecto a CEPAL (2017) atribui um valor não somente como preparo primário para iniciar a educação posteriormente, mas principalmente o reduzir a carga de trabalho de cuidado para as mulheres.

Um projeto que representa um bom exemplo na busca por suprir essa demanda não garantida pela esfera pública, são as cirandas infantis do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), no Brasil. Criada em 1984 pelo próprio movimento, na intenção tanto de garantir suporte às mães pertencentes ao mesmo, dando-lhes mais liberdade de explorar seus percursos educativos e envolvimento com a luta por terra e reforma agrária, quanto garantir às crianças uma educação primária e cuidados de acordo com as idades (de 3 meses a 12 anos).

Dando um passo atrás, outro ponto que contribui para a precariedade da realidade da juventude feminina na região, sobretudo de meninas marginalizadas, é o próprio acesso a programas de

planejamento familiar. O fornecimento de informações e instrumentos técnicos, científicos e educacionais, que possibilitem à mulher ter autonomia sobre sua própria vida reprodutiva e familiar, é ferramenta essencial no empoderamento feminino. A saúde materna também depende em grande medida das ações de planejamento, como ressalta o Consenso de Montevidéu (CEPAL, 2013), contribuindo para a diminuição da mortalidade materna através da garantia de serviços adequados de saúde reprodutiva e sexual.

A brecha da demanda não assistida pelos serviços de planejamento familiar tem diminuído na região, de 17,2% em 1990, para 10,6% em 2013. Todavia, países como Guatemala (20,8%), Bolívia (20,1%) e em maior incidência, Haiti (35,3%), ou 4 em cada 10 mulheres não possuem acesso a projetos de planejamento familiar (Gender Equality Observatory for Latin America and the Caribbean, 2014).

Amostra da influência de projetos que atendam a essa demanda, foi o intitulado “*Text me maybe*” (2012), com financiamento do Banco Mundial e do UFGE, buscando reduzir a gravidez adolescente em escolas municipais e reter a presença de meninas no ensino secundário. A iniciativa detinha dois elementos principais: educação sexual e reprodutiva, especialmente para meninas, unido ao envio de mensagens de texto para encorajá-las a manter em mente os seus objetivos e aspirações. Os tópicos abordados incluíam saúde sexual e relacionamentos saudáveis, violência de gênero, planos de vida e futuro, contraceptivos e liderança. A avaliação de desempenho do projeto apresentou dados indicativos de que no grupo de meninas participantes, a gravidez adolescente foi reduzida de 7,3% para 4,1%, equivalente a uma diminuição de 44% (Cuevas, Favara e Rounseville, 2015).

Outro projeto, promovido pela UNICEF (2017), e que se destaca como caso de sucesso na mitigação do problema, foi o chamado “A Pior Novela” . A iniciativa, delimitada ao contexto da República Dominicana, consistiu em campanhas de vídeos em modelo de telenovela, emitidos na maior parte dos canais de televisão e redes sociais. Os 5 episódios apresentavam duas personagens femininas, Kenia e Paola, vivenciando realidades presentes no dia a dia de milhares de meninas na região. A proposta era desafiar a tolerância do fenômeno dos casamentos infantis, desnaturalizando-o. As narrativas estimulam o imaginário coletivo sobre a profundidade das consequências negativas e violentas impostas às meninas, ao expor uma experiência bastante comum, e, ao mesmo tempo, velada no país.

Na época, mais da metade das mulheres pobres haviam casado com idade próxima aos 17 anos, enquanto as mais ricas representavam uma média de idade de 21 anos. A zona rural também acrescentava 15% a mais de probabilidade de ocorrência de casamentos infantis do que a zona urbana, além da maior presença de filhos durante a vida reprodutiva dessa mulher mais jovem. No entanto, as análises de desempenho da campanha exibem que a maior percepção da interseção de problemas

ligados a essa prática, contribuiu para o início de um processo de mudança de concepção sobre o assunto, principalmente retirando das meninas e mulheres a culpa depositada sobre elas.

Previamente ao projeto, 65% das pessoas entrevistadas na rua acreditavam que relações sexuais de pessoas mais velhas com crianças abaixo de 18 anos configuravam abuso sexual, e cerca de 60% afirmavam que o matrimônio entre meninas muito jovens com homens mais velhos era desvantajoso para elas. Após a campanha, essas visões expandiram-se para 76% e 83% da população, respectivamente. A aceitabilidade pública do casamento infantil demonstrou a maior alteração na análise posterior, passando de 59% de aceitação e 30% contra, para 2% e 94% respectivamente (UNICEF, 2019)

Tendo essas evidências em consideração, passo a me debruçar finalmente ao estudo da relação entre gênero, educação e empoderamento. Produto da combinação de múltiplas capacidades, que impactam as esferas individuais e coletivas das mulheres, o empoderamento se posiciona nesse panorama como oportunidade de desafiar relações sociais desiguais e injustas. Um processo de desenvolvimento que não faculte chances de questionar e confrontar essas estruturas de poder, funcionam como ferramenta de perpetuação de desigualdades, e não de mudança social. (Moser, Moser, O.N., Caroline, 1993; Kabeer, Naila, 1997). Tornando a utilizar pensamentos e percepções de Lélia Gonzalez, a premência da quebra do padrão de educação euronorcentrico torna-se nítida:

"Um dos depoimentos mais significativos para nós, o de Maria, fala-nos das dificuldades da menina negra e pobre, filha de pai desconhecido, em face de um ensino unidirecionado, voltado para valores que não os dela. E, contando seus problemas de aprendizagem, ela não deixava de criticar o comportamento de professores (autoritariamente colonialistas) que, na verdade, só fazem reproduzir práticas que induzem nossas crianças a deixarem de lado uma escola onde os privilégios de raça, classe e sexo constituem o grande ideal a ser atingido, através do saber "por excelência" emanado da cultura "por excelência": a ocidental burguesa." (Gonzalez, L., Rios, F. e Lima, M., 2020).

5.5 Uma Educação Empoderadora

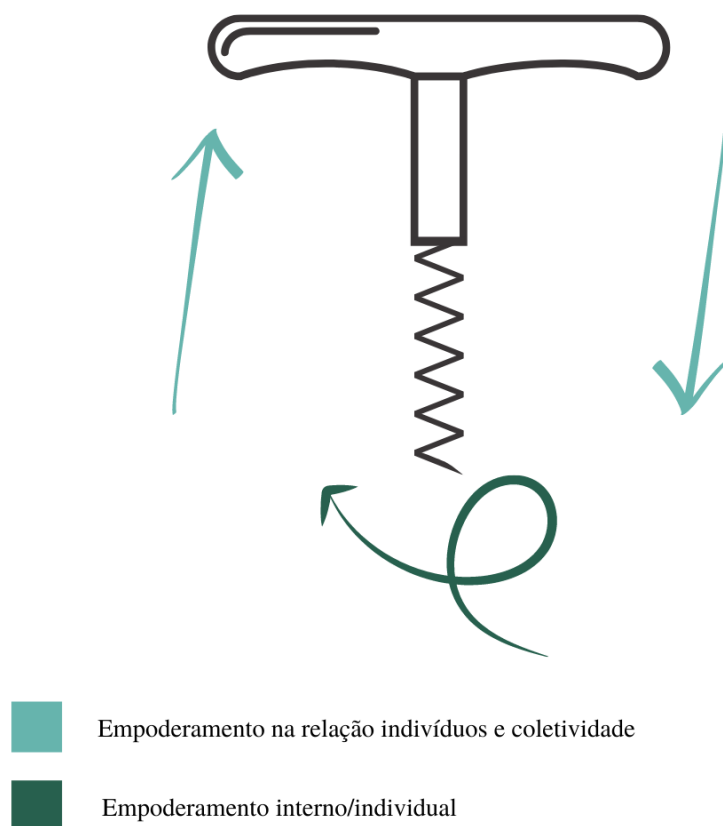
Ao considerar a existência de relações desiguais de gênero, o empoderamento feminino pode ser definido, em termos bastante amplos, como um processo de superação das desigualdades de gênero (Batliwala 1997; León 1997) e maior controle sobre as engrenagens de poder. As discussões pertinentes ao empoderamento, constantemente alinham a importância do aspecto individual desse processo, representado pela busca pela autonomia, com a necessidade de transformação estrutural da sociedade, e desafio do *status quo* de hierarquia de poder (Carvalho 2004; Freire e Shor 2011; León 2001).

O conceito de empoderamento proposto pela socióloga Nelly P. Stromquist, é o que mais se encaixa nas ideias desenvolvidas neste trabalho. A autora define o termo como um acervo de sentimentos, saberes e habilidades que produzem a capacidade de participação social e impacto no sistema político e econômico. Essa competência seria dividida em 4 pilares principais: o pilar econômico, representando o acesso a meios de sustento de forma independente, favorecendo a autonomia decisória dos indivíduos; o cognitivo, ou o conhecimento da própria realidade social e as engrenagens que o fazem girar; o psicológico, correspondendo aos sentimentos de valorização própria e de terem direito a participação social, tendo em vista os seus próprios interesses, o último pilar diz respeito à esfera política, em que o indivíduo desenvolve as habilidades necessárias para participar na esfera pública e alterar o funcionamento de instituições e políticas (Stromquist, 1995).

Articulando-se com essas dimensões, estão as 3 camadas de empoderamento de Jo Rowlands (1995, 1997): pessoal, desenvolvimento de si e quebra de opressões internalizadas; relacionamentos próximos, poder de influência e negociação com aqueles que os cercam, e por último Coletivo, onde os indivíduos se unem em objetivos semelhantes, reconhecendo a força do movimento em comum no lugar do individual. De forma congruente, esse reconhecimento se comunica diretamente com a Ecologia do Desenvolvimento Humano de Bronfenbrenner (1979) abordado anteriormente.

Portanto, o empoderamento só é factível quando admite as relações mútuas entre os sujeitos singulares e em coletividade, com as macroestruturas. Quanto ao fluxo de movimento em que o empoderamento acontece, Muskin et al (2011) argumentam ser um processo de percursos simultâneos: tanto de baixo para cima, quanto de cima para baixo, em movimentos circulares no eixo do próprio indivíduo, enquanto se desloca paralelamente na relação indivíduos e coletividade. A essa dinâmica os autores comparam com um movimento de “saca-rolha”.

Ilustração 6 - Movimento do processo de empoderamento



A conjunção de tais elementos produziria um indivíduo com pensamento crítico, capaz de olhar a sua realidade e seu entorno de forma autônoma. Por meio dessas informações, e com a autoestima e autoconfiança fortalecidos, essa pessoa atuaria como um agente de mudança e quebra de paradigmas desiguais. Ainda a esse respeito, a economista social Naila Kabeer (1999) sublinha que a habilidade de exercer escolha é composta por três dimensões indivisíveis: recursos (pré-condições, materiais, sociais e humanos), agência (processo, poder de persuasão, decisão e até mesmo manipulação) e conquistas (resultados, efeitos). Com base na mensuração desses três fatores, obter-se-ia a medida mais factível do nível de empoderamento de determinado indivíduo, grupo ou sociedade, além do atravessamento variado de poderes, práticas e aspectos culturais envolvidos nesse esquema.

Para que o empoderamento seja concreto e eficaz, a participação feminina, percebido como o grupo em maior vulnerabilidade multifatorial, deve ser inerente ao processo. Tanto no reconhecimento e formulação de estratégias de combate a práticas opressivas e problemáticas a que elas são submetidas, quanto na aplicação e avaliação de êxito dessas soluções. Nesse sentido, aponta-se que o empoderamento é produto da educação, sobretudo política (Stromquist, 2001).

Paulo Freire contribui novamente a essa perspectiva, com sua educação transformadora da dinâmica social hierarquizada e opressiva, tendo no empoderamento o resultado dessa transformação. Esses argumentos são também reafirmados por Miryan Zuniga (1995), estudiosa da educação na América Latina, ao reiterar que o empoderamento feminino significa, em última instância, “o direito de decidir sobre suas próprias vidas e de influenciar mudanças sociais, através de suas habilidades de ganhar controle sobre recursos naturais e culturais cruciais.”

A ideia de educação popular Paulo-freireana se estabelece aqui como uma das ressalvas importantes propostas por Stromquist (1995), ao defender que o empoderamento por meio da educação só é possível caso “o modelo de aprendizagem seja próximo das experiências cotidianas das mulheres”(UNIFEM, 1996). Reafirma-se mais uma vez então a imprescindibilidade da contextualização educativa, adaptando-a para a realidade territorial, de gênero, entre outros fatores. Desse modo, na parcela populacional focal para essa pesquisa, as mulheres rurais, Alkire et al. (2013) apontam 5 âmbitos de empoderamento particulares:

- Produção: escolha sobre o método de produção agrícola, de forma solo ou em conjunto com outros indivíduos
- Recursos: acesso e detenção de recursos produtivos
- Renda: domínio e gerenciamento dos gastos e da renda obtida
- Liderança: inserção em grupos sociais e econômicos, participação comunitária
- Tempo: disposição de tempo, de forma satisfatória para ela, do tempo despendido em afazeres domésticos, produtivos e lazer.

O estudo *Educar para Empoderar* (UNESCO, 1997) salienta que, para atender a complexidade do empoderamento das mulheres rurais, deve-se questionar aspectos tradicionais onerosos à realidade feminina específica daquele local. Motivando-as através do reconhecimento da sua própria experiência de vida, em todas as suas particularidades, passam então a problematizar as práticas arraigadas na sociedade, propondo novas perguntas e soluções. Freire (1987) afirma que esse seria o antídoto a uma visão da educação como um sistema bancário, em que os educadores depositam conceitos e saberes aos estudantes. Aproximando-se assim, da real educação libertadora, e humanista, segundo a qual: “Nosso papel não é falar ao povo sobre nossa visão de mundo, ou tentar impô-la a ele, mas dialogar com ele sobre a sua e a nossa” (Freire, 1987, p. 49)

Na publicação de *Framing Gender, Education and Empowerment* (2011), Karen Monkman realiza a conversão de pontos acordes entre as diversas linhas de estudo do tema educação e empoderamento na contemporaneidade:

- Empoderamento não consiste num processo linear, espontâneo ou simples
- O processo educativo não resulta automaticamente em empoderamento
- Contextualização é chave, a análise de dados sem contexto não apresenta as nuances do problema, e principalmente a sua real profundidade
- O empoderamento é um processo comunitário e de mudança social, envolvendo ambos os gêneros e não delegando a responsabilidade somente as meninas e mulheres
- A educação informal é de extrema importância, relações de poder e oportunidades são estabelecidas muitas vezes fora da esfera formal da educação
- O empoderamento para ser pleno, deve envolver o engajamento coletivo, afastando-se da ideia de que o empoderamento individual é suficiente

Ao explorar um pouco mais este último ponto como essencial ao processo de empoderamento, e construção de autonomia, nota-se que as influências surgem não apenas da experiência individual. Ao refletir sobre as vivências coletivas, estabelecendo ligações com a sua própria realidade, as meninas e mulheres têm protagonismo, tanto na esfera privada quanto pública. Através da amplitude dessa nova percepção, as mulheres viriam a reconhecer e exercer agência com atenção aos dois espaços inerentes à vulnerabilidade: condição e posição. Kate Young (1988, 1991) distingue condições como o estado material onde as mulheres se encontram: precariedade educativa, pobreza, demanda de trabalho doméstico, enquanto a posição diz respeito ao lugar da mulher nos âmbitos social e econômico quando postas em relação aos homens.

Em síntese, para que haja a possibilidade de empoderamento, deve-se desconsiderar a ideia de uma fórmula pronta, ou manual que se aplique a todos os cenários. Entende-se que a efetividade desse processo reside, na sua maior parte, na valorização das experiências singulares e históricos pessoais. A multiplicidade inerente ao grupo oprimido, nesse caso as mulheres rurais, deve ser acolhida e vista como ferramenta de mudança, no lugar de uma busca por universalização de soluções. Assim, da mesma forma que os trajetos para o empoderamento são diversos, a própria expressão da autonomia, ou agência, também se apresenta de maneiras distintas, como aponta o estudo *Enfoque territorial para el empoderamiento de la mujer rural* (2015). O documento afirma que “Para as mulheres, a agência não passa somente pelo reconhecimento e valorização dos seus papéis como produtoras, mas também — e de maneira importante — por se fortalecerem como sujeitos individuais e coletivos”.

6 Conclusão

Depurando o exposto até aqui, atesta-se a impossibilidade de garantia da erradicação da pobreza no mundo, sem se trabalhar para tratar das diversas raízes que a nutrem, direta ou indiretamente. O processo de perpetuação da feminização da pobreza se insere assim compostos por alguns dos maiores elos de reprodução da desigualdade. A divisão sexual do trabalho, a desvalorização da tarefa de cuidados, unidos a persistência de casamento infantil e da gravidez precoce na região latino-americana, configuram alicerces de um panorama de fomento a esse esquema oneroso às mulheres. Assim, uma ação conjunta com ênfase nas principais esferas do problema, traduz-se como a oportunidade mais promissora para o planejamento de políticas públicas eficazes, capazes de mudar o rosto da pobreza extrema, e ao longo do tempo até mesmo diminuir a sua gravidade e erradicá-lo.

O reconhecimento tardio dos direitos das mulheres como seres individuais, cidadãs e contribuidoras para a sociedade, ocasionou um atraso nos estudos relacionados a elas. Ainda que recentemente possamos usufruir de maior acervo de dados a respeito de questões com ênfase no feminino, muitas das suas especificidades ainda estão sendo compreendidas e estruturadas. Presencia-se ainda pouco engajamento nas políticas públicas voltadas para essa enorme parcela da população, particularmente as mulheres rurais. Vivenciando a negligência maciça dos seus direitos básicos, possuindo uma realidade ainda mais dura do que as mulheres habitantes de regiões urbanas, já tão preteridas.

No decorrer do estudo, se desenvolve um alicerce analítico baseado nas teorias das capacitações, do desenvolvimento humano, e nos aspectos multidimensionais e relacionais do fenômeno da pobreza e da educação feminina. Por meio desse quadro, proporciona-se uma aproximação mais criteriosa e factual das reais dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento humano na região latino-americana, e os diferentes pesos de cada uma delas, assim como dos valores e anseios dos indivíduos em diferentes contextos. O estudo fundamentado na percepção e destaque desta interseccionalidade, providencia uma percepção mais apurada dos eixos de vulnerabilidades que se tocam, interferem e amplificam uns aos outros, como indicado no modelo de análise inicial do trabalho.

Destaca-se que a pobreza não se configura apenas pelo baixo índice de renda, mas principalmente pela privação de capacidades. Nesta abordagem, o desenvolvimento humano é estabelecido não com base numa métrica estritamente monetária, ou relacionada ao crescimento econômico, mas relaciona-se a expansão da capacidade dos indivíduos de exercerem os seus direitos e desejos de forma desimpedida. A teoria apresenta uma mudança de foco direcionado à economia,

passando para o humano, além de destacar os aspectos mais importantes que devem ser observados para o progresso pretendido. Dessa forma, as distorções tornam-se mais difíceis de obstruir o caminho.

Conforme reflexão de Ingrid Robeyns, a abordagem de capacitações é ‘predominantemente uma estrutura para pensamento’. (2005: 96) Apesar de elementos muito importantes, o panorama não se limita a uma avaliação da felicidade, posse de recursos ou sentimento de satisfação pessoal, mas sim a verificação realista da liberdade humana. A autora conclui a ponderação de que “A abordagem de capacitações não é uma teoria que explica pobreza, desigualdade e bem-estar; no lugar, ela fornece uma ferramenta e uma estrutura através das quais é possível conceituar e avaliar esses fenômenos.” (p. 94).

A complementaridade dos fatores aqui analisados é determinante no direcionamento da pesquisa, reiterando a interseccionalidade das vulnerabilidades como grande peça de perpetuação a se ter em atenção. Nesse sentido, aponta-se que a formação de capacidades individuais e sociais tradicionalmente se demonstram de modo reducionista, encobrindo a complexidade do processo e das múltiplas esferas de influência que se intersectam. Assim, temas como nutrição, saúde, práticas culturais e a influência do primado androcêntrico (F. Ward, L, 1903) na dinâmica de funcionamento e formulação do tecido social, são temas essenciais para a compreensão da profundidade da questão.

Um dos grandes temas que representa essa intersecção invisibilizada de gênero, cultura patriarcal e classe social é a apreciação do uso do tempo nas formações familiares. Essa análise qualifica a mulher como a maior colaboradora da economia dos países através do trabalho não remunerado (Rossel e Filgueira, 2015). Nessa constatação atribui-se à valorização do trabalho de cuidados, e a distribuição das demandas de maneira mais justa entre os gêneros, como passos essenciais de mudança na sobrecarga feminina, fruto da imposição de papéis de gênero arcaicos e desequilibrados. Se indicou também a primordialidade da participação das mulheres no mercado de trabalho e acesso à renda, não somente para o bem-estar próprio, como de todo o seu entorno.

Por sua vez, a possibilidade de adentrar a esfera pública e marcar presença, deriva das capacitações desenvolvidas ao longo da vida, e que no caso dos grupos marginalizados, aqui focalizado nas mulheres, tende a sofrer limitações vindas de muitas direções, como as estradas e cruzamentos de opressões de Crenshaw. Evidências apresentadas ao longo do trabalho, apresentam a conclusão de que políticas de desenvolvimento que não priorizem uma visão inter-relacional, possuem maiores hipóteses de cair num padrão de reprodução de desigualdades, no lugar de erradicá-las.

Assim, procurou-se demonstrar de forma nítida a existência de grandes diferenças entre a liberdade de perseguir uma vida traçada por escolha própria, ou de apenas seguir trajetos determinados previamente por um sistema que segrega poucos a muitas possibilidades, e a maioria a escassez dessas.

Como afirma Bauman “a pobreza (a antiga e a nova) gera desespero e submissão, suga toda a energia na luta pela sobrevivência e coloca a vontade à mercê da promessa vazia e da fraude insidiosa” (Bauman, Z., Tempos líquidos, p.68). Essa ideia é concretizada por Danièle Kergoat (2012, p. 20) quando afirma a "necessidade de pensar conjuntamente as dominações" na intenção de, justamente, não contribuir para a sua reprodução.

Entendendo a educação como multiplicadora de benefícios e grande ferramenta de fechamento de brechas de gênero e todas as que derivam delas, é interessante esclarecer que o debate atual sobre educação feminina, não se limita a questões quantitativas. Busca-se analisar como os aprendizados, segundo os ciclos educativos, influenciam nos papéis desempenhados pelos indivíduos futuramente, além do seu desempenho como cidadãos. Para além desses fatores, procura-se entender as razões pelas quais se presencia a permanência na atribuição de papéis de menor valor na hierarquia social, tradicionalmente às mulheres, assim condicionando as suas experiências de vida, e limitando as suas potencialidades.

As diversas desigualdades demonstradas no trabalho, permitem visualizar a multidimensionalidade não somente da pobreza, mas das suas causas. A não linearidade entre o avanço dos níveis educativos femininos, e a redução da brecha de gênero, em todas as esferas, mas sobretudo na econômica, indicam o caráter estrutural e relacional da desigualdade na região. Dessa forma, a promoção de maior acesso educativo para meninas, se prova insuficiente quando traçado o objetivo do progresso geral das sociedades. Nesse ponto, determina-se que a igualdade deve ser o ponto basilar do desenvolvimento, amparando os estudos e planejamento de políticas públicas focalizadas.

O Observatório da Igualdade de Gênero (OIG, 2011), sublinha que “Além da aprendizagem, aspectos tão diversos quanto a conectividade com as tecnologias, a nutrição, os direitos reprodutivos, a superpopulação e o acesso a bens duradouros configuram um panorama complexo no qual distintos aspectos podem interagir, seja para reforçar a desigualdade, seja para revertê-la...são vários os casos nos quais o indicador melhora para o país, mas não se altera ou até piora quando se mede a brecha entre os níveis extremos (quinto quintil e primeiro quintil).”

Posto isso, procurou-se evidenciar que no intuito de reverter as grandes disparidades territoriais e econômicas na região, deve-se implementar a construção de uma sociedade mais integrada com a esfera social, tanto de desenvolvimento quanto de proteção. Nesse modelo desenvolvimentista, a métrica passa a ser a expansão das liberdades substantivas de todos, particularmente aqueles historicamente mais negligenciados e preteridos, e não a pura elevação da renda dos indivíduos.

No decorrer dos capítulos buscou-se apresentar a consideração dos entraves ocultos no percurso do desenvolvimento humano, e a transversalização do gênero na maioria destes. A eficiência dos planejamentos estratégicos que engloba a problemática, possui na atenção ao aspecto de gênero seu maior aliado. Pesquisas e políticas públicas que não desperdicem recursos, e nem negligenciam as partes mais invisibilizadas da população, precisam se pautar em abordagens *gender responsive*, chegando a *gender transformative*.

Constata-se por fim, que não basta fornecer as ferramentas para saída da pobreza, se o contexto onde essas mesmas ferramentas serão utilizadas, encontra-se num processo de constante retroalimentação de opressões diversas. A pesquisa se propôs a estabelecer um movimento distinto daquele tradicionalmente utilizado, apontando a não linearidade dos elementos aqui analisados, assim como dos resultados esperados com base nas políticas públicas com foco em eliminá-los. Assim sendo, o objetivo principal foi destacar o andamento circular que acarreta a perpetuação de um panorama historicamente oneroso às mulheres, especialmente aquelas marginalizadas em decorrência de aspectos interseccionais.

Portanto, conclui-se que a atuação pública e privada visando a quebra de padrões desiguais, deve ocorrer em uma via de mão dupla, vindo da direção da esfera individual e encontrando o coletivo, e em simultâneo, realizando o caminho inverso. Neste fluxo, sublinhou-se a educação empoderadora, ou libertadora, como a grande dinamizadora deste processo, ao passo em que se reconhece que a estrutura reforça e possibilita o desenvolvimento individual, enquanto paralelamente, o indivíduo reforça e promove o coletivo.

Bibliografia

- Addati, L., Cattaneo, U., Esquivel, V., & Valarino, I. (28 de June de 2018). *Care work and care jobs for the future of decent work*. Obtido de International Labour Organization (ILO):
https://www.ilo.org/global/publications/books/WCMS_633135/lang-en/index.htm
- Aksomkool, N. (Julho de 1997). *A Key to empowering women farmers; background document*. Obtido de UNESDOC Digital Library:
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000111231?posInSet=41&queryId=bf6728c-2284-41e5-969b-9407e3cccc40>
- Alkire, S. (February de 2002). *Dimensions of Human Development*. Obtido de World Development, Volume 30, Issue 2, February 2002, pp. 181–205:
https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=2118655
- Alkire, S. (2005). Why the Capability Approach? *Journal of Human Development Volume 6, Issue 1*, pp. Pg. 115-135.
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A. R., Seymour, G., & Vaz, A. (Fevereiro de 2013). *The Women's Empowerment in Agriculture Index*. Obtido de
<https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ophi-wp-58.pdf>
- Alkire, S., Meinzen-Dick, R., Peterman, A., Quisumbing, A., Seymour, G., & Vaz, A. (Dezembro de 2013). The Women's Empowerment in Agriculture Index. *World Development Volume 52*, pp. Pp. 71-91. Obtido de ScienceDirect.
- Arnot, M. (1984). *Current Developments in the Sociology of Women's Education*. Obtido de sci-hub:
<https://sci-hub.se/https://www.jstor.org/stable/1392764?seq=1>
- Arroyo, M. G. (2018). *Reafirmação Das Lutas Pela Educação Em Uma Sociedade Desigual?* Obtido de
<https://www.scielo.br/j/es/a/jZgN9bxbKPr8m5SKrNCQr5f/?format=pdf&lang=pt>
- Asociación para el Desarrollo de las Mujeres Negras Costarricenses. (2011). *Mujeres rurales, tierra y producción: Propiedad, acceso y control de la tierra para las mujeres*. Obtido de
https://genderandsecurity.org/sites/default/files/Fuentes_Lopez_-_MjR_tt_producncn.pdf
- Associação Mulheres pela Paz. (Novembro de 2007). *Violencia contra as mulheres no meio rural - Diagnosticos, desafios e propostas*. Obtido de Associação Mulheres pela Paz:
<https://mulherespaz.org.br/violencia-contra-as-mulheres-no-meio-rural-diagnosticos-desafios-e-propostas-brasilia-df/>
- Avalos, B. (2011). *Initial Teacher Training, Quality in basic education. Improving the quality of basic education*.
- Baird, S., Ferreira, F. H., Özler, B., & Woolcock, M. (2014). *Conditional, unconditional and everything in between: a systematic review of the effects of cash transfer programmes on schooling outcomes*. Obtido de Journal of Development Effectiveness:
<https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/19439342.2014.890362>
- Balbontín, P. R., & Arredondo, L. S. (Julho de 2015). *Violencia de género en el transporte público: una regulación pendiente*. Obtido de Comisión Económica para América Latina y el Caribe:

<https://www.cepal.org/es/publicaciones/38862-violencia-genero-transporte-publico-regulacion-pendiente>

- Bárcena, A., & Prado, A. (2016). *El imperativo de la igualdad : por un desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores : Naciones Unidas. CEPAL.
- Bassi, M., Busso, M., Urzúa, S., & Vargas, J. (2012). *Desconectados: Habilidades, Educación y Empleo en América Latina*. Fonte: Inter-American Development Bank: <https://publications.iadb.org/publications/spanish/document/Desconectados-Habilidades-educaci%C3%B3n-y-empleo-en-Am%C3%A9rica-Latina.pdf>
- Batliwala, S. (1997). El significado del empoderamiento de las mujeres: nuevos conceptos desde la acción. Em M. León, *Poder y empoderamiento de las mujeres* (pp. pp. 187-211). Bogotá: T/M Editores.
- Becerra, N. M., Manzanera, J. H., Duarte, M. C., Buitrago, P. H., Burbano, N. D., & González, C. M. (2017). Empoderamiento de las mujeres rurales como gestoras de los Objetivos de Desarrollo Sostenible en el posconflicto colombiano. *Equidad y Desarrollo*.
- Bercovich, N., & Somma, M. L. (jul./dez de 2014). A Autonomia das Mulheres no Novo Paradigma Digital: desafios para a igualdade na América Latina. *REVISTA PARANAENSE DE DESENVOLVIMENTO*, pp. pp.35-57.
- Boudet, A. M., Buitrago, P., Briere, B. L., Newhouse, D., Matulevich, E. R., Scott, K., & Suarez-Becerra, P. (Março de 2018). *Gender Differences in Poverty and Household Composition through the Life-cycle: A Global Perspective*. Obtido de <http://documents.worldbank.org/curated/en/135731520343670750/pdf/WPS8360.pdf>
- Brandão, C. (1984). *A questão política da educação popular* 4. ed. São Paulo: Brasiliense.
- Briseid, O., Caillods, F., Lugaz, C., & Murtin, B. (2004). *Trends in secondary education in industrialized countries: are they relevant for African countries?* Obtido de International Institute for Educational Planning: <http://www.iiep.unesco.org/en/publication/trends-secondary-education-industrialized-countries-are-they-relevant-african-countries>
- Bronfenbrenner, U. (1979). *The Ecology of Human Development: Experiments by Nature and Design*. Harvard University Press.
- Butto, A., & Hora, K. (2010). *Integração regional e políticas para as mulheres rurais no Mercosul*. Santa Catarina: Ed. Mulheres.
- C., M. R. (2013). *Factores asociados al abandono y la deserción escolar en América Latina: una mirada en conjunto*. Obtido de Revista Iberoamericana sobre Calidad: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=55127024002>
- Campos, A. P., Faret, P., Yáñez, S., & Parada, S. (2015). *Protección social de las trabajadoras de la agricultura familiar en América Latina y el Caribe*. Obtido de Food and Agriculture Organization of the United Nations: <https://www.fao.org/family-farming/detail/en/c/346430/>

- Campos, A. P., Faret, P., Yáñez, S., & Parada, S. (2015). *Protección social de las trabajadoras de la agricultura familiar en América Latina y el Caribe: avances y desafíos*. Obtido de <https://www.fao.org/3/i5150s/i5150s.pdf>
- Carrasco, M. R., & Torrecilla, F. J. (Agosto de 2013). *Trabajo infantil entre los estudiantes de educación Primaria en América Latina. Características y factores asociados*. Obtido de REDIE Revista Electrónica de Investigación Educativa: <https://redie.uabc.mx/redie/article/view/433>
- Carvacho, B., Iván, C., Muñoz, A., Andrés, G., Ximena, R., & Alcaíno, M. (2018). *Nueva educación pública: contexto, contenidos y perspectivas de la desmunicipalización*. Santiago: Universidad de Chile.
- Castro, M. G. (01 de Janeiro de 1992). *Alquimia De Categorias Sociais Na Produção Dos Sujeitos Políticos*. Obtido de Revista Estudos Feministas: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/ref/article/view/15801>
- CEPAL - Naciones Unidas. (s.d.). *Tiempo de trabajo no remunerado según ingresos propios por sexo*. Obtido de <https://oig.cepal.org/es/indicadores/tiempo-trabajo-no-remunerado-segun-ingresos-propios-sexo>
- CEPAL - Observatorio de Igualdad de Género de América Latina y el Caribe. (s.d.). *Índice de feminidad en hogares pobres*. Obtido de <https://oig.cepal.org/es/indicadores/indice-feminidad-hogares-pobres>
- CEPAL. (Janeiro de 2016). *Inclusive social development: The next generation of policies for overcoming poverty and reducing inequality in Latin America and the Caribbean*. Obtido de Economic Commission for Latin America and the Caribbean: <https://www.cepal.org/en/publications/39101-inclusive-social-development-next-generation-policies-overcoming-poverty-and>
- Céspedes, C., & Robles, C. (Maio de 2016). *Niñas Y Adolescentes En América Latina Y El Caribe: Deudas De Igualdad*. Obtido de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/40180/1/S1600427_es.pdf
- Cetrángolo, O., & Curcio, J. (Novembro de 2017). *Financiamiento y gasto educativo en América Latina*. Obtido de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/42403/1/S1701080_es.pdf
- Cimientos. (2020). *Cimientos*. Obtido de <https://cimientos.org/acerca>
- Cotton, A. (s.d.). *The Importance of Educating Girls and Women – The Fight Against Poverty in African Rural Communities*. Obtido de <https://www.un.org/en/chronicle/article/importance-educating-girls-and-women-fight-against-poverty-african-rural-communities>
- CRENSHAW, K. (Janeiro de 2002). *Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero*. Obtido de <https://www.scielo.br/j/ref/a/mbTpP4SFXPnJZ397j8fSBQQ/?format=pdf&lang=pt>
- DATA2X. (Outubro de 2020). *Bridging the Gap: Mapping Gender Data Availability in Latin America and the Caribbean*. Fonte: <https://data2x.org/wp-content/uploads/2020/10/BridgeTheGap-LatinAmerica-KeyFindingsFINAL.pdf>

- DeJaeghere, J., & Lee, S. K. (2011). What matters for marginalized girls and boys in Bangladesh: A capabilities approach for understanding educational well-being and empowerment. *Research in Comparative and International Education*, pp. 27-42.
- Dirven, M. (2017). *Juventud rural y empleo decente en América Latina*. Organización de las Naciones Unidas para la Alimentación y la Agricultura (FAO).
- Dorman, J. P., Aldridge, J. M., & Frase, B. J. (2006). *Using students' assessment of classroom environment to develop a typology of secondary school classrooms*. Obtido de International Education Journal: <https://files.eric.ed.gov/fulltext/EJ854348.pdf>
- Drèze, J., & Sen, A. (1991). *Hunger and Public Action*. Clarendon Press Oxford.
- Dupriez, V., Dumay, X., & Vause, A. (2008). *How do school systems manage pupils' heterogeneity?*, *Comparative Education Review*. Obtido de The University of Chicado Press Journals: <https://www.journals.uchicago.edu/doi/abs/10.1086/528764?journalCode=cer>
- E., M. Z. (1995). *The Organization of American States Multinational Project on Education and Work: An Experience of Popular Education for Women's Empowerment in Colombia*. Obtido de psu.edu: <http://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.216.344&rep=rep1&type=pdf#page=46>
- Echenique, T. V., & Moraga, E. G. (1993). *Mujeres latinoamericanas en cifras: México*. Obtido de FLACSO: Instituto de la Mujer: <https://biblio.flacsoandes.edu.ec/libros/6327-opac>
- Echeverri, R., & Sotomayor, O. (2010). *Estrategias de gestión territorial rural*. Obtido de Comisión Económica para América Latina y el Caribe (CEPAL): https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/3847/S2011946_es.pdf
- ECLAC - United Nations. (s.d.). *Unmet demand for family planning*. Obtido de <https://oig.cepal.org/en/indicators/unmet-demand-family-planning>
- ECMIA. (s.d.). *Enlace Continental de Mujeres Indígenas de las Américas*. Obtido de <http://www.ecmia.org/>
- Evans, D. K., & Yuan, F. (2019). *What We Learn about Girls' Education from Interventions that Do Not Focus on Girls*. Obtido de <https://www.cgdev.org/sites/default/files/what-we-learn-about-girls-education-interventions-do-not-focus-on-girls.pdf>
- Evans, H., & Messina, G. (Março de 2002). *Gender equality in basic education in Latin America and the Caribbean: state of the art*. Obtido de UNESDOC Digital Library: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000131040>
- Fe y Alegría*. (2020). Obtido de <https://www.feyalegria.org/donde-estamos/>
- Ferreira, F. H., & Walton, M. (2005). *La desigualdad en América Latina ¿Rompiendo con la historia?* Obtido de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/916491468046165704/pdf/348560958682541ricaOLatina110PUBLIC.pdf>

- Foucault, M. (1994). *História da Sexualidade I: A Vontade de Saber*. Rio de Janeiro: EDIÇÕES GRAAL Ltda.
- Frades, V. M. (Setembro de 2006). *La Educación De Las Mujeres En El Medio Rural*. Obtido de <https://dialnet.unirioja.es/descarga/articulo/2376713.pdf>
- França, J. (Julho de 2019). *Henry Giroux: "Those arguing that education should be neutral are really arguing for a version of education in which nobody is accountable"*. Obtido de <https://lab.cccb.org/en/henry-giroux-those-arguing-that-education-should-be-neutral-are-really-arguing-for-a-version-of-education-in-which-nobody-is-accountable/>
- Freire, P. (1967). *Educação como prática da liberdade*. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira.
- Furlong, M. J., & Whipple, A. D. (Janeiro de 2003). *Multiple Contexts of School Engagement: Moving Toward a Unifying Framework for Educational Research and Practice*. Obtido de ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/270582807_Multiple_Contexts_of_School_Engagement_Moving_Toward_a_Unifying_Framework_for_Educational_Research_and_Practice
- Gallup. (s.d.). *Gallup World Poll*. Obtido de Gallup: <https://www.gallup.com/analytics/318875/global-research.aspx>
- Gaulejac, V. d. (2006). *As Origens Da Vergonha*. São Paulo: Via Lettera Editora e Livraria.
- Gentrupa, S., Lorenzb, G., Kristen, C., & Kogand, I. (2020). *Self-fulfilling prophecies in the classroom: teacher expectations, teacher feedback and student achievement*. Obtido de ScienceDirect: <https://www.sciencedirect.com/science/article/pii/S095947521930177X>
- Geoghegan, T. (2017). *Stolen Childhoods: End of Childhood*. Obtido de Save the Children: https://resourcecentre.savethechildren.net/pdf/endofchildhood_report_2017_english.pdf/
- Gonzalez, L. (2020). *Por um Feminismo Afro-Latino-Americano: Ensaio, Intervenções e Diálogos*. Rio Janeiro: Zahar.
- Gossmann, E. (1997). *Dicionário De Teologia Feminista*. Petrópolis: Vozes.
- Grebmer, K. v., Bernstein, J., Brown, T., Prasai, N., Yohannes, Y., Towey, O., . . . Hossain, N. (Outubro de 2017). *Global Hunger Index 2017: The inequalities of Hunger*. Fonte: <https://www.globalhungerindex.org/pdf/en/2017.pdf>
- Hanisch, C. (Fevereiro de 1969). *The Personal Is Political*. Obtido de <http://www.carolhanisch.org/CHwritings/PIP.html>
- Hankivsky, O., & Cormier, R. (2011). Intersectionality and Public Policy: Some Lessons from Existing Models. *Political Research Quarterly*, Vol. 64, No.1, pp. 217-229 .
- Haq, M. u. (1995). Reflections on Human Development. Em S. Fukuda-Parr, & A. S. Kumar, *Readings in Human Development* (pp. pp. 3-16). Michigan: Oxford University Press.
- Hernandez, D., & Rossel, C. (Abril de 2015). *Inequality and access to social services in Latin America: space-time constraints of child health checkups and prenatal care in Montevideo*. Obtido de Research Gate: https://www.researchgate.net/publication/272825593_Inequality_and_access_to_social_ser

vices_in_Latin_America_Space-
time_constraints_of_child_health_checkups_and_prenatal_care_in_Montevideo

Herz, B., & Sperling, G. B. (Abril de 2004). *What Works in Girls' Education: Evidence and Policies from the Developing World*. Obtido de Council on Foreign Relations:
<https://www.cfr.org/report/what-works-girls-education>

Hirata, H. (Junho de 2014). *Gênero, classe e raça Interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais*. Obtido de SCIELO:
<https://www.scielo.br/j/ts/a/LhNlNH6YJB5HVJ6vnGpLgHz/?lang=pt>

Hochschild, A. R. (1989). *The Second Shift: Working Families and the Revolution at Home*. Viking Penguin.

Hoffmann, V. E., & Stuardo, J. P. (2010). *Estrategias de prevención de la deserción en la Educación Secundaria: perspectiva latinoamericana*. Obtido de
<https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:749257f4-1d7f-408e-bd99-74e5448638c6/re201010-pdf.pdf>

hooks, b. (2015). *Feminist Theory: From Margin to Center*. New York: Routledge.

hooks, b. (2018). *O feminismo é para todo mundo: Políticas arrebatadoras*. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos.

Ibarra, B., Prado, A. , & Antonio. (Maio de 2016). *El imperativo de la igualdad: por un desarrollo sostenible en América Latina y el Caribe*. Obtido de CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/40120-imperativo-la-igualdad-un-desarrollo-sostenible-america-latina-caribe>

ILO. (1997). *Social exclusion and anti-poverty policy: A debate*. Geneva: International Institute for Labour Studies.

ILO. (29 de Abril de 2013). *World Report on Child Labour: Economic vulnerability, social protection and the fight against child labour*. Obtido de International Labour Organization:
https://www.ilo.org/ipec/Informationresources/WCMS_178184/lang-en/index.htm

INEGI (National Institute of Statistics and Geography of Mexico). (2013). *Trabajo no Remunerado de los Hogares*. Fonte: Sistema de Cuentas Nacionales de México:
<https://www.inegi.org.mx/temas/tnrh/>

International Centre for Human Development. (Outubro de 2013). *Strengthening Capacity on Human Development in Asia-Pacific: Analysis, Measurement and Processes*. Obtido de
[https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiRv7P8hYX1AhUTnBQKH3LBjMQFn0ECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.undp.org%2Fcontent%2Fdam%2FIndia%2Fdocs%2FIC4HD_2013_Strengthening%2520Human%2520Development%2520Capacity%2520in%2520Asia%](https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&ved=2ahUKEwiRv7P8hYX1AhUTnBQKH3LBjMQFn0ECAMQAQ&url=https%3A%2F%2Fwww.undp.org%2Fcontent%2Fdam%2FIndia%2Fdocs%2FIC4HD_2013_Strengthening%2520Human%2520Development%2520Capacity%2520in%2520Asia%2520)

Javier, G. (2017). *Putting social rights at risk: assessing the impact of education market reforms in Chile*. Honduras.

- Jeynes, W. H. (1 de Fevereiro de 2003). *A meta-analysis: the effects of parental involvement on minority children's academic achievement*. Obtido de Education and Urban Society: <https://journals.sagepub.com/doi/10.1177/0013124502239392>
- Kabeer, N. (1994). *Reversed Realities: Gender Hierarchies in Development Thought*. London: Verso.
- Kabeer, N. (2001). *Resources, Agency, Achievements: Reflections on the Measurement of Women's Empowerment*. Stockholm: Swedish International Development Agency.
- Kattan, R. B., & Székely, M. (15 de Maio de 2017). *Analyzing Upper Secondary Education Dropout in Latin America through a Cohort Approach*. Obtido de ERIC - Institute of Educational Sciences: <https://eric.ed.gov/?id=EJ1145501>
- Lawson, M., Chan, M.-K., Rhodes, F., Butt, A. P., Marriott, A., Ehmke, E., . . . Gowland, R. (21 de Janeiro de 2019). *Public Good or Private Wealth? Universal health, education and other public services reduce the gap between rich and poor, and between women and men*. Obtido de OXFAM Internacional: <https://www.oxfam.org/en/research/public-good-or-private-wealth>
- Lukes, S. (1974). *Power : A Radical View*. London: Mcmillan.
- Marín, R. E., & Okali, C. (Abril de 2008). *Empoderamiento de las mujeres a través de su participación en proyectos productivos: experiencias no exitosas*. Obtido de ResearchGate: https://www.researchgate.net/publication/26549108_Empoderamiento_de_las_mujeres_a_traves_de_su_participacion_en_proyectos_productivos_Experiencias_no_exitosas
- Marphatia, A. A., & Moussie', R. (2013). *A question of gender justice: Exploring the linkages between women's unpaid care work, education, and gender equality*. Obtido de <https://daneshyari.com/article/preview/356081.pdf>
- Mattos, M. (2018). *Efeitos vizinhança e eficácia coletiva: a relevância do contexto na explicação sociológica*. Obtido de <https://www.redalyc.org/jatsRepo/3399/339959673012/html/index.html>
- Medel-Añonuevo, C. (May de 1995). *Women, Education and Empowerment: Pathways towards Autonomy*. Obtido de <https://uil.unesco.org/literacy/women/women-education-and-empowerment-pathways-towards-autonomy>
- MONKMAN, K. (January de 2011). *Framing Gender, Education and Empowerment*. Obtido de SAGE Journals: <https://journals.sagepub.com/doi/10.2304/rcie.2011.6.1.1>
- Montejo, A. F. (1992). *Cuando El Género Suena Cambios Trae : (Una Metodología Para El Análisis De Género Del Fenómeno Legal)*. Obtido de https://catedraunescodh.unam.mx/catedra/CONACYT/16_DiplomadoMujeres/lecturas/modulo2/1_Alda%20facio_Cuando_el_gen_suena_cambios_trae.pdf
- Morrissey, M. (2010). *Challenging HIV & AIDS: A New Role for Caribbean Education*. Paris: UNESCO.
- Moser, C. (1993). *Gender Planning and Development: Theory, Practice and Training*. London: Routledge.

- Muskin, J. A., Kamime, A., & Adlaoui, A. (1 de Janeiro de 2011). *Empowered to Empower: A civil society–government partnership to increase girls' junior secondary school outcomes in Morocco*. Obtido de SAGE Journals:
<https://journals.sagepub.com/doi/10.2304/rcie.2011.6.1.129?icid=int.sj-abstract.similar-articles.2>
- Naciones Unidas. (2010). *Pobreza infantil en América Latina y el Caribe*. Obtido de https://www.unicef.org/lac/sites/unicef.org.lac/files/2019-10/Pobreza_infantil_America_Latina_Caribe_2010.pdf
- Ndimande, B. S., & Lubienski, C. (2017). *Privatization and the Education of Marginalized Children: Policies, Impacts and Global Lessons*. Routledge.
- Negrini, I. A. (s.d.). *Involucramiento de las estudiantes y los estudiantes en el proceso educativo*. Obtido de Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación:
<https://www.redalyc.org/pdf/551/55113489005.pdf>
- NU. CEPAL. (Agosto de 1988). *Las mujeres en América Latina y el Caribe: entre los cambios y la crisis*. Obtido de Economic Commission for Latin America and the Caribbean:
<https://repositorio.cepal.org/handle/11362/16823>
- NU. CEPAL. (Abril de 2014). *Pactos para a igualdade: rumo a um futuro sustentável. Síntese*. Obtido de Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe: <https://www.cepal.org/pt-br/publicaciones/40013-pactos-igualdade-rumo-futuro-sustentavel-sintese>
- NU. Cuenta Especial de las Naciones Unidas para el Desarrollo. (Outubro de 2012). *La utilización de las encuestas de uso del tiempo en las políticas públicas*. Obtido de Comisión Económica para América Latina y el Caribe: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/5849-la-utilizacion-encuestas-uso-tiempo-politicas-publicas>
- Nussbaum, M. C. (Dezembro de 1987). *Nature, Function and Capability: Aristotle on Political Distribution*. Obtido de <https://www.wider.unu.edu/sites/default/files/WP31.pdf>
- Nussbaum, M. C. (2000). *Women and Human Development: The Capabilities Approach*. Cambridge University Press.
- Nussbaum, M., & Sen, A. (1993). *The Quality of Life*. Oxford Scholarship Online.
- Ollino, D. G. (2017). *Desigualdades Sociodemográficas Y Segregación Residencial Socioeconómica Y Su Expresión Territorial*. Obtido de <https://www.cepal.org/sites/default/files/presentations/2017-05-daniela-gonzalez-celade.pdf>
- ONU Mujeres. (2015). *Enfoque territorial para el empoderamiento de la mujer rural: América Latina y el Caribe*. Obtido de https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1464971135LibroALCdigital2016.pdf
- ONU-Mujeres. (2015). *Enfoque territorial para el empoderamiento de la mujer rural: AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE*. Obtido de https://www.rimisp.org/wp-content/files_mf/1464971135LibroALCdigital2016.pdf

- Ordoñez, V., Kasaju, P. K., & Seshadri, C. (1998). *Basic education for empowerment of the poor; report of a regional study on literacy as a tool for empowerment of the poor*. Obtido de United Nations Development Programme: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000119268>
- OXFAM. (Janeiro de 2020). *Time to care Unpaid and underpaid care work and the global inequality crisis*. Obtido de https://ousweb-prod2-shared-media.s3.amazonaws.com/media/documents/FINAL_bp-time-to-care-inequality-200120-en.pdf
- Oxford Poverty & Human Development Initiative. (2020). *Charting pathways out of multidimensional poverty: Achieving the SDGs*. Obtido de http://hdr.undp.org/sites/default/files/2020_mpi_report_en.pdf
- Pilati, A. S., Bisinoto, C., Souza, L. D., & Duarte, N. d. (2019). *Educação, Pobreza E Desigualdade Social A Iniciativa Epds Na Universidade De Brasília (2017-2018)*. Obtido de <https://livros.unb.br/index.php/porta/catalog/download/56/42/201-1?inline=1>
- Plummer, D. (2010). *Is learning becoming taboo for Caribbean boys?* Obtido de Commonwealth/UNESCO Regional Professor of Education: <http://web.worldbank.org/archive/website01404/WEB/IMAGES/PLUMMERL.PDF>
- Ponte, N. B. (Maio de 2017). *La Agenda 2030 y la Agenda Regional de Género: sinergias para la igualdad en América Latina y el Caribe*. Obtido de Comision Economica para America Latina y el Caribe: <https://www.cepal.org/es/publicaciones/41016-la-agenda-2030-la-agenda-regional-genero-sinergias-la-igualdad-america-latina>
- Ponte, N. B. (Maio de 2017). *La Agenda 2030 y la Agenda Regional de Género: Sinergias para la igualdad en América Latina y el Caribe*. Obtido de https://www.cepal.org/sites/default/files/publication/files/41016/S1700105A_es.pdf
- RED Iberoamericana de Necesidades Educativas Especiales. (2017). *Estado del Arte de los Servicios de Apoyo para Estudiantes en Situación de Discapacidad Residentes en Países Miembros de la RIINEE*. Obtido de XIV Jornadas de Cooperación Educativa con Iberoamérica sobre Educación Especial e Inclusión Educativa: <https://www.educacionyfp.gob.es/dam/jcr:c790bd7e-a40f-43bf-a8e9-d12a7cc13897/11%20apoyos%202018.pdf>
- Ribeiro, L. C., & Koslinski, M. C. (s.d.). *A Cidade Contra A Escola? O Caso Do Município Do Rio De Janeiro*. Obtido de Revista Contemporânea de Educação: <https://revistas.ufrj.br/index.php/rce/article/view/1590>
- Roberts, E. (2012). The Educational Gender Gap in Latin America: Why Some Girls Do Not Attend School. *FROM CLOCKS AND CLOUDS*, VOL. 2 NO. 1.
- Robeyns, I. (2005). The Capability Approach: a theoretical survey. *Journal of Human Development*, Volume 6, Issue 1, Pp. 93-117.
- Rosemberg, F. (Julho de 1999). *Expansão da Educação infantil e processos de exclusão*. Obtido de Fundação Carlos Chagas, PUC-SP: <https://www.scielo.br/j/cp/a/Cn3jPxxZDYnFbDVCXDQZNGL/?lang=pt&format=pdf>

- Rosen, R., & Twamley, K. (2018). *Feminism and the Politics of Childhood Friends or Foes?* Obtido de <https://discovery.ucl.ac.uk/id/eprint/10043827/1/Feminism-and-the-Politics-of-Childhood.pdf>
- Rouse, M., & Florian, L. (2012). *Inclusive Practice Project: Key Lessons for Schools*. Obtido de <http://www.autismtoolbox.co.uk/sites/default/files/resources/Inclusive%20Practice%20Programme%20-%20key%20Lessons%20for%20schools%20Aberdeen%20%20University.pdf>
- Rowlands, J. (1995). Examinando el apoderamiento (empowerment). *Development in Practice Vol. 5, No. 2*, pp. 101-107.
- Ruiz, E. E. (2007). *Las raíces socioculturales de la violencia de género*. Obtido de Escuela Abierta: https://www.ceuandalucia.es/escuelaabierta/pdf/articulos_ea10/02espinar.pdf
- Sabina Alkire, S. D. (s.d.). *Chapter 2: Introducing the Human Development and Capability Approach*. Obtido de https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/ssAlkire-Deneulin_Ch2.pdf
- Sánchez, P. B. (2020). *Estudio de caso: Niñas indígenas e inclusión escolar en México y Guatemala*. Obtido de <https://www.summaedu.org/wp-content/uploads/2019/09/2.-PPT-Paloma-Bonfil-M%C3%A9xico-y-Guatemala.-Webinar-GEM-2020-LAC.-Sesi%C3%B3n-5-G%C3%A9nero-2019-09-2609-26.pdf>
- Santos, T. M. (2018). *A ABORDAGEM DAS CAPABILIDADES DE SEN E DE NUSSBAUM: um estudo comparativo*. Obtido de <https://www.indexlaw.org/index.php/revistateoriasjustica/article/view/4158/pdf>
- Sauter, G. O. (1993). *Estado y educación en América Latina a partir de su independencia*. Obtido de Revista Iberoamericana de Educación, Vol. 1: <https://rieoei.org/historico/oeivirt/rie01a04.htm>
- SEN, A. (22 de Maio de 1979). *Equality of What?* Obtido de https://www.ophi.org.uk/wp-content/uploads/Sen-1979_Equality-of-What.pdf
- Sen, A. (1984). Well-Being, Agency and Freedom: The Dewey Lectures 1984. *The Journal of Philosophy*, Vol. 82, No. 4, pp. 169-221.
- Sen, A. (1999). *Desenvolvimento como Liberdade*. Alfred A. Knopf.
- Sen, A. (2000). A Decade of Human Development. *Journal of Human Development*, Volume 1, Issue 1, Pages 17-23.
- Sharma, A. (2008). *Logics of Empowerment Development: Gender, and Governance in Neoliberal India*. Univ Of Minnesota Press.
- SILVEYRA, S. (1992). Estrategias para la igualdad de Oportunidades de la Mujer. *Centro Internacional de Formación, OIT*. Montevideo.
- Slavchevska, V., Kaaria, S., & Taivalmaa, S.-L. (16 de Dezembro de 2016). *Feminization of Agriculture in the Context of Rural Transformations : What is the Evidence?* Obtido de World Bank Group: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/25099>
- STROMQUIST, N. (1992). *Women and Education in Latin America: Knowledge, Power and Change*. Obtido de Boulder and London: Lynne Rienner Publishers: <https://www.cambridge.org/core/journals/journal-of-latin-american-studies/article/abs/nelly-p>

stromquist-ed-women-and-education-in-latin-america-knowledge-power-and-change-boulder-and-london-lynn-riener-publishers-1992-pp-v-310/67C9EAB9997C97A67AD9B4F10

- Stromquist, N. P. (2014). *Out-of-School Children: Why Gender Matters?* Obtido de Out-Of-School Children Initiative: <https://www.allinschool.org/media/2006/file/Paper-OOSCI-Why-Gender-Matters-2014-en.pdf>
- Suárez, J. (16 de Agosto de 2018). *El alto costo del abandono escolar en América Latina*. Obtido de CAF - Banco de Desarrollo de America Latina: <https://www.caf.com/es/conocimiento/visiones/2018/08/el-alto-costo-del-abandono-escolar-en-america-latina/>
- Suárez, J. (Agosto de 2018). *El alto costo del abandono escolar en América Latina*. Obtido de <https://staffingamericalatina.com/el-alto-costo-del-abandono-escolar-en-america-latina/>
- The World Bank. (2020). *Closing Gender Gaps In Latin America And The Caribbean*. Obtido de <https://documents1.worldbank.org/curated/en/484401532010525429/pdf/Closing-Gender-Gaps-in-Latin-America-and-the-Caribbean.pdf>
- TheDialogue. (18 de Abril de 2019). *What Do We Know About Latin America's Lowest-Performing Education Systems?* Obtido de <https://www.thedialogue.org/blogs/2019/04/latin-americas-lowest-performing-education-systems/>
- THOMPSON, B. (2010). *Multiracial Feminism: Recasting the Chronology of Second Wave Feminism*. New Brunswick: Rutgers University Press.
- Torrecilla, M., Javier, F., Carrasco, R., & Marcela. (2013). *Docentes en educación primaria en América Latina con más de una actividad laboral: situación e implicaciones*. Obtido de Revista Mexicana de Investigación Educativa: <https://siteal.iiep.unesco.org/pt/investigacion/1630/docentes-educacion-primaria-america-latina-mas-actividad-laboral-situacion>
- UNESCO. (Outubro de 2013). *Girls' education – the facts*. Obtido de https://en.unesco.org/gem-report/sites/default/files/Girls_fact_sheet.pdf
- UNESCO. (2014). *Citizenship Education in Latin America: Priorities of School Curricula*. Obtido de IBE Working Papers on Curriculum Issues: http://www.ibe.unesco.org/sites/default/files/resources/wpci-14-education_ciudadana_eng.pdf
- UNESCO. (2017). *Educação para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável: objetivos de aprendizagem*. Obtido de UNESDOC Digital Library: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000252197>
- UNESCO. (26 de Setembro de 2018). *New Education Data for SDG 4 and More*. Obtido de UNESCO Institute of Statistics: <http://uis.unesco.org/en/news/new-education-data-sdg-4-and-more>
- UNESCO. (2020). *2020 AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE- INCLUSIÓN Y EDUCACIÓN: TODOS Y TODAS SIN EXCEPCIÓN*. Obtido de <https://es.unesco.org/gem-report/LAC2020inclusion>

- UNESCO. (2020). *América Latina Y El Caribe Inclusión Y Educación: Todos Y Todas Sin Excepción*.
Obtido de
<https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000374615/PDF/374615spa.pdf.multi>
- UNESCO. (2020). *AMÉRICA LATINA Y EL CARIBE Inclusión y educación: TODOS Y TODAS SIN EXCEPCIÓN*. Obtido de
http://moodle.clubunescocompse.com/pluginfile.php/5372/mod_resource/content/1/INFORME%20EDUCACIO%CC%81N%20EN%20EL%20MUNDO.pdf
- UNESCO. (Novembro de 2020). *Informe de seguimiento de la educación en el mundo, 2020. América Latina y el Caribe: inclusión y educación: todos y todas sin excepción*. Obtido de Red de Desarrollo Social de América Latina y el Caribe:
<https://dds.cepal.org/redesoc/publicacion?id=5382>
- UNESCO Santiago. (s.d.). *Se presentan resultados del Segundo Estudio Regional Comparativo y Explicativo (SERCE) del Laboratorio Latinoamericano de la Evaluación de la Calidad de la Educación (LLECE)*. Obtido de Gender Equality Observatory for Latin America and the Caribbean: <https://oig.cepal.org/en/autonomies/interrelationship-autonomies>
- UNFPA. (s.d.). *Giving Special Attention to Girls and Adolescents*. Obtido de
<https://www.unfpa.org/resources/giving-special-attention-girls-and-adolescents>
- UNICEF. (2014). *Las edades mínimas legales y la realización de los derechos de los y las adolescentes*.
Obtido de
<https://www.unicef.org/lac/media/6766/file/PDF%20Edades%20m%C3%ADnimas%20legales.pdf>
- UNICEF. (29 - 30 de Agosto de 2016). *Acelerar el progreso hacia la reducción del embarazo en la adolescencia en América Latina y el Caribe*. Obtido de
https://www.unicef.org/lac/media/1336/file/PDF_Acelerar_el_progreso_hacia_la_reducci%C3%B3n_del_embarazo_en_la_adolescenc.pdf
- UNICEF. (November de 2019). *A profile of child marriage and early unions in Latin America and the Caribbean*. Obtido de UNICEF Data: <https://data.unicef.org/resources/profile-of-child-marriage-and-early-unions-in-latin-america-and-the-caribbean/>
- UNICEF. (2020). *A New Era for Girls: Taking stock of 25 years of progress*. Obtido de
https://reliefweb.int/sites/reliefweb.int/files/resources/New-Era-for-Girls-progress-report-English_2020.pdf
- UNICEF. (Janeiro de 2020). *Every child counts: Using gender data to drive results for children*. Obtido de Unicef: <https://data.unicef.org/resources/every-child-counts-using-gender-data-to-drive-results-for-children/>
- UNICEF, UN Women and Plan International. (Março de 2020). *A new era for girls: Taking stock on 25 years of progress for girls*. Obtido de UNICEF: <https://www.unicef.org/reports/new-era-for-girls-2020>

- United Nations. (1995). *Declaração E Plataforma De Ação Da IV Conferência Mundial Sobre A Mulher*. Obtido de https://www.onumulheres.org.br/wp-content/uploads/2013/03/declaracao_beijing.pdf
- United Nations. (2016). *Social Panorama of Latin America*. Obtido de https://repositorio.cepal.org/bitstream/handle/11362/41599/4/S1700566_en.pdf
- United Nations Development Programme. (s.d.). *THE SDGS IN ACTION*. Obtido de <https://www.undp.org/sustainable-development-goals>
- United Nations Statistics Division (UNSD). (s.d.). *End poverty in all its forms everywhere*. Obtido de <https://unstats.un.org/sdgs/report/2019/goal-01/>
- Vaillant, D. (2013). *Formación inicial del profesorado en América Latina : dilemas centrales y perspectivas*. Obtido de Revista Española de Educación Comparada: <http://revistas.uned.es/index.php/REEC/article/view/9329>
- Vizard, P. (2005). *Poverty and Human Rights: Sen's 'Capability Perspective' Explored*. Oxford University Press.
- Waring, M. (1988). *If Women Counted: A New Feminist Economics*. Harper & Row, Macmillan, Allen & Unwin.
- Williams, J. H., Kasman, R., De, P., Zhou, M., & Gonzalez, A. (2020). *Community participation: Policy discourses and controversies*. ImprintRoutledge.
- World Bank. (03 de 2018). *Gender Differences in Poverty and Household Composition through the Life-Cycle : A Global Perspective*. Obtido de Open Knowledge Repository: <https://openknowledge.worldbank.org/handle/10986/29426>
- World Bank Group. (2020). *Reversals of Fortune*. Obtido de <https://openknowledge.worldbank.org/bitstream/handle/10986/34496/211602ov.pdf>
- World Economic Forum. (2017). *The Global Gender Gap Report 2017*. Obtido de https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2017.pdf
- World Economic Forum. (2 de Novembro de 2017). *The Global Gender Gap Report 2017*. Fonte: World Economic Forum: <https://www.weforum.org/reports/the-global-gender-gap-report-2017>
- World Economic Forum. (Março de 2021). *Global Gender Gap Report 2021*. Obtido de https://www3.weforum.org/docs/WEF_GGGR_2021.pdf
- World Values Surveys. (s.d.). *World Values Survey Wave 7 (2017-2020)*. Obtido de <https://www.worldvaluessurvey.org/WVSDocumentationWV7.jsp>
- Young, K. (1988). *Women and Economic Development: Local, Regional and National Planning Strategies*. Oxford: Berg Pub Ltd.
- Young, K. (1991). *Reflexiones sobre como enfrentar las necesidades*. Lima: FLACSO.

Zambrini, L. (2014). *Diálogos entre el feminismo postestructuralista y la teoría de la interseccionalidad de los géneros*. Fonte: Revista Punto Género:
<https://revistapuntogenero.uchile.cl/index.php/RPG/article/view/36408>